



# *“GRANFPOLIS”*

*RELATÓRIO DE ATIVIDADES E  
PRESTAÇÃO DE CONTAS*

*EXERCÍCIO 2008*



## MUNICÍPIOS – PREFEITOS

ÁGUAS MORNAS	Elmar Antônio Thiesen
ANGELINA	Sérgio Murilo Costa
ALFREDO WAGNER	Wanderley da Silva
ANITÁPOLIS	Saulo Weiss
ANTÔNIO CARLOS	Ivens Antônio Scherer
BIGUAÇU	Vilmar Astrogildo Tuta de Souza/Ivo Delagnelo
CANELINHA	Eloir João Reis
FLORIANÓPOLIS	Dário Elias Berger/Rubens Carlos Bita Pereira Filho
GAROPABA	Luiz Carlos da Silva
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Anísio Anatólio Soares
LEOBERTO LEAL	Ivo Scheidt Filho
MAJOR GERCINO	Zelásio Ângelo Dell’Agnolo
NOVA TRENTO	Sandra Regina Eccel
PALHOÇA	Ronério Heiderscheidt
PAULO LOPES	Volnei Adolfo Zanela
RANCHO QUEIMADO	Valcir Huguen/Josenei Tadeu Schiller
SANTO AMARO DA IMPERTRIZ	José Rodolfo Turnês
SÃO BONIFÁCIO	Paulo Exterkoetter
SÃO JOÃO BATISTA	Aderbal Manoel dos Santos
SÃO JOSÉ	Fernando Melquíades Elias
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Ernei José Stähelin
TIJUCAS	Elmis Mannrich



## MUNICÍPIOS - PRESIDENTES DE CÂMARA MUNICIPAL

ÁGUAS MORNAS	Anselmo Pedro Pflieger
ANGELINA	Gilberto Orlando Dorigon
ALFREDO WAGNER	Naudir Antônio Schmitz
ANITÁPOLIS	Alberto Bennert Neto
ANTÔNIO CARLOS	Onélio Richarts
BIGUAÇU	Manoel Airton Pereira
CANELINHA	Francisco H. Cardoso Filho
FLORIANÓPOLIS	Ptolomeu Bittencourt Júnior
GAROPABA	Paulo Sérgio de Araújo
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Antônio Marcos Testoni
LEOBERTO LEAL	Arno Haschel Lohn
MAJOR GERCINO	Modestino José Otto
NOVA TRENTO	Wilim Luiz Franzoi
PALHOÇA	Nirido Artur Luz
PAULO LOPES	José Antônio Rogério
RANCHO QUEIMADO	Augusto E. de Matos
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	Jorge César da Silva
SÃO BONIFÁCIO	Vilmar Buss
SÃO JOÃO BATISTA	Elias Germano Mafeçoli
SÃO JOSÉ	Édio Osvaldo Vieira
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Vilson Freiberger/Aldori Luiz Stahelin
TIJUCAS	Édson de Souza

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## SUMÁRIO

<b>1 - OFÍCIO À ASSEMBLÉIA GERAL</b> .....	<b>9</b>
<b>2 - PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> .....	<b>11</b>
<b>3 - MENSAGEM</b> .....	<b>13</b>
<b>4 - ORGANIZAÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA</b> .....	<b>22</b>
5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS.....	22
5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS.....	22
5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS.....	24
5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	27
5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO.....	45
<b>6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS</b> .....	<b>53</b>
6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA.....	53
6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	65
6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO.....	74
6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	88
6.5 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....	108
6.6 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE SAÚDE.....	115
<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS</b> .....	<b>119</b>

DA : DIRETORIA EXECUTIVA  
A : ASSEMBLÉIA GERAL  
ASSUNTO : RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS  
PERÍODO : DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

A Diretoria Executiva da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, eleita e empossada na Assembléia Geral Ordinária realizada dia 07 de março de 2008, no Município de Paulo Lopes, em observância ao que estabelece o Artigo 28, XI, dos Estatutos Sociais, submete à aprovação da Assembléia Geral da **GRANFPOLIS** o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008.

Atendendo preceito estatutário, o Relatório e a Prestação de Contas mereceram o parecer prévio do Conselho Fiscal, conforme documento anexo.

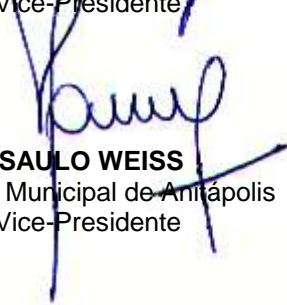
Florianópolis, 31 de dezembro de 2008.



**ELMAR ANTÔNIO THIESEN**  
Prefeito Municipal de Águas Mornas  
Presidente



**VOLNEI ADOLFO ZANELA**  
Prefeito Municipal de Paulo Lopes  
1º Vice-Presidente



**SAULO WEISS**  
Prefeito Municipal de Anitápolis  
2º Vice-Presidente


## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em cumprimento às disposições estatutárias do Artigo 23, II, combinado com o Artigo 28, XI, declaram que, tendo procedido, nesta data, ao exame do Relatório Geral de Atividades e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2008 e achando tudo em perfeita ordem e exatidão, recomendam que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral da **GRANFPOLIS**.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2008.



**ERNEI JOSÉ STHAELIN**  
Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara



**ADERBAL MANOEL DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de São João Batista



**GILBERTO ORLANDO DORIGON**  
Presidente da Câmara Municipal de Angelina



### **3 - MENSAGEM**

A Diretoria Executiva, cumprindo disposições estatutárias, tem a satisfação de apresentar, de forma resumida, as principais atividades desenvolvidas no decorrer de 2008, assim como a Prestação de Contas dos recursos recebidos e as despesas executadas no exercício .

A entidade, a exemplo dos anos anteriores, envidou todos os esforços na busca de transmitir aos Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e a seus Assessores informações e orientações úteis para o seu trabalho diário e, também, deu seqüência, com muita ênfase, ao trabalho de elaboração dos Planos Diretores Participativos, concluindo e entregando-os, aos Prefeitos dos Municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas, restando concluir o Plano Diretor Participativo de Governador Celso Ramos, o que deverá ocorrer até o mês de abril do próximo ano, registrando ainda que após inúmeras reuniões com o DNIT e CODESC, foram finalmente iniciados os trabalhos de elaboração dos Planos Diretores dos demais Municípios da Região.

Importante ressaltar que estão aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais os Planos Diretores Participativos de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado e São João Batista, sendo que São Bonifácio e Alfredo Wagner ainda estão em discussão e Tijucas deverá ser encaminhado à Câmara no mês de fevereiro de 2009.

A Diretoria Executiva, contando com o acompanhamento do Secretário Executivo, esteve sempre presente em todos os movimentos municipalistas, participando, efetivamente, de todos os eventos realizados pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM e pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, defendendo os interesses dos Municípios da Microrregião, destacando-se a X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quando a delegação da GRANFPOLIS, composta por 66 integrantes, destacou-se, mais uma vez, como a maior dentre as 20 Associações de Municípios do Estado Catarinense.

Importante destacar que no ano de 2008 a Associação dos Municípios foi presidida inicialmente pelo Prefeito Municipal de Angelina Sérgio Murilo Costa que exerceu seu mandato de 07 de março até o dia 30 de maio, ocasião em que renunciou ao cargo por ser candidato a reeleição em seu Município, assumindo então o Prefeito Municipal de Águas Mornas, Elmar Antônio Thiesen que presidiu a Entidade Municipalista, até o dia 31 de dezembro de 2008.

A Diretoria Executiva fixou como meta principal para 2008, juntamente com a Comissão eleita em Assembléia Geral no Município de Nova Trento, o encaminhamento da construção da nova sede da entidade, tendo contratado a elaboração dos Projetos e conseguido a aprovação dos mesmos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, no dia 29 de dezembro, devendo dar início às obras no decorrer do mês de janeiro de 2009.

Por justiça devemos registrar mais uma vez os agradecimentos ao Prefeito Municipal de Florianópolis, Dário Elias Berger, que com a aprovação pela Câmara Municipal cedeu, a área necessária para a tão esperada Construção da nova sede, tendo a Associação adquirido pequena área lindeira a área da Prefeitura. Registre-se também os agradecimentos a Câmara Municipal, que aprovou no mês de fevereiro o Projeto de Lei Nº 12.636/07, tornando realidade os anseios dos Prefeitos da Região.

Entendemos que a Construção da nova sede (perspectivas do projeto em anexo) além de necessária, marcará com brilhantismo a comemoração neste exercício, dos 40 anos de fundação da nossa entidade municipalista, hoje reconhecida, nacionalmente.

No decorrer do exercício findo, foram realizadas as já tradicionais reuniões com os Contadores e Controladores Internos das Prefeituras, Câmaras, Fundações, Autarquias e Fundos, sob a competente coordenação dos Assessores Técnicos, Contadores, Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi, tratando da uniformização de procedimentos e permanente atualização da legislação, em cooperação direta com os Colegiados Estaduais de Contadores e Controladores Internos, ambos coordenados pela Federação Catarinense de Municípios.

Registre-se também, as reuniões dos Colegiados dos Secretários Municipais de Saúde e dos Secretários Municipais de Educação, com a efetiva participação dos Assessores Técnicos, Administradora Teresinha Niehues e do Professor Antão Antônio David.

O Movimento Econômico Ano-Base 2007, a exemplo dos anos anteriores, mereceu especial atenção, culminando com a publicação em 21 de novembro de 2008, dos índices definitivos de retorno do ICMS para 2009, observando-se que a microrregião cresceu 0,56 % em relação ao ano de 2008, permanecendo em 3º lugar em relação às 20 (vinte) Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, registrando-se o esforço dedicado dos técnicos da Associação que em parceria com os técnicos municipais responsáveis pelo Movimento Econômico, obtiveram este expressivo resultado em prol da Região.

No que diz respeito às contas municipais de 2007, obteve-se a aprovação das contas de 21 Municípios, sendo uma das Associações que atingiu os maiores índices de aprovação das contas municipais de 2007, ficando demonstrado o importante trabalho de orientação e acompanhamento desenvolvido pelos técnicos da Associação, em conjunto com os técnicos municipais.

Em relação ao Município que teve indicação do Tribunal de Contas do Estado pela rejeição das contas de 2007, os técnicos da GRANFPOLIS, estarão diuturnamente, à inteira disposição para auxiliá-la na obtenção da reversão do posição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do pedido de reexame das contas.

Importante ressaltar a parceria com a Federação Catarinense de Municípios e a Escola de Gestão Municipal – EGEM, criada em 2007 pela Federação Catarinense de Municípios, tendo to-

das as Associações de Municípios como sócias, visando a capacitação permanente dos servidores municipais e dos agentes políticos, com extensa programação em 2008 e também programada para 2009.

Não poderíamos deixar de registrar e agradecer a imensa e permanente dedicação e o empenho de cada um dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores e Técnicos dos Municípios associados em apoiar, de modo incondicional, todas as iniciativas das entidades representativas dos Municípios (CNM, FECAM e GRANFPOLIS), demonstrando assim, de forma inequívoca, a força, a coesão e a pujança do Movimento Municipalista. Agradecimentos especiais aos dedicados e competentes servidores da Associação, lideradas pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, formando uma equipe coesa e totalmente dedicada à prestação de serviços no dia a dia das administrações municipais.

Assim, concluímos este relatório sucinto, no qual destacamos algumas atividades desenvolvidas, como se pode observar na sua leitura. Fica demonstrado, claramente, que os recursos das contribuições municipais investidos na Associação foram muito bem aplicados, com critério e parcimônia, rendendo excelentes frutos, de modo especial, às pequenas comunidades, que carecem de uma estrutura técnica mais ampla e efetiva.

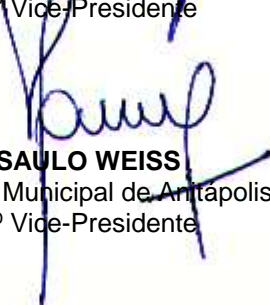
Florianópolis(SC) em 31 de dezembro de 2008.



**ELMAR ANTÔNIO THIESEN**  
Prefeito Municipal de Águas Mornas  
Presidente



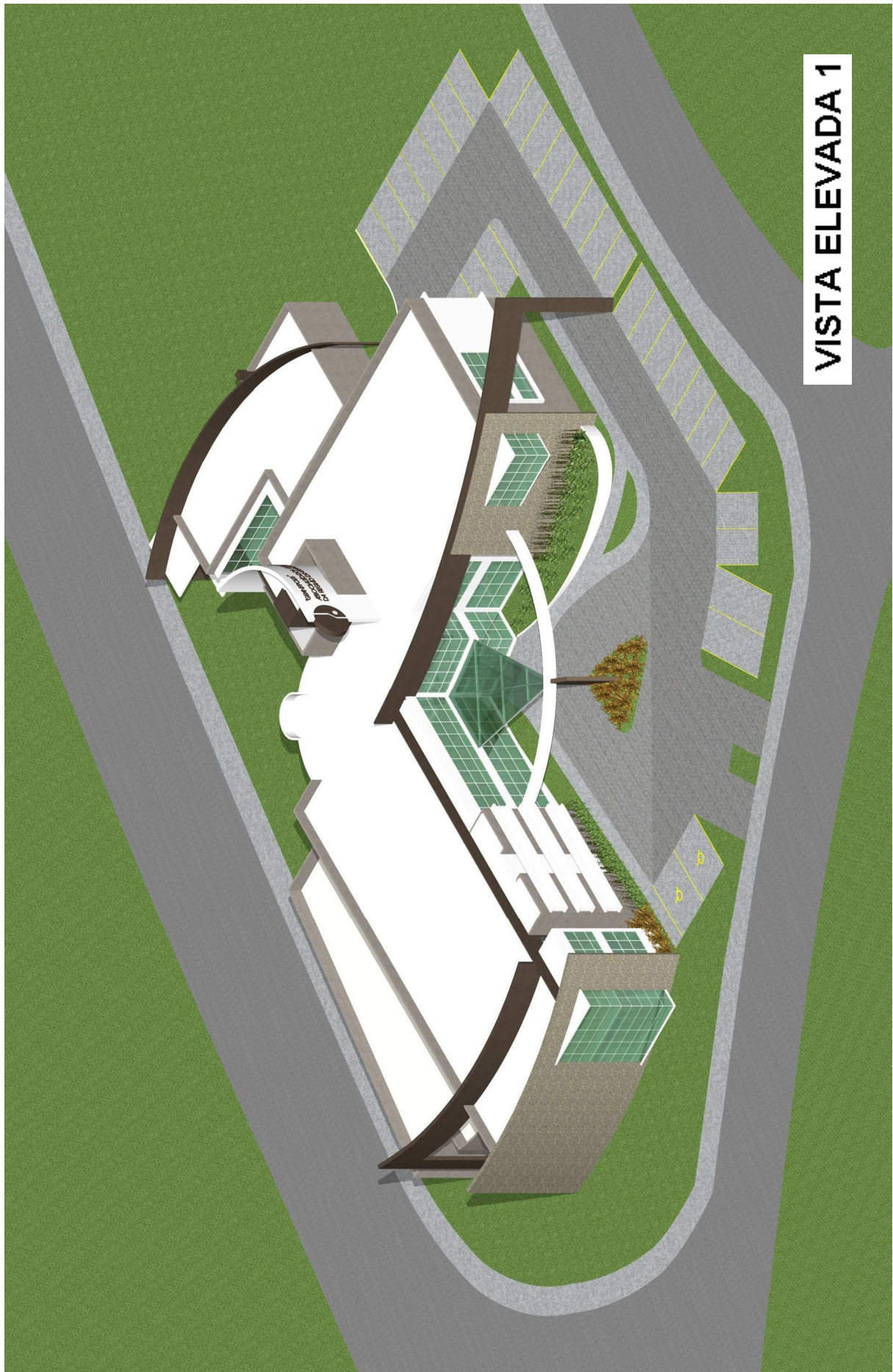
**VOLNEI ADOLFO ZANELA**  
Prefeito Municipal de Paulo Lopes  
1º Vice-Presidente

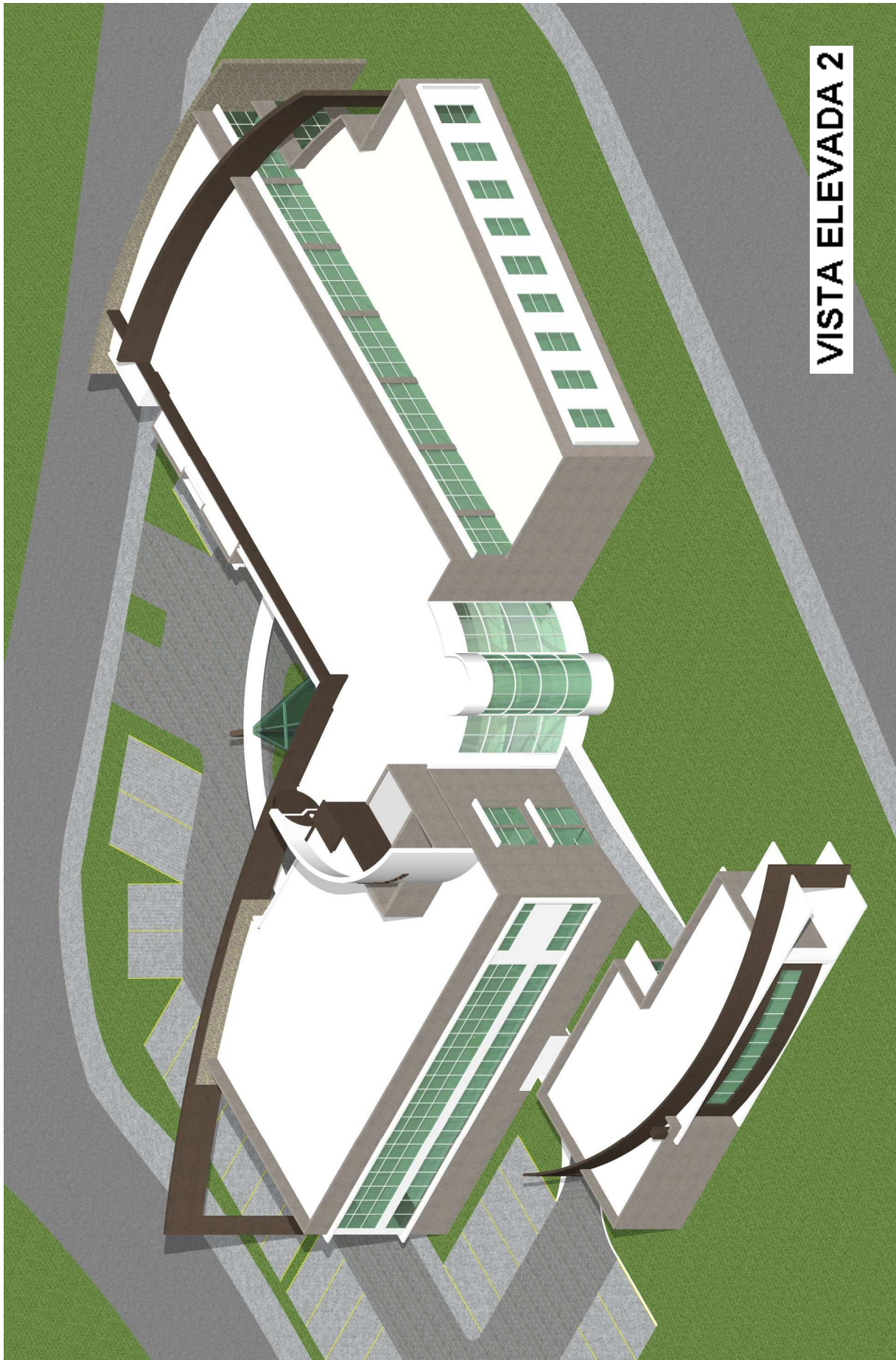


**SAULO WEISS**  
Prefeito Municipal de Antópolis  
2º Vice-Presidente



**PERSPECTIVA PRINCIPAL**





## **4 - ORGANIZAÇÃO**

### **4.1 - ASSEMBLÉIA GERAL**

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - **GRANFPOLIS** é constituída pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais da Microrregião, ou seus representantes devidamente credenciados.

Dentre as atribuições que lhe são conferidas cabe, ainda, à Assembléia Geral aprovar o presente Relatório de Atividades e a Prestação de Contas.

### **4.2 - DIRETORIA EXECUTIVA**

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – **GRANFPOLIS** é administrada por uma Diretoria Executiva, que se compõe dos seguintes membros, eleitos por um ano, pela Assembléia Geral:

- Presidente** : Elmar Antônio Thiesen  
Prefeito Municipal de Águas Mornas
- 1º Vice-Presidente** : Volnei Adolfo Zanela  
Prefeito Municipal de Paulo Lopes
- 2º. Vice-Presidente** : Saulo Weiss  
Prefeito Municipal de Anitápolis

### **4.3 - CONSELHO FISCAL**

Aos membros do Conselho Fiscal compete, em cumprimento às disposições estatutárias, examinar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas e submetê-los à aprovação da Assembléia Geral, emitindo seu parecer prévio.

São membros do Conselho Fiscal:

**Titulares:** Ernei José Stahelin  
Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

Aderbal Manoel dos Santos  
Prefeita Municipal de São João Batista

Gilberto Orlando Dorigon  
Presidente da Câmara Municipal de Angelina

**Suplentes:** Josenei Tadeu Schiller  
Prefeito Municipal de Rancho Queimado

Ivens Antônio Scherer  
Prefeito Municipal de Antônio Carlos

Vereador Jorge César da Silva  
Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Para dar apoio a Diretoria Executiva e dar suporte técnico aos Municípios associados a entidade conta com a seguinte estrutura organizacional:

#### **4.4 - SECRETARIA EXECUTIVA**

**Membros:**

Secretário Executivo : Miguel Augusto Forbeck Faraco  
Recepcionista / Telefonista : Margarete Almeida  
Auxiliar de Serviços Gerais I : Mário César Souza

#### **4.5 - ASSESSORIA TÉCNICA**

##### **4.5.1 - Assessoria para Assuntos Administrativos**

**Membros:**

Assistente Administrativo : Sueli Venâncio Luiz  
Auxiliar de Serviços Gerais I : Marisete de Almeida

##### **4.5.2 – Assessoria para Assuntos de Assistência Social**

**Membro:**

Assistente Social : Kelly Cristina Wehmuth

##### **4.5.3 – Assessoria para Assuntos de Educação**

**Membro:**

Professor : Antão Antônio David

##### **4.5.4 – Assessoria para Assuntos de Saúde**

**Membro:**

Administradora : Teresinha Niehues

##### **4.5.5 - Assessoria para Assuntos Contábeis, Financeiros e de Informática**

**Membros:**

Contador : Gilberto Brasil  
Contador : Luiz Antônio Gerardi  
Auxiliar de Serviços Gerais II : Bento Patrocínio Ramos Filho

##### **4.5.6 - Assessoria para Assuntos de Engenharia e Arquitetura**

**Membros:**

Engenheiro Civil : João Augusto Demaria da Silveira  
Arquiteta : Márcia Cardoso Lorenzi  
Técnico em Agrimensura : Nazário Espíndola  
Técnico em Agrimensura : Odimilson Martins  
Técnico em Agrimensura : Marcelo Zulmar da Silva  
Assistente Técnico (desenhista) : Luiz Ari Bittencourt  
Auxiliar Técnico : Alcides Manoel da Silva



#### 4.5.7- Assessoria para Assuntos Jurídicos

**Membro:**

Advogado : Waldir Gorges Alves

#### 4.5.8- Assessoria para Planos Diretores

**Membros:**

Arquiteta : Valesca Menezes Marques - Coordenadora  
Arquiteta : Sílvia Maia  
Arquiteta : Tatiana Cristina da Silva  
Arquiteta : Leilane de Moura Paegle Franco de Paula  
Geógrafo : Vinicius Tavares Constate  
Operador de AUTO CAD : Juliano Garcia Paiva  
Estagiário : Engenheiro Agrimensor Maicon Rodrigues Oiveira

**Consultor Contratado** : Adv. Ambientalista – Dr. Marcelo Leão

## **5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA**

Órgão responsável pela execução dos serviços administrativos da Associação, pela coordenação das Assembléias Gerais, pelo assessoramento aos técnicos municipais durante a realização do Movimento Econômico, pelo despacho e recebimento de correspondências, participação em eventos, além de contatos com órgãos Federais e Estaduais, buscando o atendimento às solicitações dos Senhores Prefeitos Municipais e aos interesses da Associação.

No decorrer do exercício de 2008 foram expedidos 465 ofícios e despachados 843 expedientes recebidos, extraídas 568.040 fotocópias, 673 cópias heliográficas e realizadas 338 encadernações, atendendo a todos os Municípios filiados.

### **5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS**

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios é constituída pelos Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, ou seus representantes, devidamente credenciados.

É órgão soberano em suas decisões e, quando Ordinária, reúne-se a cada dois meses, na sede de um dos Municípios associados e Extraordinária, realizada sempre que houver matéria urgente a ser deliberada, por iniciativa do Presidente, ou a pedido de 1/5 dos Associados, em dia com suas obrigações estatutárias.

### **5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS**

No exercício de 2008 foram realizadas 03 (três) Assembléias Gerais Ordinárias, com a participação de autoridades convidadas e as presenças de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e técnicos municipais, das quais apresentamos um sucinto relato:

#### **1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

**PAULO LOPES - 07.03.08**

Realizada nas dependências do Salão Paroquial do Município de Paulo Lopes, para eleger e empossar a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para cumprir mandato de 1 (um) ano.

Na oportunidade usaram da palavra para proferirem palestras os Senhores: Economista José Ademir Deschamps, Chefe de Gabinete do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, César Filomeno Fontes, orientando os administradores municipais sobre as providências a serem adotadas no último ano de governo tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal e reiterando a orientação do Tribunal de Contas sobre a necessidade de ter-se um Sistema de Controle Interno na Prefeitura bem estruturado e efetivamente atuante, passando a palavra ao advogado Marcos Fey Probst, Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios – FECAM que orientou e esclareceu dúvidas dos Senhores Prefeitos quanto a Lei Eleitoral.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, sancionou a Lei Municipal Nº 7590/2008 que autoriza a cessão de área do Município à Associação de Municípios, para construção de sua nova Sede, no Bairro de Capoeiras.

Foram ainda apresentados, discutidos e votados o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas do exercício de 2007, da Associação, aprovados na íntegra e por unanimidade pelo Plenário.



Prestigiaram o evento os Senhores: Deputados Estaduais Renato Hining, Joares Ponticelli e Sérgio José Grando, além de Vereadores e Secretários Municipais de Paulo Lopes

A eleição foi realizada por aclamação, tendo em vista a apresentação de chapa única, ficando assim constituída: Presidente: Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina; 1º Vice-Presidente: Elmar Antônio Thiesen, Prefeito Municipal de Águas Mornas; 2º Vice-Presidente: Volnei Adolfo Zanela, Prefeito Municipal de Paulo Lopes. Conselho Fiscal – Membros Titulares: Paulo Exterkoetter, Prefeito Municipal de São Bonifácio; Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Prefeito Municipal de Biguaçu, ficando em aberto algumas vagas em virtude da candidatura dos Prefeitos e Presidentes de Câmaras à reeleição.

## 2ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

**RANCHO QUEIMADO - 30.05.08**

Realizada nas dependências do Condomínio Costa da Serra em Rancho Queimado. Na oportunidade estiveram presentes o Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, acompanhado de diversos assessores, tratando da questão do financiamento para o desenvolvimento urbano das cidades e o enfrentamento do déficit habitacional, e também na busca de padronização dos Manuais junto aos Ministérios, visando desburocratizar e facilitar a liberação de recursos de convênios e emendas parlamentares.

O Diretor Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Celso Vedana usou da palavra para informar os Senhores Prefeitos e Vereadores sobre os projetos desenvolvidos



pela entidade, dando mais ênfase a Diário Oficial dos Municípios, que virá baratear o custo de publicação dos atos oficiais, tendo contado com a colaboração do Assessor Jurídico Edinando Brustolim na apresentação do projeto.

Ao final da Assembléia o Presidente Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina, apresentou sua renúncia ao cargo, em virtude de ser candidato a reeleição, e transmitiu o cargo ao 1º Vice-Presidente Elmar Antônio Thiesen, Prefeito Municipal de Águas Mornas.

Na ocasião ficou deliberado a suspensão das Assembléias Gerais Ordinárias, durante o período eleitoral.

## 3ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

**SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - 21.11.08**

Realizada nas dependências do Salão Paroquial da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara, para cumprir extensa pauta de trabalho, que iniciou com a apresentação do Projeto Arquitetônico da nova Sede da Associação, por parte da Arquiteta Márcia Cardoso Lorenzi; seguida do Diretor Exe-

cutivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Celso Vedana que reiterou o convite para participarem do VI Congresso Estadual de Municípios nos dias 1,2 e 3 de dezembro, no CENTROSUL em Florianópolis e do Seminário sobre Saneamento Básico nos dias 27 e 28 de novembro no Tribunal de Contas do Estado, tendo sugerido ainda a criação da Agência Reguladora para o Saneamento Básico, através de Consórcio Público Municipal.



Abordaram ainda o tema do Saneamento Básico os Assessores da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Engenheiro Sanitarista e Ambiental Rolando Córdova e o Assessor Jurídico Marcos Fey Probst, que trataram de questões relacionadas ao Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo Ministério Público de Santa Catarina para o Saneamento Básico.

Foram eleitos para completar o mandato da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal os Senhores: 2º Vice-Presidente: Saulo Weiss, Prefeito Municipal de Anitápolis. Conselho Fiscal: Titulares: Ernei José Stahelin, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara; Aderbal Manoel dos Santos, Prefeito Municipal de São João Batista e Gilberto Orlando Dorigon, Presidente da Câmara Municipal de Angelina. Suplentes: Josenei Tadeu Schiller, Prefeito Municipal de Rancho Queimado; Ivens Antônio Scherer, Prefeito Municipal de Antônio Carlos e Jorge César da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

Na ocasião foram aprovados ainda o Orçamento da Associação para 2009 e as Resoluções N<sup>o</sup>s 07 e 08.

Prestigiaram o evento os Deputados Estaduais Renato Hining e Edson Andrino de Oliveira, o Secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Engenheiro Walter José Galina, o ex-Prefeito de Antônio Carlos, também ex-Presidente da Associação e da Federação Catarinense de Municípios – FECAM Ari João Martendal, atual Presidente das Centrais de Abastecimentos da Grande Florianópolis – CEASA/SC.

### **5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS**

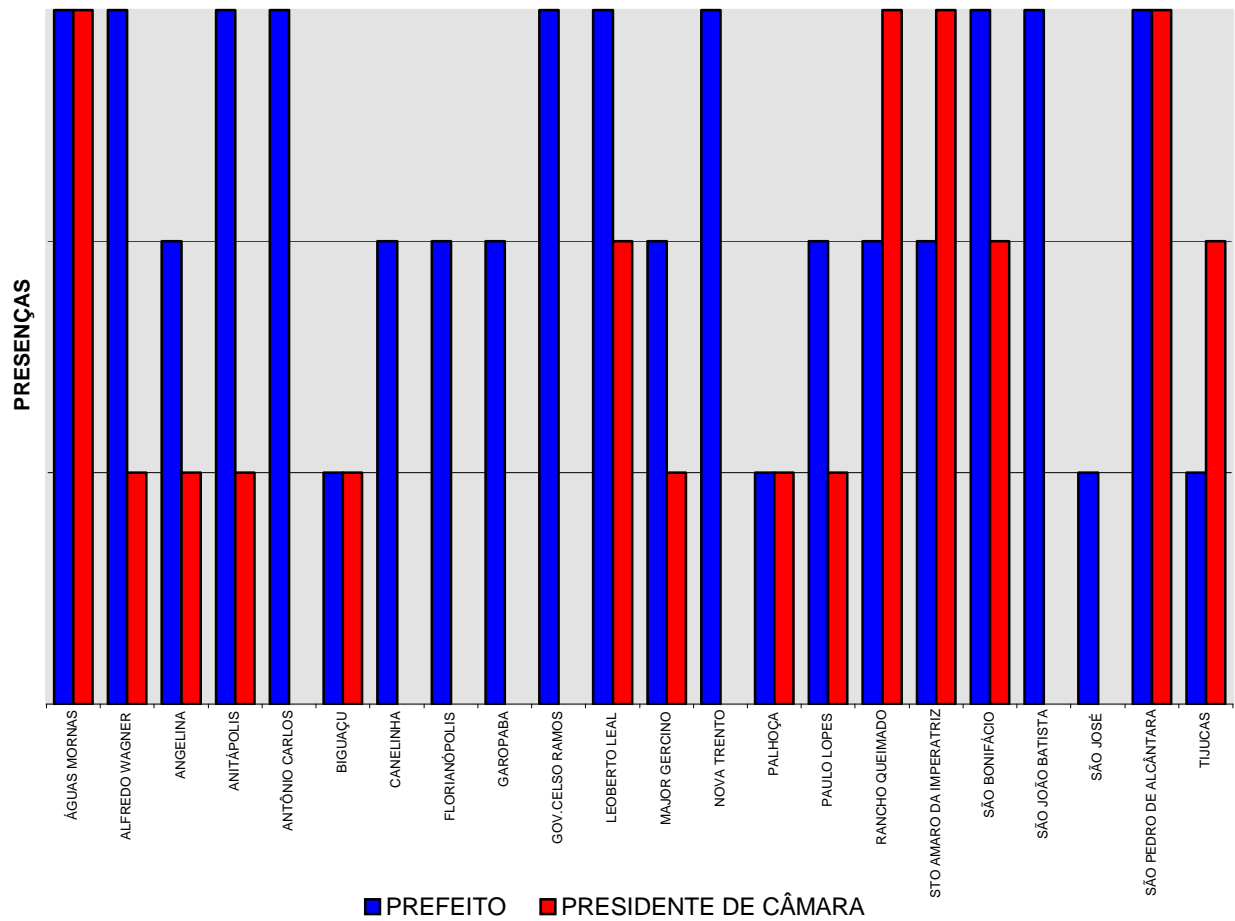
No presente exercício, não foi realizada nenhuma Assembléia Geral Extraordinária.

## FREQUÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS

MUNICÍPIO	PREFEITOS E PRESIDENTE DE CÂMARAS	ORDINÁRIAS		
		MARÇO	MAIO	NOVEMBRO
ÁGUAS MORNAS	ELMAR ANTÔNIO THIESEN	X	X	X
	ANSELMO PEDRO PFLEGER	X	X	X
ALFREDO WAGNER	WANDERLEY DA SILVA	X	X	X
	NAUDIR ANTONIO SCHMITZ	X	-	-
ANGELINA	SÉRGIO MURILO COSTA	X	X	-
	GILBERTO ORLANDO DORIGON	-	-	X
ANITÁPOLIS	SAULO WEISS	X	X	X
	ALBERTO BENNETT NETO	X	-	-
ANTÔNIO CARLOS	IVENS ANTÔNIO SCHERER	X	X	X
	ONÉLIO RICHARTZ	-	-	-
BIGUAÇU	VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA / IVO DELAGNELO	X	-	-
	MANOEL AIRTON PEREIRA	-	X	-
CANELINHA	ELOIR JOÃO REIS	X	-	X
	FRANCISCO HONORATO CARDOSO FILHO	-	-	-
FLORIANÓPOLIS	DÁRIO ELIAS BERGER	X	X	-
	PTOLOMEU BITTENCOURT JÚNIOR	-	-	-
GAROPABA	LUIZ CARLOS DA SILVA	X	X	-
	PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO	-	-	-
GOV.CELSO RAMOS	ANÍSIO ANATÓLIO SOARES	X	X	X
	ANTÔNIO MARCOS TESTONI	-	-	-
LEOBERTO LEAL	IVO SCHEIDT FILHO	X	X	X
	ARNO HASCHEL LOHN	-	X	X
MAJOR GERCINO	ZELÁSIO ANGELO DELL'AGNOLO	-	X	X
	MODESTINO JOSÉ OTTO	-	-	X
NOVA TRENTO	SANDRA REGINA ECCEL RACHADEL	X	X	X
	WILIM LUIZ FRANZOI	-	-	-
PALHOÇA	RONÉRIO HEIDERSCHIEDT	X	-	-
	NIRDO ARTUR LUZ	X	-	-
PAULO LOPES	VOLNEI ADOLFO ZANELA	X	X	-
	JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO	X	-	-
RANCHO QUEIMADO	VALCIR HUGEN / JOSÉNEI TADEU SCHILLER	-	X	X
	AUGUSTO EMERENCIANO DE MATOS	X	X	X
STO AMARO DA IMPERATRIZ	JOSÉ RODOLFO TURNES	X	X	-
	JORGE CÉSAR DA SILVA	X	X	X
SÃO BONIFÁCIO	PAULO EXTERKOETTER	X	X	X
	VILMAR BUSS	X	X	-
SÃO JOÃO BATISTA	ADERBAL MANOEL DOS SANTOS	X	X	X
	ELIAS GERMANO MAFEÇOLI	-	-	-
SÃO JOSÉ	FERNANDO MELQUIADES ELIAS	X	-	-
	ÉDIO OSWALDO VIEIRA	-	-	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	ERNEI JOSÉ STÄHELIN	X	X	X
	VILSON FREIBERGER / ALDORI A. STÄHELIN	X	X	X
TIJUCAS	ELMIS MANNRICH	-	X	-
	EDSON JOSÉ DE SOUZA	-	X	X

Granf(Tabelas Relatório)Relat1

## FREQÜÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS



## **5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**

### **5.4.1 – IX CICLO DE ESTUDOS DE AUDITORIA SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO**

Evento realizado em Blumenau, nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro, nas dependências do auditório Lino Grützmacher na sede da AMMVI, tendo como tema:



- Supersimples – Influência no Movimento Econômico;
- Contencioso Administrativo;
- Agricultura: compra e lançamento contábil/empresas;
- Transferências;
- Telecomunicações – lançamentos contábeis e composição do quadro 48 da DIME;
- Lei Complementar 63/90 – proposta para alteração;
- Petrobrás e Transpetro – Composição da DIMES;
- Hidrelétricas;
- Calendário para 2008;
- Definição do Sistema Auxiliar de Auditoria;
- Ajustes fiscais e encaminhamentos.

A GRANFPOLIS, esteve presente no evento através do Contador Luiz Antônio Gerardi e do representante no Grupo de Trabalho, Fiscal de Tributos Antônio Gonçalves.

### **5.4.2 – CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO DE CIDADES**



Evento realizado em Porto Alegre, no Campus Central da PUC-RS no período de 13 a 16 de fevereiro, sendo promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Comune di Roma; Ministério das Cidades; Confederação Nacional de Municípios e Governo do Estado do Rio Grande do Sul; contando com o apoio da Unesco; Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Federacion Latino Americana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales – FLACMA; United Cities And Local Governments e Instituto Brasileiro de Administração Pública.

Dentre os temas abordados destacamos:

- O Estado das Cidades e Boa Governança;
- Políticas Urbanas de Integração Social e Espacial de Migrantes;
- As Cidades Transnacionais e a Localização da Constituição Política: experiências de Frankfurt, Barcelona e Roterdã.
- Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Regularização Urbana nas Cidades;
- Democracia Participativa e Informação;
- Boas Práticas de Orçamento Participativo na América Latina e na Europa;
- Inovações em Gestão Pública de Cidades;
- A Cidade que Queremos

O evento contou com cerca de 6.000 participantes de vários países, tendo representando a Associação o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que na oportunidade também participou dos cursos: SISTEMAS NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE CIDADES e CONTROLE INTERNO MUNICIPAL, realizados durante a Conferência e o Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Ivens Antônio Scherer.

#### 5.4.3 – “SEMINÁRIO NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA”

Evento realizado em Brasília, nos dias 21 e 22 de fevereiro, no auditório do Conselho Federal de Contabilidade, com a finalidade de analisar e elaborar diagnósticos e estudos, objetivando a padronização mínima de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária de receitas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Também foram discutidas as minutas da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo apresentadas na oportunidade os Manuais da Dívida Ativa, PPP's, Receita e Despesa Pública.

Representou a GRANFPOLIS, o Contador Gilberto Brasil.

#### 5.4.4 – AUDIÊNCIA NA ELETROSUL

Realizado no dia 26 de fevereiro, na sala de reuniões da empresa, para apresentação de solicitação de apoio financeiro e material pelos Prefeitos Municipais dos 19 (dezenove) Municípios atingidos pelas intempéries que destruíram pontes, bueiros, residências e estradas vicinais, tendo os Municípios decretado situação de emergência que foram reconhecidos pelo Governo do Estado através da edição do Decreto Nº 1.074 de 13 de fevereiro de 2008.



Na ocasião os Prefeitos, liderados pelo Presidente da Associação Aderbal Manoel dos Santos e pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, fizeram a entrega do Ofício Pres. Nº 028/08, com os pleitos Municipais, sendo recebidos pelo Presidente da Eletrosul Engº Ronaldo dos Santos Coutinho e pelo Diretor de Gestão Administrativa e Financeira Engº Antônio Waldir Vituri.

Acompanharam a audiência os Prefeitos: Dário Elias Berger, de Florianópolis; Sérgio Murilo Costa, de Angelina; Elmar Antônio Thiesen, de Águas Mornas; Saulo Weiss, de Anitápolis; Anísio Anatólio Soares, de Governador Celso Ramos; Ernei José Stahelin, de São Pedro de Alcântara e Paulo Exterkoetter, de São Bonifácio, além dos representantes de Biguaçu, João Morfim, Secretário do Desenvolvimento Econômico e de Rancho Queimado, Gilson José Schimtz, Secretário de Turismo e Nazareno Floriano, Chefe de Gabinete.

#### 5.4.5 – 38º ENCONTRO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 06, 07 e 08 de março no Município de Itapema – SC, sendo abordados os seguintes assuntos:



- A Garantia da Hospitalização;
- A Garantia da Assistência à Saúde Mental;

Na ocasião foi realizada reunião do Conselho de Representantes do COSEMS/SC - Prévia da CIB/SC e da Comissão Intergestora Bipartite.

Representou a GRANFPOLIS no evento, a Assessora Técnica para Assuntos de Saúde, Administradora Teresinha Niehues.

#### 5.4.6 – CURSO DE CAPACITAÇÃO DE GERENTES SOCIAIS

Realizado em Porto Alegre no período de 10 a 14 de março, tendo por local o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo realizadas oficinas que abordaram os seguintes temas:

- Realidades Sociais;
- Políticas Sociais e Gestão de Serviços Sociais;
- Proteção Social no Brasil Hoje;
- Metodologia de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais;
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Concepção e Diretrizes;
- Vulnerabilidades: Marco legal, distribuição geográfica, problemas e perspectivas;

Participou do evento representando a GRANFPOLIS, a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

#### 5.4.7 – 4º CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETÁRIOS DE FINANÇAS, CONTADORES PÚBLICOS E CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS



Evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM nos dias 13 e 14 de março em Balneário Camboriú – SC, ocasião em que foram tratados os seguintes temas:

- Último ano de mandato – aspectos contábeis, no encerramento de mandato;
- Condutas vedadas em ano eleitoral;
- Controle Interno;
- Contabilidade de Custo, Depreciação e Reavaliação Patrimonial;
- Novo Manual de Despesas;
- Nova Grade de Rejeição de Contas pelo TCE/SC;
- As competências emocionais das pessoas;
- Simples Nacional – Controle da receita e ações dos Municípios;
- Reforma Tributária;
- Normas Brasileiras aplicadas à Contabilidade Pública.

Representaram a GRANFPOLIS no evento, os Contadores Gilberto Brasil (palestrante) e Luiz Antônio Gerardi.

#### 5.4.8 – REUNIÃO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS.

Realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça no dia 18 de março, para tratar dos seguintes temas:

**1. Encerramento de Mandato**

**1.1 – Obrigações do Último Ano de Mandato**

**1.2 - Principais Restrições Apontadas pelo TCE/SC;**

**1.3 - Documentos a serem Apresentados na Transmissão do Cargo de Prefeito;**

**2. Informações sobre a Legislação Eleitoral**

**3. Discussão sobre licitação para Locação de Sistemas de Informática (Contabilidade, Folha de Pagamento, Compras, Tributação, Patrimônio, etc.)**

**4.1 - Seminário Nacional de Contabilidade Municipal**

**4.1.1 – Manual da Dívida Ativa**

**4.1.2 – Parceria Público Privada**

**4.1.3 – Plano de Contas**

**4.1.4 – Manual da Despesa Pública**

**4.1.5 – Operações de Crédito**

**4.2 – Contabilização de Retificação de Receitas**

**4.3 – Detalhamento dos Elementos de Despesa TCE/SC**

**4.4 – Preparação de informações para a Saúde**

**4.5 – Disponibilização pelo TCE/SC de “perguntas e respostas” sobre Plano de Contas**

**4.6 – Contabilização das Dívidas de Longo Prazo**

**4.7 – Empresas Optantes pelo Simples Nacional – retenção ISS – Decisão TCE/SC 4107.**

Participaram do evento cerca de 100 técnicos municipais e representaram a GRANFPO-LIS, os Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

#### 5.4.9 – X ENCONTRO NACIONAL DO COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Evento realizado em Belo Horizonte – MG, nos dias 24, 25 e 26 de março, tendo por local o MINASCENTRO, sendo abordados os seguintes temas:



- Avaliação da implantação do SUAS no Brasil;
- O Cadastro Único como instrumento de formulação e implementação de Política Pública;
- A importância dos CRAS no apoio a Bolsa Família;
- Proteção Social e a participação da esfera estadual;
- População em situação de rua e a Ação Inter-setorial e Intermunicipal;
- Educação Integral;
- Ações Consorciadas na área de Assistência Social;
- Gestão da informação;
- Ações Sócioeducativas;
- Benefícios Assistenciais.

Representou a GRANFPOLIS no evento, a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

#### **5.4.10 – 52º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Evento realizado na cidade de Santos no período de 31 de abril a 05 de maio, sob o tema "MUNICÍPIO – RESPEITO E COMPROMISSO", sendo abordados dentre outros, os seguintes temas:

- A Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado
- PEC – 333 – Número de Vereadores
- Lei Orgânica
- Município Verde
- Gestão Pública - PPP
- Respeito e compromisso: relacionamento dos Municípios com o cidadão
- Programa de Regularização Fundiária – cidade legal
- Saneamento Básico
- Reforma Tributária
- Educação: Uma Nova Proposta.

Participou do evento, representando a GRANFPOLIS, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### **5.4.11 – CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE**

Evento realizado em Belém – PA, no período de 08 a 11 de abril, com o seguinte tema "20 anos de SUS e CONASEMS – Integralidade e Equidade com Sustentabilidade".

Na ocasião foram abordados os seguintes assuntos:

- O orçamento das movimentações financeiras – orçamentação da saúde;
- Elaboração de projetos de investimentos em saúde;
- Planos de Saúde e relatório de gestão na perspectiva do Pacto pela Saúde;
- O papel do Estado na ordenação da formação na área da Saúde;
- Construção do Pacto e os Colegiados de Gestão Regional;
- Assistência Farmacêutica: Planejamento, Gestão e uso racional de medicamentos;
- A integralidade da proteção, prevenção e promoção do modelo de atenção Constitucional;
- Urgência e emergência: Redes especializadas ou mecanismos integrador de gestão;
- Articulação ensino-serviço: Experiências bem sucedidas.

Representou a GRANFPOLIS no evento, ao Assessora Técnica para Assuntos de Saúde, Teresinha Niehues.

#### **5.4.12 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM**

Realizado em Xanxerê – SC, no dia 10 de abril, tendo por local o Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, para tratar dos seguintes temas:

- Criação e partilha do IVA-F, em substituição às contribuições;

- Proposta de regulamentação (Lei Complementar) que define os critérios para fixação do Valor Agregado dos Municípios (Movimento Econômico);
- Reflexo da adoção do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR;
- Os reflexos da implantação do novo ICMS;
- Lançamento do Diário Oficial Eletrônico;
- Fixação e atualização das contribuições estatutárias.

Representaram a GRANFPOLIS no evento o Presidente Sérgio Murilo Costa – Prefeito Municipal de Angelina, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e o Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Ernei José Stahélin.

#### 5.4.13 – XI MARCHA À BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS – “A VISÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PACTO FEDERATIVO”

Realizada na Capital Federal nos dias 15, 16 e 17 de abril, tendo por local as dependências do Alvorada Park Hotel, com a seguinte pauta:

- A Urgência na Regulamentação do Pacto Federativo;
- Os Municípios e o Congresso Nacional;
- Avaliação do Primeiro Ano do FUNDEB;
- O Financiamento do Transporte Escolar;
- O Acompanhamento e a Avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação;
- O Piso Nacional dos Professores;
- A Gestão da Saúde por meio de Consórcios Intermunicipal de Saúde;
- Vinculação dos Agentes Comunitários de Saúde;
- Participação dos Municípios durante os 20 Anos do SUS e 15 anos do PSF;
- Regulamentação da Emenda Constitucional 29;
- Os Novos Procedimentos Contábeis Aplicáveis à Dívida Ativa, Parcerias Público Privada, Despesa e Receita Pública – Manuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- Análise do Projeto de Reforma Tributária;



- Os Municípios e o Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas;
- Desconstitucionalização dos 75% do Valor Adicionado (Movimento Econômico);
- Linhas Internacionais de Financiamento da Inclusão Social;
- O Programa Bolsa Família;
- Maiores Problemas na Execução dos Programas Federais – Locação de Recursos, Gastos e Demandas de Prestação de Contas;
- Plano Diretor – Conquistas e Desafios;
- Os Desafios para a Mobilidade Urbana;
- Financiamento da Gestão Ambiental Municipal.

A GRANFPOLIS a exemplo das Marchas anteriores destacou-se com uma delegação de 66 pessoas entre Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Primeiras Damas e Secretários Municipais, sendo a maior delegação dentre aquelas de Santa Catarina e registra-se mais uma vez, com orgulho redobrado, que a delegação catarinense foi a maior proporcionalmente, dentre todos os Estados Brasileiros.

A delegação da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis foi comandada pelo Presidente Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina, sendo assessorado pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.14 – ENCONTRO DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Evento realizado em Urubici (AMURES) nas dependências do Urubici Park Hotel nos dias 20 e 21 de maio, com a seguinte pauta:



- Cobrança do ISS de Cartório e Leasing;
- Projeto do Congresso Catarinense de Municípios e Expo FECAM;
- Planejamento da FECAM 2008/2009;
- Programa de Capacitação FE-CAM/EGEM/Associação de Municípios para 2008/2009;
- Proposta da SEF/SC sobre a gestão do Movimento Econômico pela FECAM e Associações de Municípios;
- Reserva Extrativista – RESEX de Imbituba;
- Certidões Negativas de Débitos pelos entes estaduais – centralização;
- SISRURAL WEB;
- Proposta de ação civil pública por improbidade administrativa.

Participou do evento representando a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, o Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.15 – SEMINÁRIO DOS PREFEITOS, VICE-PREFEITOS, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Evento realizado em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de maio, nas dependências do Eron Brasília Hotel Brasília Hotel com a seguinte programação:

- Ações do Governo Federal e o Programa de Aceleração do Crescimento em Santa Catarina;
- Programas, Projetos, Cronograma de empenhos e pagamentos para 2008;
- Desenvolvimento Urbano;
- Reforma Tributária – Impacto nos Municípios.

Esteve presente no evento representando a GRANFPOLIS, o Presidente Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina.

#### 5.4.16 – ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 03, 04 e 05 de junho no Centro de Eventos de Piratuba (A-MAUC), tratando dos seguintes assuntos:

- Ata de Registro de Preços;
- A Gestão de Assistência Farmacêutica nos Municípios: responsabilidade e competências das três esferas de governo.

Na oportunidade foram realizados ainda, diversos seminários e plenárias tratando de temas da área.

Participou do evento representando a GRANFPOLIS a Assessora para Assuntos de Saúde, Administradora Teresinha Niehues, que foi acompanhada por vários Secretários Municipais de Saúde da Região.

#### 5.4.17 – III CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO,

Evento realizado em Florianópolis, no período de 4 a 6 de junho, no Auditório da FIESC, em sua 3ª edição, homenageando o Doutor Romeu Felipe Bacellar Filho. Durante o evento foram abordados os seguintes temas.



- Influxos do Código Civil no Direito Administrativo
- Reflexos da lei eleitoral sobre o regime jurídico dos servidores públicos
- Publicidade institucional e propaganda eleitoral
- Processos Administrativos e direitos políticos na Justiça Eleitoral
- Condutas vedadas em ano eleitoral
- Precatórios Judiciais
- Prerrogativas da Fazenda Pública em processos judiciais
- O projeto da Lei Nacional do processo de fiscalização dos Tribunais de Contas
- O controle da administração pública sob o enfoque garantista
- Aspectos da prescrição administrativa
- Processo político-administrativo de cassação de mandato
- Processo administrativo constitucional: perspectivas
- Questões polêmicas de processo administrativo: ônus da prova, *reformatio in pejus*, controle de constitucionalidade na via administrativa
- Direito Administrativo: passado, presente e futuro
- Regime Jurídico Único: o retorno
- Desvio de função
- Planos de carreira
- Reservas de percentual de cargos e empregos: portadores de deficiência, hiposuficientes e afro descendentes
- Excesso de formalismo em licitação pública - Fase de saneamento
- O conceito de bem e serviço comum e a universalização do pregão
- Contrato decorrente de registro de preços
- Proposta inexecutável
- Novos Paradigmas da Teoria de Invalidez dos Atos Administrativos

Participou do Congresso o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, representando a GRANFPOLIS.

#### 5.4.18 – ENCONTRO REGIONAL DO CONGEMAS – Região Sul

Evento realizado nas dependências do Hotel Embaixador, em Porto Alegre – RS, nos dias 10 e 11 de junho, visando avaliar a implantação do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS nos Estados da Região Sul e definir estratégias de mobilização e organização dos Municípios.

Representou a GRANFPOLIS a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth, Assessora Técnica para Assuntos de Assistência Social.

#### 5.4.19 – III SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE FEDERALISMO E DESENVOLVIMENTO

Evento realizado em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de junho, nas dependências do Quality Lakeside Hotel para tratar do tema:

- "Políticas Públicas e Responsabilidade Social", sendo realizado pela Associação Brasileira de Municípios – ABM.

Na oportunidade foram realizadas palestras sobre os seguintes assuntos:

- O Estado da Arte da Reforma Tributária;
- O Impacto da Reforma Tributária nos Municípios;
- Programa de Gestão Energética Municipal/PROCEL;
- Limites Territoriais – Municípios e População;
- Transparência Municipal;
- Políticas e Diretrizes para a implantação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;
- O Desafio do Desenvolvimento Econômico e da Preservação Ambiental das Cidades;
- Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no MERCOSUL;
- Desafios para o Desenvolvimento Regional Integrado;
- Democracia e Desenvolvimento – Déficit e perspectivas futuras;
- Biodiesel e os Impactos Econômicos e Ambientais nas Cidades;
- Federalismo Fiscal e Social;
- Diretrizes do Programa de Modernização de Gestão Pública;
- A integração dos Países do Mercosul.

Participaram do evento, representantes dos Países do MERCOSUL e dos Estados Unidos, tendo a GRANFPOLIS sido representada pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### **5.4.20 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM**

Realizada em 03 de julho, no Município de Rio do Sul (AMAVI), evento comemorativo dos 28 anos de fundação da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e para tratar dos seguintes temas:

- As relações federativas no contexto dos Municípios Catarinense;
- Gestão da Comunicação – Uma nova Agenda para a Esfera Municipal.



Na oportunidade a FECAM homenageou com o Diploma do Mérito Municipalista várias autoridades e as Associações de Municípios de Santa Catarina.

A GRANFPOLIS esteve representada pelo Presidente Elmar Antônio Thiesen – Prefeito Municipal de Águas Mornas acompanhado dos Prefeitos Municipais de Alfredo Wagner, Wanderley da Silva; Canelinha, Eloir João Reis; Leoberto Leal, Ivo Scheidt Filho; Governador Celso Ramos, Anísio Anatólio Soares e Palhoça, Ronério Heiderscheidt e do Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### **5.4.21 – CAPACITAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA REGIN NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

O treinamento foi realizado no auditório da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis no dia 04 de julho, com a seguinte programação:



- Apresentação do Projeto REGIN;
- Cronograma de Implantação;
- Demonstração do Sistema REGIN;
- Levantamento dos parâmetros;
- Padronização da classificação de Atividade Econômica (CNAE);
- Adequação da Legislação;
- Estrutura física e conectividade;
- Elaboração do cronograma de implantação na Região da GRANFPOLIS.

Participaram do evento, técnicos de 17 (dezesete) municípios da Região, acompanhados pelo contador da GRANFPOLIS, Luiz Antônio Gerardi.

#### 5.4.22 – 1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PARTILHA DO ICMS

Evento realizado em Brasília, nos dias 08 e 09 de julho, no Auditório da Filial da Caixa Econômica Federal, numa realização da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Frente Nacional de Prefeitos – FNP e Associação Brasileira de Municípios – ABAM, com o apoio do Governo Federal, através da Secretaria das Relações Institucionais e do Comitê de Articulação Federativa – CAF, visando promover debates a respeito do tema e da proposta de transição na repartição do ICMS, seguindo a seguinte programação:

- A Origem do Valor Adicionado Fiscal (VAF) como critério na Partilha do ICMS;
- A Preponderância do VAF e as Conseqüências na Distribuição do ICMS – estudos de caso;
- Reflexão sobre o conceito de VAF;
- Critérios Estaduais de Partilha do ICMS – estudo de caso;
- Outros Cenários para a Distribuição do ICMS.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.23 – AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DO TRABALHO

Atendendo convite da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, sediada em Santa Cruz do Sul – RS, o Presidente Elmar Antônio Thiesen, esteve presente no encontro com o Ministro Carlos Lupi, realizado no dia 11 de julho, tratando da situação dos fumicultores dos Estados do Sul e mais propriamente da Região da Grande Florianópolis. Na oportunidade foram realizadas várias visitas técnicas nas indústrias fumageiras da região.

#### 5.4.24 – ASSEMBLÉIA GERAL DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM



Realizada em Florianópolis no dia 14 de julho de 2008, nas dependências do Salão de Eventos do Hotel Cecontur para tratar dos seguintes temas:

- Reforma Tributária – análise da proposta do Governo Federal e posicionamento da FECAM;
- Projeto REGIN;
- Reflexo dos incentivos fiscais do Estado nas Transferências Constitucionais aos Municípios – FADESC, Fundo Social, SEITEC e Medidas Judiciais;
- Estruturação das Associações – Regimento Interno, Quadro de Pessoal, Normas de Contabilidade, Licitação e Concurso Público;
- Transporte Escolar – Avaliação das transferências do Estado em 2007 e reivindicação do orçamento para 2008;
- Marcha à Brasília e Defesa dos Municípios – estratégia de mobilização;
- Projeto de Ensino à Distância – Sistema de Multiconferência.



Representou a Associação no evento o Presidente, Elmar Antônio Thiesen que recebeu na oportunidade o 1º computador destinado ao projeto REGIN a ser implantado nos Municípios da Região da Grande Florianópolis, juntamente com o Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.25 – ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO DO MOVIMENTO ECONÔMICO



Realizado em Lages, no dia 07 de agosto, nas dependências da AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana) por convocação do Diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos e tentar estabelecer a padronização dos recursos do Valor Adicionado (Movimento Econômico) e também sobre a emissão de relatórios para a otimização dos trabalhos de análise e parecer dos recursos de 1ª Instância.

A GRANFPOLIS se fez presente através do Contador Luiz Antônio Gerardi, acompanhado pelo Fiscal de Tributos Antônio Gonçalves, representante da GRANFPOLIS no Grupo de Trabalho.

#### 5.4.26 – IV CONGRESSO E FEIRA NACIONAL DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA OS MUNICÍPIOS

Evento realizado nos dias 06, 07 e 08 de agosto em Foz do Iguaçu, tendo por local o Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, uma promoção da Associação dos Municípios do Paraná, com o apoio da CNM, FAMURS e FECAM.

Na ocasião foram abordados os seguintes temas:



- O Impacto da Reforma Tributária nos Municípios;
- Os Municípios e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento);
- Desenvolvimento Municipal e Micro e Pequenas Empresas;
- O Municipalismo e o papel do Vereador;
- Os Municípios e o Simples Nacional;
- Responsabilidade Sócio-Ambiental;
- O Estágio no Poder Público;

O evento contou com as presenças do Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e todo o seu Secretariado, Presidente do Tribunal de Contas e da Assembléia Legislativa do Estado.

Representaram a GRANFPOLIS no evento os Prefeito de Antônio Carlos, Ivens Antônio Scherer e Eloir João Reis, Prefeito Municipal de Canelinha acompanhados pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.27 – ENCONTRO DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM e realizado no Município de Treze Tílias (AMMOC) nos dias 25 e 26 de agosto, com a seguinte pauta:



- Sugestões para a programação do VI Congresso Estadual de Municípios;
  - Planejamento e Capacitação da FECAM e Associações de Municípios para 2008/2009;
  - Apresentação do Sistema de Gestão Municipal de Saúde – SEMUS;
  - Avaliação da visita técnica à Confederação Nacional de Municípios – CNM em Porto Alegre – definição sobre licitação de Software de Gestão e Saúde para as administrações municipais através do CIGA;
  - Cronograma de Implantação do REGIN;
  - Apresentação do projeto informatizado de Agenda de Trabalho funcional e da solicitação de Serviços;
  - Ações Judiciais: PRODEC, FADESC, INSS, LÉASING, COSIP;
- Termo de Ajustamento de Conduta do Saneamento e Criação da Agência Reguladora.

Representou a GRANFPOLIS no evento, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.28 – III - ENCONTRO ESTADUAL DE CAPS – SC E I ENCONTRO MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE MENTAL

Realizado em Chapecó nos dias 03, 04 e 05 de agosto, no Centro Cultural de Eventos, para tratar dos seguintes assuntos:



- Política Nacional de Saúde Mental: do financiamento à implementação da Rede de Atenção Psicossocial;
- Equipe Multidisciplinar/Interdisciplinar/ Transdisciplinar e os Centros de Atenção Psicossocial;
- O uso e abuso de drogas por Criança e Adolescente: desafios jurídicos, clínicos e éticos;
- Construindo Redes: CAPS, Rede Básica, Estratégia de Saúde da Família/NASF, Hospital;
- Uso, Abuso e Dependência Química: redução de danos, desintoxicação;
- Oficina Terapêutica: Atividade como recurso terapêutico;
- Cuidando do Cuidador;
- Formação Profissional: a saúde mental e o SUS;
- Transtorno mental em Criança e Adolescente: Acolhimento e tratamento em ação psicossocial.

Representou a GRANFPOLIS no evento, a Assessora Técnica para Assuntos de Saúde, Administradora Teresinha Niehues.

#### 5.4.29 – SEMINÁRIO SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Evento realizado pela Federação Catarinense de Municípios e pela Associação dos Municípios da Região Serrana, em Lages, no dia 22 de agosto, com a seguinte pauta de trabalho:

- Aspectos do fornecimento de medicamentos da linha judicial;
- Judicialização da Saúde;
- Fornecimento de medicamentos de alto custo;
- Repercussão das demandas judiciais na esfera administrativa;
- Fornecimento de remédios pelas vias judiciais, prós e contras e posição da doutrina na jurisprudência;
- Protocolo para regulamentação da Gestão de Medicamentos.

A GRANFPOLIS esteve representada no evento pelo Assessor Jurídico, Advogado Waldir Gorges Alves e pela Assessora Técnica para Assuntos de Saúde, Administradora Teresinha Niehues.

#### 5.4.30 – OFICINA DE QUALIFICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Realizado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM em Rio dos Cedros (AMMVI) nos dias 25 e 26 de setembro, nas dependências do Hotel Parador da Montanha, visando discutir as dificuldades, conflitos e problemas enfrentados na função de Secretário Executivo no relacionamento institucional com os Municípios, FECAM e Instituições, com propostas ao final, de solução dos problemas, conflitos e dificuldades.

A oficina foi coordenada pelo Consultor Valério Turnes e teve duração de um dia.

A seguir foram realizadas palestras sobre os temas:



- Sistema REGIN – com a participação do Presidente da Junta Comercial do Estado, Antônio Carlos Zimmermann;
- Relacionamento Interpessoal, liderança e motivação – com a abordagem: como trabalhar em equipe, boa comunicação e atitude correta, a força do elogio – como lidar com os diversos temperamentos e como transformar problemas em soluções, sendo palestrante o Senhor Acácio Garcia.

Representou a GRANFPOLIS neste evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### **5.4.31 – CAPACITAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA REGIN NA GRANDE FLORIANÓPOLIS – 2ª ETAPA.**

Realizado nos dias 14 e 15 de outubro, no Laboratório de Informática da Prefeitura Municipal de Canelinha, visando capacitar os servidores públicos municipais para a operacionalização do Sistema de Registro Mercantil e Integrado – REGIN, com a seguinte programação:

- Apresentação do roteiro de trabalho;
- Análise e validade dos parâmetros cadastrados no Sistema REGIN;
- Treinamento prático de usabilidade do sistema;
- Apresentação dos procedimentos de suporte técnico;
- Apresentação do Sistema SIARCO on-line;
- Estrutura Física e Conectividade;
- Integração das entidades;
- Cronograma das próximas etapas.

Participaram do evento técnicos de 19 municípios, acompanhados pelo representante da Associação, Contador Luiz Antônio Gerardi.

#### **5.4.32 – NOVOS GESTORES – UM PACTO PELA QUALIDADE DA GESTÃO 2009 - 2012**

Evento realizados nos dias 19 a 21 de outubro nas dependências do Hotel Serra Azul em Gramado – RS, com a participação de Prefeitos eleitos e reeleitos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, promovido pela Confederação Nacional de Municípios – CNM com o apoio da FECAM e da FAMURS para tratar dos seguintes temas:

- A CNM e o Movimento Municipalista: Luta, conquistas e perspectivas;
- Os desafios para implementação de uma boa gestão;
- Experiência de Gestão Municipal;
- Temas fundamentais para a administração pública;
- Educação de qualidade: O desafio de todos os municípios;
- Saúde Municipal: Orientação para qualificação da gestão;
- Desenvolvimento Social: Orientações e direcionamento sociais;
- Finanças públicas: Noções básicas para os municípios;
- Seguridade e Previdência Social: O Município perante a Previdência Social;
- Tecnologia e modernização administrativa;
- Meio Ambiente: Desafio e oportunidade para os gestores municipais;

- Planejamento e de Desenvolvimento Urbano: Gestão territorial responsável;
- Atuação internancional municipal: estratégias para projetar mundialmente sua cidade.

Durante o evento a Confederação Nacional de Municípios – CNM fez a entrega de coletânea de publicação de cada setor da administração pública, com orientações e experiências bem sucedidas, além de botom e carteira de identidade funcional aos Senhores Prefeitos.

As Federações Estaduais, também realizaram reuniões com os Prefeitos presentes passando informações sobre o trabalho realizado em prol dos Municípios.

A Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, organizou o Grupo de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Primeiras Damas, que deslocaram-se até Gramado em ônibus locado pela entidade municipalista, estando presentes os representantes de Angelina, Anitápolis, Biguaçu, Garopaba, Governador Celso Ramos, São Bonifácio, São João Batista, São Pedro de Alcântara e Tijucas, que foram acompanhados pelo Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco.



#### 5.4.33 – 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS - CBTIM

Evento promovido pela Associação Paulista de Municípios, com o apoio da Confederação Nacional de Municípios – CNM, realizado nos dias 04, 05 e 06 de novembro, tratando dos temas:

- Cidade Digital;
- Nota Fiscal Eletrônica;
- Recursos Financeiros para Programas de Tecnologia da Informação.

Na oportunidade foram comemorados os 60 anos de fundação da Associação Paulista de Municípios – APM e realizado encontro de Prefeitos eleitos e reeleitos do Estado de São Paulo.

Participou do evento representando a GRANFPOLIS, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.34 – I SEMINÁRIO ESTADUAL DE ACESSIBILIDADE – FORMANDO CONSCIÊNCIA PARA A CIDADANIA

Evento realizado em Florianópolis, nos dias 04 e 05 de novembro, nas dependências do auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa do Estado, uma promoção da Casa Legislativa e da Escola do Legislativo, com o apoio do CREA/SC, da OAB e do Ministério Público de Santa Catarina, abordando os seguintes temas:

- Uma história de superação;

- Deficiência, Restrição e Maximização das Capacidades;
- Otimizando a Acessibilidade: Utilização do Desenvolvimento Universal;
- Construindo Conhecimento “Técnico para a Acessibilidade”;
- Design Universal na Abrangência das Idéias, dos Objetos, das Pessoas, dos Edifícios e das Cidades;
- Legislação sobre Acessibilidade;
- Projetos e Recursos para Otimização da Acessibilidade nos Municípios;
- O Papel das Instituições na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência frente à aplicabilidade do Decreto 5296 de 2004;
- Ações do Ministério Público em Prol da Acessibilidade em Santa Catarina;
- Acessibilidade Urbana;
- Fonte de Recursos e Acessibilidade dos espaços públicos.

Representou a GRANFPOLIS no evento, a Arquiteta Márcia Cardoso Lorenzi.

#### 5.4.35 - CAPACITAÇÃO SOBRE PORTAL DE CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL

Evento realizado em Florianópolis, no dia 13 de novembro, visando orientar os técnicos das Associações de Municípios sobre a operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONVI), que é uma nova ferramenta do Governo Federal disponível para financiar seus projetos.



A capacitação foi realizada pela Assessora de Tecnologia da Informação da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) Cibele Lazzari, convidada pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

A GRANFPOLIS esteve representada no evento pelo Assessor Técnico, Contador Gilberto Brasil.

#### 5.4.36 – 40º ENCONTRO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA

Realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro, em Lages – SC (AMURES) para tratar dos seguintes temas:

- Plano Diretor de Regionalização – PDR: Configuração das Regiões Assistenciais de Saúde;
- Dúvidas mais frequentes e Novas Orientações para Adesão ao Pacto pela Saúde;
- Apresentação e experiências exitosas dos Municípios Catarinenses nos 20 anos do SUS.

A Associação esteve representada no evento pela Assessora Técnica para Assuntos de Saúde, Administradora Teresinha Niehues.

#### 5.4.37 – II SEMINÁRIO CATARINENSE DE PERÍCIAS JUDICIAIS

Evento promovido pelo IBAPE/SC com o apoio do CREA/SC, no dia 28 de novembro, tendo por local as dependências do Centro de Convenções do Hotel Baía Norte, em Florianópolis, abordando os seguintes temas:

- Perícia Judicial – Aspectos Processuais;
- Estudo de Impacto de Vizinhança;
- A Proteção Ambiental e a Função do Juiz;
- Terra da União;
- Responsabilidade Profissional do Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo na Perícia Judicial.

Participou do evento, representando A GRANFPOLIS, a Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques.

#### 5.4.38 – REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO FEDERAL

O evento coordenado pelo Presidente da Comissão Externa para Avaliar a Catástrofe ocorrida em Santa Catarina, Deputado Federal Paulo Roberto Bornhausen, realizada no dia 05 de dezembro na sede da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, para ouvir os Prefeitos dos Municípios atingidos em suas reivindicações e apresentação dos relatórios de danos.



Compareceram ao evento o Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão do Orçamento Federal, os Senadores Neuto de Conto, Ideli Salvati, Raimundo Colombo e Kátia Abreu; os Deputados Federais de Santa Catarina Cláudio Vignati, José Carlos Vieira, Paulo Bornhausen, Paulo Bauer e os Deputados Federais Rocha Loures do Paraná e Mendes Ribeiro Filho do Rio Grande do Sul.

Na oportunidade os Prefeitos apresentaram os seus pleitos, tendo o Prefeito Municipal de São João Batista, Aderbal Manoel dos Santos, feito a entrega dos relatórios de danos dos Municípios da Grande Florianópolis, estando presentes representantes de Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São Pedro de Alcântara e Tijucas, acompanhados do Secretário Executivo da Associação, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

#### 5.4.39 – VI CONGRESSO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

Evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com o apoio das Associações de Municípios, realizado em Florianópolis, nas dependências do CENTROSUL, nos dias 01, 02 e 03 de dezembro, com a presença do Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira, ocasião em que foram tratados os seguintes temas:

- Santa Catarina e o Futuro – Empreendedorismo e Inovação;
- Defesa Civil: Planejamento Governamental e a Prevenção Contra Desastres;
- Os Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal na Gestão Pública Municipal;
- A organização do Movimento Municipalista em Santa Catarina;



- Programas e Ações do Governo Estadual;
- Programas e Ações do Governo Federal.

Prestigiaram o evento os Prefeitos atuais de Antônio Carlos, Florianópolis, Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara, São João Batista e Palhoça, e os eleitos de Angelina, Garopaba, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São José, acompanhados pelo Secretário Executivo da GRANFPOLIS, Miguel Augusto Forbek Faraco.



## **5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO**

No decorrer do ano de 2008, a Associação repassou aos técnicos das Prefeituras Municipais responsáveis pelo Movimento Econômico, todas as orientações sobre os diversos procedimentos relativos ao trabalho de levantamento e análise dos dados e informações (DIMES) fornecidos pelas empresas e pelos agricultores de cada Município da Grande Florianópolis.

Os técnicos e os representantes credenciados da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS participaram ativamente de cursos, reuniões, seminários, ciclos e treinamentos. Visando aprimorar a análise dos valores informados pelos contribuintes industriais e comerciais, bem como os agricultores, tendo ao final resultado a fixação dos índices definitivos de retorno do ICMS para o exercício de 2009, com a publicação no Diário Oficial do Estado em 21 de novembro de 2008, após apresentação e julgamento dos recursos em 1ª e 2ª Instâncias.

Ao final, podemos afirmar que o trabalho dedicado e profícuo realizado no decorrer de 2008 foi muito valioso e importante pois, levou a Microrregião a obter um crescimento de 0,56%, mantendo a tendência de aumento desde, 2003, com a GRANFPOLIS permanecendo em 3º lugar dentre as 20 Associações de Municípios, conforme poderá ser observado nos quadros e gráficos a seguir:

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS  
GRANFPOLIS**

**ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO  
DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

**BASE : ANOS 2006 e 2007 - APURAÇÃO 2008**

**EXERCÍCIO : 2009**

MUNICÍPIO	TOTAL VALOR ADICIONADO/06 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006	TOTAL VALOR ADICIONADO/07 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2007	ÍNDICES PARA 2009
ÁGUAS MORNAS	16.972.732,33	0,023936	22.190.126,18	0,027097	0,07639
ALFREDO WAGNER	55.131.788,49	0,076796	58.224.095,01	0,071098	0,12459
ANGELINA	19.474.275,26	0,026346	24.558.023,14	0,029988	0,07956
ANITÁPOLIS	8.894.415,49	0,011687	11.219.891,16	0,013701	0,06415
ANTÔNIO CARLOS	155.453.985,52	0,229630	215.262.481,46	0,262860	0,28934
BIGUAÇU	907.309.656,54	1,315463	856.488.823,95	1,045869	1,19699
CANELINHA	34.819.108,73	0,045569	40.390.340,57	0,049321	0,09976
FLORIANÓPOLIS	2.894.774.548,83	3,789871	3.072.426.706,75	3,751778	3,91431
GAROPABA	87.850.003,84	0,121274	85.630.437,30	0,104564	0,16378
GOV.CELSO RAMOS	22.566.797,42	0,027879	22.975.121,79	0,028055	0,08071
LEOBERTO LEAL	21.486.526,72	0,031051	20.329.041,96	0,024824	0,07836
MAJOR GERCINO	15.522.323,85	0,021525	14.392.962,09	0,017575	0,07064
NOVA TRENTO	67.396.765,78	0,079649	70.554.687,15	0,086155	0,14054
PALHOÇA	405.143.122,46	0,505456	585.235.541,85	0,714638	0,68664
PAULO LOPES	24.405.306,25	0,033238	31.981.282,99	0,039053	0,08747
RANCHO QUEIMADO	12.854.255,76	0,017525	14.160.914,36	0,017292	0,06866
STO AMARO IMPERATRIZ	54.121.945,50	0,070981	60.872.620,08	0,074332	0,12551
SÃO BONIFÁCIO	11.752.830,37	0,017050	13.218.302,16	0,016141	0,06733
SÃO JOÃO BATISTA	166.787.764,36	0,212672	180.573.362,12	0,220500	0,27594
SÃO JOSÉ	1.727.029.616,05	2,322652	1.853.137.489,17	2,262889	2,36822
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	8.440.435,19	0,010946	9.951.596,65	0,012152	0,06306
TIJUCAS	307.765.209,68	0,407352	326.649.141,57	0,398875	0,46191
<b>TOTAL DA ASSOCIAÇÃO</b>	<b>7.025.953.414</b>	<b>9,398546</b>	<b>7.590.422.989</b>	<b>9,268759</b>	<b>10,58386</b>

Grant/Tabelas Relatório/Relat3.XLS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**  
**GRANFPOLIS**

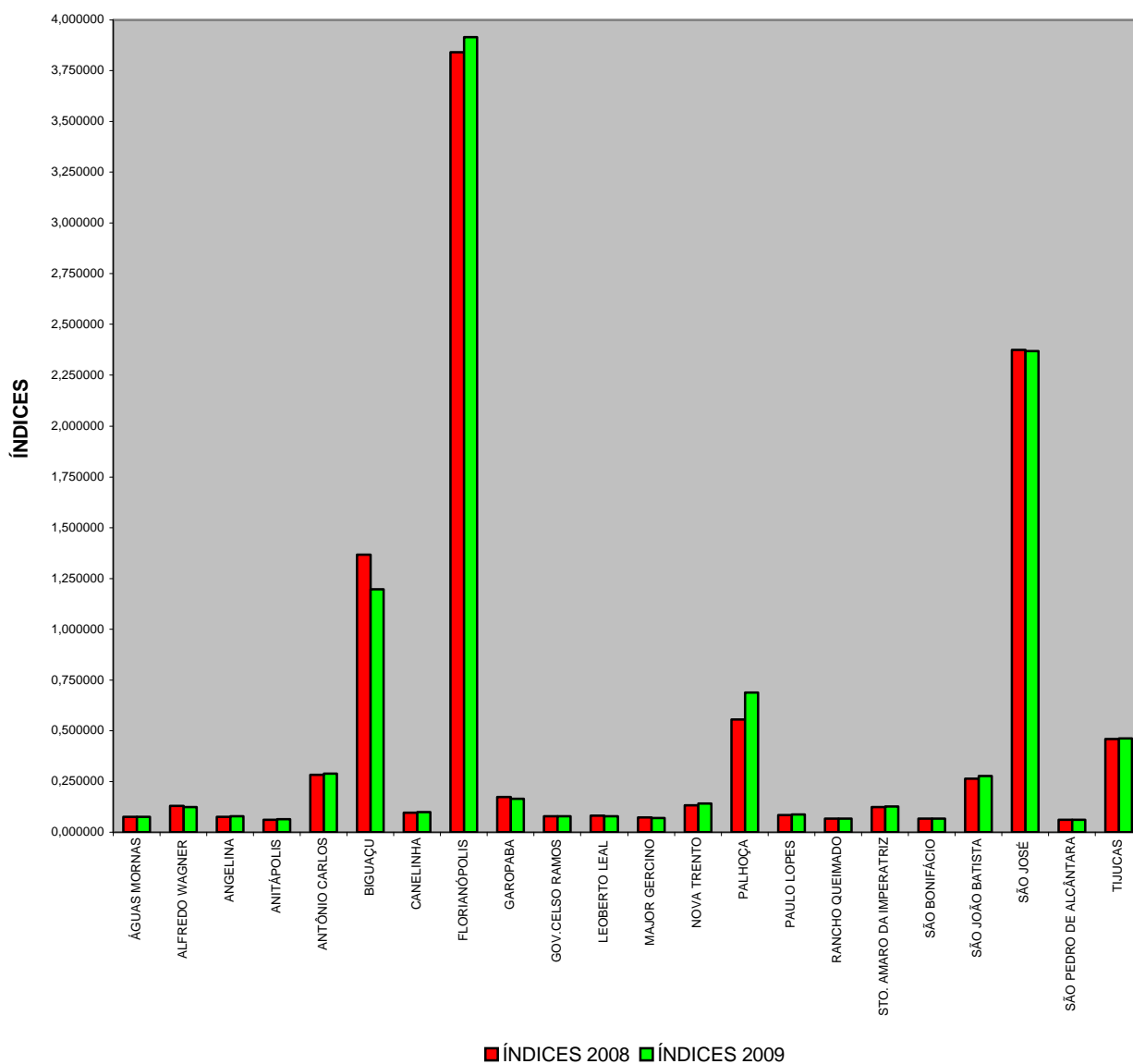
**COMPARATIVO ENTRE ÍNDICE DE MUNICÍPIOS ANO 2009 E ANO 2008**

**VALOR FIXO/2009 = 15%**

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2007	VARIAÇÃO %	ÍNDICES ANO 2008	ÍNDICES ANO 2009	VARIAÇÃO %
ÁGUAS MORNAS	0,023307	0,027097	16,26	0,075130	0,076390	1,68
ALFREDO WAGNER	0,075706	0,071098	-6,09	0,127990	0,124590	-2,66
ANGELINA	0,026742	0,029988	12,14	0,077541	0,079560	2,60
ANITÁPOLIS	0,012214	0,013701	12,18	0,062882	0,064150	2,02
ANTÔNIO CARLOS	0,213465	0,262860	23,14	0,280824	0,289340	3,03
BIGUAÇU	1,245894	1,045869	-16,05	1,366658	1,196990	-12,41
CANELINHA	0,047813	0,049321	3,15	0,096763	0,099760	3,10
FLORIANÓPOLIS	3,975028	3,751778	-5,62	3,841065	3,914310	1,91
GAROPABA	0,120633	0,104564	-13,32	0,172469	0,163780	-5,04
GOV.CELSO RAMOS	0,030988	0,028055	-9,46	0,079073	0,080710	2,07
LEOBERTO LEAL	0,029505	0,024824	-15,86	0,082246	0,078360	-4,72
MAJOR GERCINO	0,021315	0,017575	-17,54	0,072719	0,070640	-2,86
NOVA TRENTO	0,092547	0,086155	-6,91	0,130844	0,140540	7,41
PALHOÇA	0,556332	0,714638	28,46	0,556650	0,686640	23,35
PAULO LOPES	0,033513	0,039053	16,53	0,084432	0,087470	3,60
RANCHO QUEIMADO	0,017651	0,017292	-2,03	0,068720	0,068660	-0,09
STO. AMARO DA IMPERATRIZ	0,074319	0,074332	0,02	0,122175	0,125510	2,73
SÃO BONIFÁCIO	0,016139	0,016141	0,01	0,068244	0,067330	-1,34
SÃO JOÃO BATISTA	0,229029	0,220500	-3,72	0,263867	0,275940	4,58
SÃO JOSÉ	2,371511	2,262889	-4,58	2,373846	2,368220	-0,24
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0,011590	0,012152	4,85	0,062141	0,063060	1,48
TIJUCAS	0,422615	0,398875	-5,62	0,458546	0,461910	0,73
<b>TOTAL DA ASSOCIAÇÃO</b>	<b>9,647853</b>	<b>9,268759</b>	<b>-3,93</b>	<b>10,524826</b>	<b>10,583860</b>	<b>0,56</b>

Granf/Tabelas Relatório/Relat2.XLT

## COMPARATIVO ENTRE ÍNDICES DE MUNICÍPIOS ANO 2009 / 2008



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**  
**GRANFPOLIS**

**CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AOS ÍNDICES DE REPASSE AOS MUNICÍPIOS PARA O ANO**  
**DE 2009**

**BASE: ANOS 2006 E 2007 - APURAÇÃO 2008**

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO		ÍNDICE	VARIÇÃO %
	ESTADO	GRANFPOLIS		
FLORIANÓPOLIS	005	001	3,91431	1,91
SÃO JOSÉ	006	002	2,36822	-0,24
BIGUAÇU	012	003	1,19699	-12,41
PALHOÇA	028	004	0,68664	23,35
TIJUCAS	038	005	0,46191	0,73
ANTÔNIO CARLOS	061	006	0,28934	3,03
SÃO JOÃO BATISTA	067	007	0,27594	4,58
GAROPABA	118	008	0,16378	-5,04
NOVA TRENTO	143	009	0,14054	7,41
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	155	010	0,12551	2,73
ALFREDO WAGNER	158	011	0,12459	-2,66
CANELINHA	191	012	0,09976	3,10
PAULO LOPES	219	013	0,08747	3,60
GOVERNADOR CELSO RAMOS	234	014	0,08071	2,07
ANGELINA	237	015	0,07956	2,60
LEOBERTO LEAL	243	016	0,07836	-4,72
AGUAS MORNAS	250	017	0,07639	1,68
MAJOR GERCINO	265	018	0,07064	-2,86
RANCHO QUEIMADO	271	019	0,06866	-0,09
SÃO BONIFÁCIO	274	020	0,06733	-1,34
ANITÁPOLIS	283	021	0,06415	2,02
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	288	022	0,06306	1,48
<b>TOTAL</b>			<b>10,583860</b>	<b>0,56</b>

Granf/Tabelas Relatório/Relat6.XLS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS  
GRANFPOLIS

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES - PERÍODO DE 2005 A 2008 (EXERCÍCIO)

MUNICÍPIO	ANO BASE 2004 / EXERCÍCIO 2005		ANO BASE 2005 / EXERCÍCIO 2006		ANO BASE 2006 / EXERCÍCIO 2007		ANO BASE 2007 / EXERCÍCIO 2008					
	Índices para 2006	Classificação		Índices para 2007	Classificação		Índices para 2008	Classificação				
		Estado	GRANFPOLIS		Estado	GRANFPOLIS		Estado	GRANFPOLIS	Estado	GRANFPOLIS	
ÁGUAS MORNAS	0,07400	254	016	0,07537	254	017	0,07513	252	017	0,07639	250	017
ALFREDO WAGNER	0,14927	141	008	0,14581	143	009	0,12799	149	010	0,12459	158	011
ANGELINA	0,07302	258	017	0,07613	251	016	0,07754	243	016	0,07956	237	015
ANITÁPOLIS	0,06379	288	021	0,06305	286	021	0,06288	285	021	0,06415	283	021
ANTÔNIO CARLOS	0,22654	086	006	0,24714	080	006	0,28082	071	007	0,28934	061	006
BIGUAÇU	1,39096	012	003	1,46588	012	003	1,36666	011	003	1,19699	012	003
CANELINHA	0,09460	213	012	0,09438	213	012	0,09676	192	012	0,09976	191	012
FLORIANÓPOLIS	3,54984	005	001	3,63940	005	001	3,84107	005	001	3,91431	005	001
GAROPABA	0,13590	152	009	0,16138	132	008	0,17247	112	008	0,16378	118	008
GOV. CELSO RAMOS	0,07867	242	015	0,07719	248	015	0,07907	231	014	0,08071	234	014
LEOBERTO LEAL	0,08183	234	013	0,08393	228	013	0,08225	234	015	0,07836	243	016
MAJOR GERCINO	0,06909	270	018	0,07201	262	018	0,07272	259	018	0,07064	265	018
NOVA TRENTO	0,11595	177	010	0,11794	172	010	0,13084	137	009	0,14054	143	009
PALHOÇA	0,50753	040	005	0,49957	039	004	0,55665	029	004	0,68664	028	004
PAULO LOPES	0,08170	235	014	0,08191	234	014	0,08443	222	013	0,08747	219	013
RANCHO QUEIMADO	0,06819	272	019	0,06925	271	019	0,06872	269	019	0,06866	271	019
SANTO AMARO DA IMP.	0,10905	184	011	0,11303	181	011	0,12218	151	011	0,12551	155	010
SÃO BONIFÁCIO	0,06691	275	020	0,06870	273	020	0,06824	270	020	0,06733	274	020
SÃO JOÃO BATISTA	0,21255	093	007	0,23601	084	007	0,26387	064	006	0,27594	067	007
SÃO JOSÉ	2,16292	006	002	2,23609	006	002	2,37385	006	002	2,36822	006	002
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0,05962	292	022	0,06077	291	022	0,06214	288	022	0,06306	288	022
TIJUCAS	0,52482	038	004	0,46632	040	005	0,45855	039	005	0,46191	038	005
<b>TOTAL GRANFPOLIS</b>	<b>9,89675</b>			<b>10,15126</b>			<b>10,52483</b>			<b>10,58386</b>		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**  
**GRANFPOLIS**

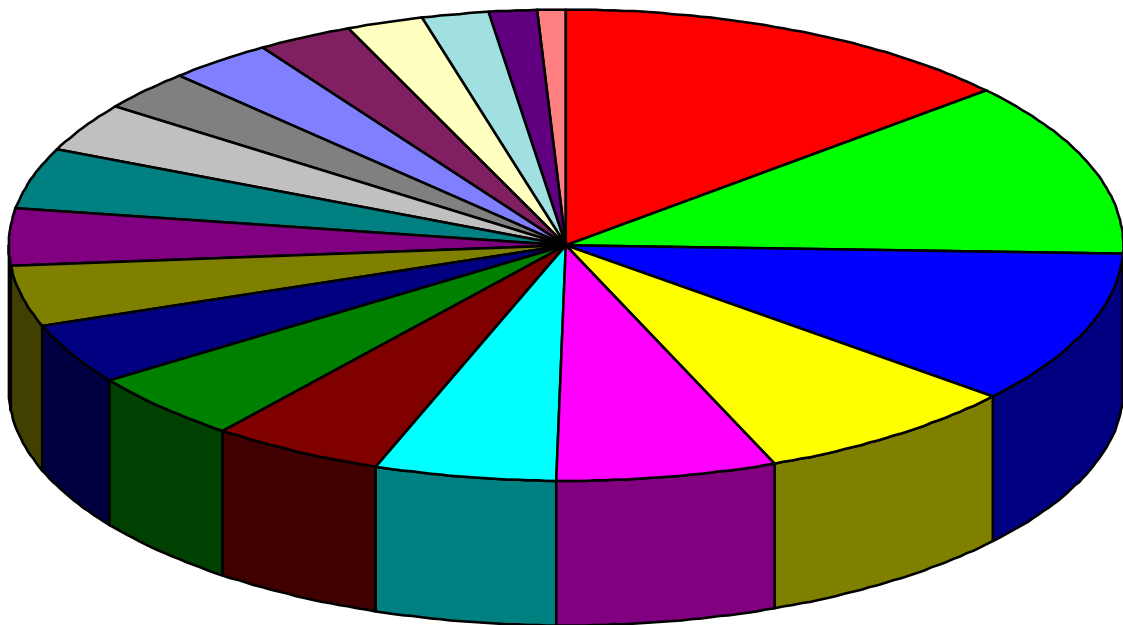
**ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS**  
**NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

**BASE : ANOS 2006 e 2007 - APURAÇÃO 2008**

**EXERCÍCIO : 2009**

<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>TOTAL VALOR ADICIONADO/06 R\$</b>	<b>PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006</b>	<b>TOTAL VALOR ADICIONADO/07 R\$</b>	<b>PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2007</b>	<b>ÍNDICE PARA 2009</b>
AMUNESC	9.647.694.112	13,247958	10.778.857.348	13,162195	13,664860
AMMVI	8.280.839.727	11,371029	8.875.756.109	10,838295	11,820590
GRANFPOLIS	7.025.953.414	9,647853	7.590.422.989	9,268759	10,583860
AMFRI	4.984.277.543	6,844278	6.220.539.881	7,595978	7,782750
AMVALI	4.435.102.148	6,090165	5.073.137.825	6,194871	6,500450
AMREC	3.516.484.900	4,828744	3.758.197.015	4,589180	5,271760
AMARP	2.944.853.304	4,043794	3.174.472.361	3,876387	4,932510
AMOSC	2.545.876.341	3,495930	2.989.592.719	3,650628	4,596930
AMURES	2.443.188.956	3,354922	2.742.122.851	3,348440	4,272960
AMUREL	2.397.720.727	3,292486	2.615.522.715	3,193847	4,113230
AMAUC	2.318.869.187	3,184210	2.540.717.836	3,102502	3,962260
AMAVI	2.135.159.320	2,931944	2.263.808.880	2,764365	4,281390
AMMOC	1.840.261.151	2,526998	2.117.114.380	2,585234	3,221450
AMPLANORTE	1.733.418.581	2,380284	1.840.217.711	2,247112	2,825490
AMAI	1.627.447.928	2,234768	1.974.557.761	2,411157	3,039540
AMEOSC	1.262.221.448	1,733249	1.559.756.176	1,904637	2,792000
AMESC	1.093.818.749	1,502003	1.146.885.369	1,400476	2,219050
AMERIOS	766.726.344	1,052848	900.486.503	1,099595	1,895370
AMPLASC	487.333.024	0,669193	973.704.908	1,189003	1,287390
AMNOROESTE	413.162.467	0,567344	472.797.848	0,577339	0,936160
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>61.900.409.369</b>	<b>85,000000</b>	<b>69.608.669.185</b>	<b>85,000000</b>	<b>100,000000</b>

## DISTRIBUIÇÃO DO I.C.M.S. POR ASSOCIAÇÕES



■ AMUNESC	■ AMMVI	■ GRANFPOLIS	■ AMFRI	■ AMVALI
■ AMREC	■ AMARP	■ AMOSC	■ AMURES	■ AMUREL
■ AMAUC	■ AMAVI	■ AMMOC	■ AMPLANORTE	■ AMAI
■ AMEOSC	■ AMESC	■ AMERIOS	■ AMPLASC	■ AMNOROESTE



## **6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS**

### **6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA**

A Assessoria para Assuntos Administrativos, Contábeis, Financeiros e de Informática continuou, no exercício de 2008, o seu habitual trabalho de orientação aos setores de contabilidade, controle interno e vários outros da Administração Pública Municipal.

Acompanhamos a tramitação dos processos das Contas Anuais dos Municípios no Tribunal de Contas do Estado, onde foram obtidas 21 recomendações às Câmaras Municipais pela aprovação e apenas uma recomendação para rejeição. Sendo que esta, a Associação já está auxiliando no pedido de reapreciação.

A Associação dos Municípios manteve sua representação no Colégio Estadual de Contadores e de Controladores Internos da FECAM, participando de várias reuniões no Estado e de encontros com o TCE/SC para uniformizar e até mesmo propor alterações de entendimentos e procedimentos contábeis.

No mês de junho a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com o apoio das Associações de Municípios, iniciou a implantação do sistema REGIN nos municípios de Santa Catarina, com vistas a apoiar os municípios na modernização dos procedimentos de emissão de alvará e abertura de empresas.

O REGIN é um projeto da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC que segue as seguintes diretrizes:

- Viabilizar, via internet, informações e orientações para a abertura, alteração ou extinção de uma empresa;
- Incorporar os procedimentos dos órgãos e entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas;
- Integrar todos os órgãos em um processo único;
- Ser alimentado/mantido pelos órgãos e entidades relacionadas com o processo.

Os municípios terão diversos benefícios com a utilização do sistema REGIN, simplificando o registro das empresas, diminuindo as empresas que atuam na informalidade e conseqüentemente aumentando a arrecadação, além de modernizar a gestão administrativa municipal.

Este projeto será mais um dos muitos que esta assessoria vai acompanhar, assessorar e promover capacitações para os servidores envolvidos na implementação do Sistema REGIN.

A Assessoria ao Movimento Econômico dos Municípios, também recebeu atenção especial da equipe técnica, com a elaboração de recursos em 1ª instância da DIME/2008, para os Municípios de: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara e em 2ª instância para o Município de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Palhoça, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz, onde obtivemos resultados positivos em seus deferimentos.

Para o exercício de 2009, a Assessoria já se prepara, neste primeiro ano de mandato, para uma série de capacitações tendo como público os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais e demais servidores.

A seguir, de forma reduzida, para fins de registro, relacionamos algumas das atividades desenvolvidas no exercício de 2008:

### **ÁGUAS MORNAS**

- 1 - Orientação sobre contrapartida de recursos recebidos da saúde.
- 2 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão de anexos anuais do RPPS e posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 3 - Orientação sobre fechamento de valores entre os sistemas contábeis financeiro e patrimonial no novo Plano de Contas.
- 4 - Orientação sobre fechamento de saldos entre o Ativo e o Passivo no novo Plano de Contas.
- 5 - Orientação sobre configuração de conta contábil de acordo com o Plano de Contas da União e E-Sfinge do TCE/SC.
- 6 - Atualização de cadastro de destinatários para baixa das Notas Fiscais de Produtor Rural no Sistema SisRuralWeb.
- 7 - Enviou da massa de dados do Sistema SisRural através do SAT das notas de produtor baixadas.
- 8 - Orientações para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.15.
- 9 - Enviou dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 10 - Apresentação de Recurso em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração Valor Adicionado.
- 11 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 17/09/2008 (in loco).

### **ALFREDO WAGNER**

- 1 - Orientação sobre transferência e cópia de segurança do Banco de Dados da Câmara.
- 2 - Orientação sobre a forma e a contabilização de cobrança de valores apontados em Tomada de Conta Especial pelo TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre lançamento contábil transferindo a Dívida de Longo Prazo para Curto Prazo.
- 4 - Orientação sobre o lançamento contábil de indenizações e restituições.
- 5 - Orientação sobre contabilização de rendimentos negativo de aplicação financeira.
- 6 - Orientação sobre elaboração do orçamento e contabilização do Fundo Municipal de Saúde.
- 7 - Orientação sobre o funcionamento e operacionalização do controle interno no Município.
- 8 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para SisruralWeb, atualização para a versão 3.11 e orientação para sua operacionalização. (In loco em 16/04/08).
- 9 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.15.
- 10 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 11 - Apresentação de Recurso em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração do Valor Adicionado.
- 12 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 03/09/2008 (in loco).
- 13 - Orientação sobre o encaminhamento dos arquivos do E-Sfinge.

### **ANGELINA**

- 1 - Orientação sobre contratação de Operação de Crédito.
- 2 - Orientação sobre configuração de relatórios no Sistema de Contabilidade.
- 3 - Orientação sobre utilização do detalhamento dos Elementos de Despesa.
- 4 - Orientação sobre classificação de Despesas.
- 5 - Orientação sobre classificação de Receitas.
- 6 - Orientação sobre contabilização de restituição de receita de convênio.
- 7 - Orientação sobre alteração orçamentária.
- 8 - Orientação sobre impressão dos relatórios de tesouraria.
- 9 - Orientação sobre elaboração da DCTF/Receita Federal da Câmara.
- 10 - Orientação sobre configuração de rubricas de receita para rodar o E-Sfinge do TCE/SC.
- 11 - Orientação sobre geração de informação para o E-Sfinge do TCE/SC.

- 12 - Orientação sobre classificação de receitas de contribuições no Instituto de Previdência.
- 13 - Orientação de ajuste de saldos contábeis no Sistema Patrimonial.
- 14 - Orientação sobre Prestação de Contas de recursos transferidos à APAE.
- 15 - Orientação sobre contratação de despesa por Dispensa de Licitação.
- 16 - Orientação sobre empenhamento do 13º salário para a Câmara Municipal.
- 17 - Orientação sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida de acordo com a LRF.
- 18 - Orientação sobre contabilização do FUNDEB.
- 19 - Orientação sobre abertura de crédito extraordinário.
- 20 - Orientação sobre contabilização de devolução de convênios.
- 21 - Orientação para correção de arquivos para o E-Sfinge do 6º Bimestre/2007.
- 22 - Orientação sobre o prazo para retificação da DIRF para Câmara Municipal.
- 23 - Orientação para instalação do Sistema SisRural versão 3.00.
- 24 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 25 - Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração do Valor Adicionado.
- 26 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 22/09/2008 (in loco).
- 27 - Orientação sobre o encaminhamento dos relatórios do Controle Interno.
- 28 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 24/09/2009 (in loco).
- 29 - Orientação para atualização de dados da FAC.

### **ANITÁPOLIS**

- 1 - Orientação sobre criação de conta contábil no Grupo Realizável.
- 2 - Orientação sobre procedimentos vedados em Ano Eleitoral.
- 3 - Orientação sobre definição das fontes de recursos para 2008 segundo o TCE/SC.
- 4 - Orientação sobre cálculo de “teto” de contribuição previdenciária.
- 5 - Orientação sobre lançamentos contábeis de transferência de dívida de longo para curto prazo.
- 6 - Orientação sobre análise de limites de despesa com pessoal frente o empenhamento do 13ª Salário.
- 7 - Análise de diferença em guia de recolhimento do INSS e FGTS – GFIP.
- 8 - Orientação sobre composição dos “Encargos Gerais” na Lei Orçamentária Anual.
- 9 - Orientação sobre possibilidade de concessão de abono aos profissionais do magistério para cumprimento do limite de 60% do FUNDEB.
- 10 - Fornecimento de modelo de regulamento de diárias.
- 11 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 12 - Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração do Valor Adicionado.
- 13 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 22/09/2008 (in loco).
- 14 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 22/09/2008 (in loco).
- 15 - Orientação sobre o Sistema SisRuralWeb para baixar as notas de produtor.

### **ANTÔNIO CARLOS**

- 1 - Orientação sobre obrigatoriedade e contabilização da devolução de recursos da Câmara para o Executivo.
- 2 - Orientação sobre criação de dotação para construção de prédio público.
- 3 - Orientação sobre contabilização de Devolução de receita de convênio.
- 4 - Orientação sobre elaboração do estudo do impacto orçamentário e financeiro, segundo a LRF, na Revisão Geral Anual e na concessão de Abono Salarial.
- 5 - Solicitação ao TCE/SC para inclusão do detalhamento do Elemento de Despesa utilizado no Município.
- 6 - Orientação sobre atualização da Dívida e longo prazo e lançamento contábil de transferência para curto prazo.

- 7 - Orientação sobre cálculo de Horas Extras.
- 8 - Orientação sobre contabilização de provisão para perdas em investimentos do RPPS.
- 9 - Orientação sobre realização, contratação e contabilização de despesas decorrentes do “Estado de Emergência” decretado pelo Município.
- 10 - Orientação sobre regularidade de despesas.
- 11 - Orientação sobre o Sistema SisRuralWeb para baixar as notas de produtor.
- 12 - Orientação para envio dos arquivos do E-sfinge do 6º Bimestre/2007.
- 13 - Orientação para atualização do Sistema SisRural versão 2.28.
- 14 - Atualização de cadastro de destinatários para baixa das Notas Fiscais de Produtor Rural no Sistema SisRuralWeb.
- 15 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.25.
- 16 - Envio dos dados das Notas de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 17 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 05/09/2008 (in loco).

### **BIGUAÇU**

- 1 - Orientação sobre os Blocos de Financiamento da Saúde na elaboração e execução orçamentária.
- 2 - Orientação sobre lançamentos contábeis de estorno de receita de imposto de renda.
- 3 - Orientação sobre encaminhamento do Balanço Anual do Município para o Estado segundo a LRF – Desobrigação pelo convênio firmado com a CEF.
- 4 - Orientação sobre cálculo e contabilização do PASEP.
- 5 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre procedimentos e contabilização de cancelamento de Restos a Pagar.
- 6 - Orientação sobre contabilização do Imposto de Renda na Câmara Municipal.
- 7 - Orientação sobre alteração orçamentárias, na Prefeitura, Câmara e Fundos Municipais.
- 8 - Orientação à Câmara Municipal sobre emendas ao Orçamento Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 9 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 10 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 05/09/2008 (in loco).
- 11 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 05/09/2008 (in loco).

### **CANELINHA**

- 1 - Orientação sobre detalhamento dos Elementos de Despesa.
- 2 - Orientação sobre geração do E-Sfinge do TCE/SC, relativo ao 6º Bimestre de 2007.
- 3 - Orientação sobre reabertura de crédito especial no exercício seguinte pelos seus saldos.
- 4 - Orientação sobre classificação de Despesas.
- 5 - Orientação sobre contratação, abertura de dotação orçamentária e contabilização de Operação de Crédito.
- 6 - Orientação sobre possibilidades de alteração salarial no período eleitoral.
- 7 - Orientação sobre definição e contabilização de “Subvenção Social”.
- 8 - Resposta de Processo do TCE/SC relativo a autos apartados de 2005.
- 9 - Orientação sobre contrapartida de convênio para construção de casas populares.
- 10 - Orientação sobre definição, contabilização e comprovações de diárias segundo o TCE/SC.
- 11 - Orientação sobre contabilização do 13º Salário dos ACT's.
- 12 - Orientação sobre correção de lançamentos contábeis de Depósitos Judiciais.
- 13 - Orientação sobre contabilização de despesas com acidente de trânsito.
- 14 - Orientação sobre lançamentos contábeis de incorporação de bens ao patrimônio municipal;
- 15 - Orientação sobre despesas e contabilização de seguro de veículos.
- 16 - Orientação sobre criação, operacionalização e contabilização do Fundo Municipal de Saúde como unidade gestora.
- 17 - Orientação sobre contabilização de recebimento de Seguro de Veículo Acidentado.
- 18 - Orientação sobre contabilização de baixa de responsabilidades financeiras.
- 19 - Orientação sobre utilização de Reserva de Contingência para abertura de créditos adicionais.

- 20 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o Sisrural/Web, atualização para a versão 3.2 e orientação para sua operacionalização. (In loco) em 04/02/08).
- 21 - Orientação sobre atualização de dados da FAC.
- 22 - Orientação para Baixar as Notas de Produtor Rural no SISRURAL.
- 23 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.15.
- 24 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 25 - Orientações para atualização de dados do E-Sfinge.
- 26 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 16/09/2008 (in loco).

### **FLORIANÓPOLIS**

- 1 - Orientação sobre lançamento de receita e despesas por competência.
- 2 - Orientação sobre formalização de contratos e empenhamentos de obras.
- 3 - Orientação sobre aplicação dos recursos de Alienação de Bens.
- 4 - Orientação sobre aplicação dos recursos do CIDE.
- 5 - Orientação sobre classificação da Despesa.
- 6 - Orientação sobre contabilização dos recursos oriundos do FNDE/PDDE.
- 7 - Orientação sobre forma de contabilização da Câmara tendo em vista a consolidação das contas com o Executivo.
- 8 - Orientação sobre contabilização de Decisão Judicial na Câmara Municipal.
- 9 - Orientação sobre contabilização de reajuste de valores de Despesas de Exercício anterior.
- 10 - Orientação sobre legitimidade de documentos fiscais.
- 11 - Orientação sobre cálculo de Despesa com Pessoal segundo a LRF e preenchimento do Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal.
- 12 - Orientação sobre regularidade de despesa com locação de veículo.
- 13 - Participação de Reunião junto com os membros da Secretaria de Finanças, Transferência e Renda e com Funcionário da Secretaria de Estado da Fazenda para tratar da importância do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural.
- 14 - Esclarecimentos sobre a utilização de recibo e boleto bancário como documento fiscal para pagamento de estagiários contratados através do SIEE.

### **GAROPABA**

- 1 - Orientação sobre encerramento do exercício de 2007 e abertura do ano de 2008.
- 2 - Geração do sistema e-SFINGE durante o exercício de 2008.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria Conjunta 02/2007.
- 5 - Análise do FUNDEB, das despesas com pessoal, saúde e comportamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2008.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 8 - Orientação a Câmara Municipal sobre possibilidade de gastos do Legislativo.
- 9 - Elaboração do SIOP'S.
- 10 - Elaboração da coleta de dados contábeis para CEF com base na Lei de Responsabilidade Fiscal - SISTN
- 11 - Resposta de Relatório do TCE/SC.
- 12 - Participação na elaboração do orçamento para 2009.
- 13 - Elaboração do SIOPE.
- 14 - Orientação para instalação do Sistema SisRural versão 2.28.
- 15 - Orientação para atualização de dados da FAC.
- 16 - Orientação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).
- 17 - Apresentação de Recursos em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração do Valor Adicionado.

### **GOVERNADOR CELSO RAMOS**

- 1 - Orientação sobre possibilidade de Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos;
- 2 - Orientação sobre possibilidade de alteração da fonte de recursos em Despesas realizadas no Fundo Municipal de Saúde.
- 3 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb, atualização para a versão 3.2 e orientação para sua operacionalização (in loco em 04/02/08).
- 4 - Orientação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).
- 5 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 05/09/2008 (in loco).

### **LEOBERTO LEAL**

- 1 - Orientação sobre conversão do sistema de contabilidade para o novo plano de contas do TCE/SC.
- 2 - Orientação sobre procedimentos para abertura do exercício de 2008;
- 3 - Orientação sobre relacionamento de contas entre o plano antigo e o novo.
- 4 - Orientação sobre atualização de ativos.
- 5 - Orientação sobre detalhamento dos elementos de despesa.
- 6 - Orientação sobre lançamentos contábeis de retenção feitos nas despesas no momento de liquidação.
- 7 - Orientação sobre procedimentos e exigências para Revisão Geral Anual de Salários.
- 8 - Esclarecimentos sobre definição de dependente para efeitos de INSS e IRRF.
- 9 - Orientação sobre relacionamento de Rubricas de Receita para geração do E-Sfinge do TCE/SC.
- 10 - Orientação sobre cálculo de contribuições para o INSS.
- 11 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos Anexos Anuais do RPPS e posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 12 - Orientação sobre contabilização de restituição de valores.
- 13 - Orientação sobre aplicação dos recursos do FUNDEB.
- 14 - Orientação sobre alterações orçamentárias.
- 15 - Orientação sobre contabilização de rendimento de aplicação financeira na Câmara Municipal.
- 16 - Orientação sobre geração da E-Sfinge do TCE/SC do 1º Bimestre de 2008.
- 17 - Orientação sobre Prestação de Contas de recursos transferidos à entidades privadas.
- 18 - Orientação sobre a classificação das fontes de recursos da saúde separados por Blocos de Financiamento.
- 19 - Orientação sobre alterações no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 20 - Orientação sobre contabilização de multas de trânsito e responsabilidades financeiras.
- 21 - Orientação sobre contabilização e regularização de Depósitos Judiciais.
- 22 - Orientação sobre transferência de recursos e despesas com inativos do tesouro municipal, para o RPPS.
- 23 - Orientação sobre contabilização de ajuste do FUNDEB.
- 24 - Orientação sobre procedimentos e contabilização de incorporação de bens.
- 25 - Orientação para cadastro de movimentação de aposentadoria no Sistema E-Sfinge do TCE/SC.
- 26 - Orientação para geração dos arquivos da Unidade Gestora Prefeitura e do Controle Interno do E-Sfinge do 1º Bimestre/2008.
- 27 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb, atualização para a versão 3.11 e orientação para sua operacionalização (in loco em 16/04/08).
- 28 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.16.
- 29 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 30 - Orientações para cadastrar as informações no site da CNM sobre as Contas Públicas.
- 31 - Apresentação de Recurso em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.
- 32 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 03/09/2008 (in loco).

**MAJOR GERCINO**

- 1 - Orientação sobre conversão do sistema de contabilidade para o novo plano de contas do TCE/SC.
- 2 - Orientação sobre lançamentos contábeis de receita e despesa oriundo de convênio sem o respectivo ingresso financeiro.
- 3 - Orientação sobre a operacionalização contábil do Fundo Municipal de Saúde como Unidade Gestora.
- 4 - Orientação sobre transferência dos saldos contábeis para o Fundo Municipal de Saúde.
- 5 - Orientação sobre procedimentos para locação de imóvel para a Câmara Municipal.
- 6 - Orientação sobre procedimentos para licitação de peças para os equipamentos rodoviários do Município.
- 7 - Orientação sobre licitação por Menor Preço por Item.
- 8 - Orientações sobre os recursos da CFEM.
- 9 - Orientação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).
- 10 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 24/09/2008 (in loco).
- 11 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 24/09/2008 (in loco).
- 12 - Apresentação de Recurso em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, solicitando alteração do Valor Adicionado.

**NOVA TRENTO**

- 1 - Orientação sobre procedimentos para cancelamento de Restos a Pagar.
- 2 - Orientação sobre encerramento dos Fundos Municipais como Unidade Gestora e incorporação na Contabilidade do Município como Unidades Orçamentárias.
- 3 - Análise da situação financeira e orçamentária do Município.
- 4 - Orientação sobre regularidade da despesa de pagamento de combustíveis de terceiros.
- 5 - Orientação sobre conversão da contabilidade da Câmara Municipal para o novo plano de contas do TCE/SC.
- 6 - Orientação sobre cálculo de férias na Câmara Municipal.
- 7 - Orientação sobre conferência dos Demonstrativos Anuais do Balanço da Câmara Municipal.
- 8 - Orientação sobre empenhamento e liquidação de despesas com publicidade na Câmara Municipal.
- 9 - Orientação sobre todos os limites de gasto do Legislativo imposto pela CF/88 e LRF.
- 10 - Orientação à Câmara sobre necessidade de aprovação do Balancete Mensal e encaminhamento ao Executivo.
- 11 - Orientação sobre preenchimento e obrigatoriedade do Demonstrativo de Admissão de Pessoal.
- 12 - Análise e orientação sobre inscrição e baixa de Débitos Consolidados.
- 13 - Orientação sobre procedimentos contábeis de inscrição de valores em “Responsabilidades Financeiras”.
- 14 - Orientação sobre as fases da despesa pública.
- 15 - Orientação sobre lançamentos contábeis sobre devolução de receita.
- 16 - Orientação à Câmara Municipal sobre atualização do Sistema de Contabilidade para geração do E-Sfinge do TCE/SC.
- 17 - Orientação à Câmara Municipal sobre regularidade de diversas despesas.
- 18 - Orientação à Câmara Municipal sobre contabilização de passagens aéreas.
- 19 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos anexos anuais do RPPS e posterior encaminhamento no Ministério de Previdência.
- 20 - Orientação à Câmara Municipal sobre procedimentos para concessão de Adiantamento para despesas de pronto pagamento e viagens.
- 21 - Orientação sobre classificação de diversas despesas públicas.
- 22 - Orientação à Câmara Municipal sobre informação de pessoal para o E-Sfinge do TCE/SC relativos a Plano de Cargos e Cadastro de servidores.
- 23 - Orientação à Câmara Municipal sobre empenhamento do 13º Salário adiantado.
- 24 - Orientação sobre cálculo e contabilização do PASEP.
- 25 - Orientação sobre cadastramento e controle do Patrimônio Público.
- 26 - Orientação sobre pagamento de multas de trânsito.



- 27 - Orientação sobre “Declaração de Bens” dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores e Ocupantes de Cargos em Comissão.
- 28 - Informação sobre a contabilização do FPM.
- 29 - Orientação para cadastro de Receita.
- 30 - Orientação para atualização do Sistema SisRural versão 3.00.
- 31 - Correção da massa de dados do Sistema SisRural.
- 32 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 33 - Apresentação de Recursos em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.
- 34 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 16/09/2008 (in loco).
- 35 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para SisruralWeb, atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 16/09/2008 (in loco)

### **PALHOÇA**

- 1 - Orientação sobre regulamentação de Prestação de Contas de recursos concedidos e recebidos.
- 2 - Orientação à Câmara Municipal sobre as possibilidades e contabilização de aquisição parcelada de imóveis.
- 3 - Orientação sobre definição de modalidade para processo licitatório.
- 4 - Orientação sobre procedimento para devolução de receitas no IPPA.
- 5 - Orientação sobre preenchimento de documentos para pleitear operação de crédito.
- 6 - Orientação sobre geração de E-Sfinge do TCE/SC do IPPA.
- 7 - Orientação sobre correção de desconto extraordinário feito a maior.
- 8 - Orientação sobre a impossibilidade de contratação de Operações de Crédito nos últimos 120 dias do mandato.
- 9 - Orientação sobre contabilização e classificação da despesa e receita da compensação financeira no IPPA.
- 10 - Orientação à Câmara Municipal sobre procedimentos e contabilização de aquisição de um terreno.
- 11 - Orientação sobre classificação de despesas.
- 12 - Orientação à Câmara Municipal sobre recolhimento do Imposto de Renda.
- 13 - Esclarecimentos sobre as mudanças dos códigos das máscaras das contas de acordo com o novo Plano de Contas para o Instituto de Previdência.
- 14 - Orientação sobre cadastramento de conta redutora de receita no Instituto de Previdência.
- 15 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 16 - Esclarecimentos sobre o pagamento antecipado da segunda parcela referente ao 13º Salário de 2008.
- 17 - Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.

### **PAULO LOPES**

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2007 e abertura do ano 2008.
- 2 - Geração do e-SFINGE do TCE durante o exercício de 2008.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria Consulta 02/2007.
- 5 - Análise do FUNDEB, gastos com pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o ano de 2008.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Auxílio na conciliação bancária.
- 8 - Auxílio na elaboração de processos licitatórios.
- 9 - Elaboração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 10 - Elaboração de relatório ao TCE/SC sobre informações relacionadas a gastos com pessoal, saúde, educação, etc.
- 11 - Elaboração do SIOPS.
- 12 - Elaboração da Coleta de Dados contábeis para CEF com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.



- 13 - Auxílio na elaboração do Orçamento e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009.
- 14 - Resposta de relatórios do TCE/SC.
- 15 - Elaboração do SIOPE
- 16 - Orientação para utilização do Sistema da Fazenda Estadual - FAC.
- 17 - Orientações para cadastramento de Produtores Rurais no sistema da Fazenda Estadual - FAC.
- 18 - Recuperação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).
- 19 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 17/09/2008 (in loco).
- 20 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 17/09/2008 (in loco).

### **RANCHO QUEIMADO**

- 1 - Orientação sobre devolução de receitas de IPTU cobradas indevidamente.
- 2 - Orientação sobre geração de E-Sfinge do TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre configuração do Sistema de Contabilidade para emissão dos Anexos Anuais do RPPS e posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 4 - Orientação sobre enquadramento e contabilização da tarifa de custódia sobre aplicações financeiras do Instituto de Previdência dentro da taxa de administração.
- 5 - Orientação sobre configuração das fontes de recursos de acordo com as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 6 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb, atualização para a versão 3.11 e orientação para sua operacionalização (in loco em 03/04/08).
- 7 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.15.
- 8 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 9 - Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.
- 10 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 22/09/2008(in loco).
- 11 - Publicação de Extrato de Processo Licitatório no Diário Oficial.

### **SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

- 1 - Orientação sobre geração do E-Sfinge do 1º Bimestre de 2008.
- 2 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos Anexos Anuais do RPPS e posterior encaminhamento ao Ministério de Previdência.
- 3 - Orientação sobre lançamento de parcelamento de débito junto ao Instituto de Previdência.
- 4 - Orientação sobre devolução de receitas do Instituto de Previdência.
- 5 - Orientação sobre vigência dos contratos de acordo com a Lei 8666/93.
- 6 - Orientações sobre “Expansão da Ação Governamental” de acordo com a LRF.
- 7 - Orientação sobre classificação de receitas em conformidade com as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 8 - Orientação à Câmara Municipal sobre aquisição de veículo, alienação do usado ou transferência ao Executivo.
- 9 - Orientação sobre alterações orçamentárias no Legislativo.
- 10 - Análise junto a Receita Federal de diferenças de recolhimento de INSS em virtude do Código FPAS.
- 11 - Orientação para envio das informações do sistema E-Sfinge.
- 12 - Orientação para procedimentos de baixa no sistema Betha Patrimônio.
- 13 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 14 - Esclarecimentos sobre o pagamento de aluguel fora da ordem cronológica de pagamento..
- 15 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 24/09/2008 (in loco).
- 16 - Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.

### **SÃO BONIFÁCIO**

- 1 - Orientação sobre empenhamento do 13º Salário no mês de novembro.
- 2 - Orientação sobre empenhamento da despesa com aquisição de medicamentos na saúde.
- 3 - Orientação sobre regularidade de despesas.
- 4 - Orientação sobre aplicação dos recursos da Defesa Civil do Estado em virtude das cheias.
- 5 - Orientação para instalação do Sistema SisRural versão 2.28.
- 6 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.2 e orientação para sua operacionalização.
- 7 - Orientação para baixar as notas no Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL versão 2.28.
- 8 - Orientação de procedimentos para sanar as inconsistências ocorridas no sistema E-Sfinge.
- 9 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.15.
- 10 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 11 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 22/09/2008 (in loco).

### **SÃO JOÃO BATISTA**

- 1 - Orientação sobre Decreto para cancelamento de Restos a Pagar.
- 2 - Orientação sobre classificação de receitas e despesas de acordo com as fontes de recursos do TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre a maneira de apuração do excesso de arrecadação e Superávit Financeiro.
- 4 - Orientação sobre classificação de receita e despesa de convênio.
- 5 - Orientação sobre lançamentos contábeis de ajuste de saldo da Dívida Ativa.
- 6 - Orientação sobre as contabilização das retenções nas liquidações de despesa.
- 7 - Orientação sobre relacionamento das contas de acordo com o novo plano do TCE/SC.
- 8 - Orientação sobre reabertura de crédito especial pelos saldos remanescentes do exercício anterior.
- 9 - Orientação sobre classificação de diversas despesas.
- 10 - Orientação sobre contabilização de devolução de contribuição ao Instituto de Previdência.
- 11 - Orientação sobre contabilização de parte patronal das contribuições devidas ao RPPS.
- 12 - Orientação sobre a procedimentos, exigências legais e elaboração de documentos para a renúncia de receita.
- 13 - Orientação sobre aplicação de recursos de alienação de bens.
- 14 - Orientação sobre atualização de sistemas para geração do E-Sfinge do TCE/SC.
- 15 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos Anexos Anuais do RPPS e posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 16 - Orientações sobre configuração dos relatórios contábeis, de acordo com a portaria 204/08 da STN, para emissão do Balanço Anual para envio SISTN.
- 17 - Orientação sobre despesas com publicidade.
- 18 - Orientação sobre vigência dos contratos de acordo com a Lei 8666/93.
- 19 - Orientação sobre correção de lançamentos contábeis envolvendo sistemas diferentes.
- 20 - Orientação sobre retenções do INSS.
- 21 - Orientação sobre a possibilidade de ficar em conta saldo de FUNDEB não superior a 5% do arrecadado.
- 22 - Orientação sobre contabilização de restituição de parcelamento junto ao INSS.
- 23 - Orientação sobre informações à Receita Federal sobre empresas para enquadramento no Simples Nacional.
- 24 - Orientação sobre processo licitatório para locação dos sistemas de informática.
- 25 - Orientações sobre configuração de conta analítica e sintética no Sistema Sapo para o Hospital.
- 26 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 27 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 16/09/2008 (in loco).
- 28 - Orientação para atualização do Sistema SisRuralWeb para a versão 3.25.
- 29 - Orientação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).

### **SÃO JOSÉ**

- 1 - Orientação sobre o Programa Caminho da Escola.
- 2 - Auxílio na identificação de motivo de bloqueio de cota de FPM.
- 3 - Orientação sobre regularidade de patrocínio por parte do Poder Público Municipal.
- 4 - Orientação sobre fato gerador do INSS.
- 5 - Orientação sobre classificação de diversas despesas públicas.
- 6 - Orientação sobre empenhamento e pagamento do 13º Salário antecipado.
- 7 - Orientação à Câmara Municipal sobre classificação de despesa com aquisição de software.
- 8 - Orientação sobre previsão e arrecadação de FPM.
- 9 - Orientação para retificações das guias (DARF) do IRRF dos períodos de 31/02/2007 e 31/08/2007).
- 10 - Orientação para preenchimento da Guia da Previdência Social – GPS de empresa prestadora de serviço retido pela Prefeitura (código 2640).

### **SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

- 1 - Orientação sobre atualização do sistema de contabilidade.
- 2 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade e relacionamento das contas de acordo com o novo plano do TCE/SC.
- 3 - Orientação sobre empenhamento de rescisão trabalhista.
- 4 - Orientação sobre procedimentos para Revisão Geral Anual de Salários.
- 5 - Orientação sobre regularidade de diversas despesas públicas.
- 6 - Orientação sobre classificação de diversas despesas públicas.
- 7 - Orientação sobre cálculo da Taxa de Administração para o RPPS.
- 8 - Orientação sobre lançamentos contábeis de devolução de ITBI cobrado indevidamente em exercício anterior.
- 9 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos Anexos Anuais da RPPS e posteriores encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 10 - Orientação sobre alterações orçamentárias.
- 11 - Orientação sobre utilização da Reserva de Contingência segundo o TCE/SC.
- 12 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional Especial por conta de convênio.
- 13 - Orientação sobre cálculo do excesso de arrecadação.
- 14 - Orientação sobre prestação de contas de recursos antecipados através de convênio e adiantamentos.
- 15 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional Especial e Extraordinário.
- 16 - Orientação sobre obrigações, condições e documentos exigidos no pagamento de diárias.
- 17 - Orientação sobre aplicação dos recursos de Alienação de Bens.
- 18 - Orientação para cadastrar a LDO no sistema E-Sfinge do TCE.
- 19 - Envio dos dados das Notas Fiscais de Produtores Rurais para a Fazenda Estadual para gerar a DIME 2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 20 - Apresentação de Recurso em 1ª Instância da DIME/2008, junto a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, para correção do Valor Adicionado.
- 21 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 17/09/2008 (in loco).
- 22 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb atualização para a versão 3.25 e orientação para sua operacionalização no dia 17/09/2008 (in loco).
- 23 - Orientação para cadastrar as Notas de Produtor Rural no Sistema de Administração Tributária – SAT da Fazenda Estadual (Notas Baixadas).

### **TIJUCAS**

- 1 - Orientação sobre contratação de operação de crédito para saneamento com possibilidade de contrapartida do SAMAE.
- 2 - Orientação sobre Revisão Geral Anual de Salários em relação a legislação eleitoral.
- 3 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos Anexos Anuais do RPPS para posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência.
- 4 - Orientação sobre alterações orçamentárias.

- 5 - Orientação sobre contabilização de diferença/ajuste do FUNDEB.
- 6 - Orientação sobre regularidade de diversas despesas.
- 7 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional Extraordinário em virtude das enchentes.
- 8 - Encaminhamento do relatório da DIME/2008 da Unidade Conveniada do Município.
- 9 - Orientação para empenho de despesas de passagens aéreas para funcionários do Ministério da Educação para proferirem palestra aos professores da Rede Municipal e Estadual.
- 10 - Entrega e configuração do computador do Projeto REGIN no dia 24/09/2008 (in loco).
- 11 - Configuração do computador da agricultura para utilização do sistema do [S@T](#) da Fazenda Estadual.

## **GERAL**

- 1 - Execução da contabilidade da Associação durante o exercício de 2008.
- 2 - Elaboração da Folha de Pagamento da Associação.
- 3 - Elaboração da DIRF, RAIS e Comprovantes de Rendimentos da Associação.
- 4 - Digitação de vários editais, contratos, leis, decretos, ofícios e outras para a Associação e Municípios da Região.
- 5 - Digitação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Associação do exercício de 2007 e 2008.
- 6 - Formatação e impressão do Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2007 e 2008.
- 7 - Realização de reuniões com os contadores e demais técnicos municipais para discussão de assuntos ligados a administração municipal.
- 8 - Distribuição de tabelas atualizadas do IRRF e INSS.
- 9 - Análise e orientação aos Municípios sobre as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 10 - Elaboração de ofícios com orientações aos Municípios sobre atualização de Legislação, Prazos e outras obrigações a serem cumpridas pelos Municípios.
- 11 - Elaboração de estimativas da receita de FPM, ICMS, ICMS Exportação e IPI, para os Municípios.
- 12 - Elaboração de relação de Principais Obrigações periódicas a serem cumpridas pelos Municípios.
- 13 - Acompanhamento de Processos dos Municípios no TCE/SC.
- 14 - Participação de discussão sobre contabilização dos Regimes Próprios de Previdência Social.
- 15 - Participação em reuniões com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC.
- 16 - Participação em reuniões com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM e com o Colegiado de Contadores e Controladores Internos.
- 17 - Análise da situação das Prestações de Contas dos Municípios da Região junto ao FNDE.
- 18 - Digitação, formatação e impressão de apostilas e de certificados para os servidores municipais, participantes dos cursos disponibilizados pela Associação de Municípios.
- 19 - Apoio na elaboração do edital e justificativas, bem como acompanhamento no TCE/SC, Ministério Público e Justiça Comum do Processo Licitatório para locação dos Sistemas de Informática para os Municípios.
- 20 - Atendimento a solicitação de envio de espelho das DIME's das empresas Brasil Telecom, CELESC, e CASAN para o Sr. Júlio César Klock, responsável pelo Movimento Econômico da AMMVI, com a finalidade de fazer simulação de rateio em programa de análise.
- 21 - Acompanhamento, análise e encaminhamento dos relatórios da DIME/2008 para os Municípios da Região.
- 22 - Participação de Reunião no dia 04/07/2008 com o Presidente da JUCESC, Sr. Antônio Carlos Zimmermann, Técnicos da FECAM, ProSolution e da BrasilTelecom para apresentação do Sistema REGIN.
- 23 - Participação da Teleconferência no dia 10/10/2008 com Técnicos da FECAM, da BrasilTelecom e das Associações de Municípios para avaliação da tecnologia disponibilizada para as Regiões do Estado.
- 24 - Participação na Capacitação dos Técnicos dos Municípios envolvidos no Sistema REGIN realizado no laboratório de informática do Município de Canelinha nos dias 14 e 15/10/2008.
- 25 - Atualização diária dos dados cadastrais dos Produtores Agropecuários da Região da Grande Florianópolis.
- 26 - Orientação para o preenchimento dos dados cadastrais do Projeto REGIN.

## **6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

As ações da Assessoria para assuntos de Assistência Social no ano de 2008, pautaram-se de acordo com as atribuições específicas do setor, ou seja:

- Assessorar os 22 municípios da Microrregião, nas especificidades da Política Pública de Assistência Social.

- Acompanhar e orientar, mediante processos de assessoramento técnico, quanto a gestão, financiamento, controle social, entre outras questões referentes à Assistência Social, sobretudo, quanto ao reordenamento das ações, serviços, programas e projetos, dentro na nova proposta instituída no país, destinados à garantia de atendimento das necessidades básicas, à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Esta nova proposta trata-se do novo modelo de gestão da Assistência Social, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que vem sendo implementado em todo o território nacional.

- Organizar eventos (conferências, seminários, capacitações, entre outros), contribuindo no debate e formação dos gestores, técnicos, conselheiros, entre outros, em parceria com diversas entidades (MDS, CONGEMAS, SST/SC, COEGEMAS/SC, CRESS/SC, SESC, TCE, INSS, ASA e prefeituras), proporcionando a atualização dos profissionais e o compartilhamento de conhecimentos e experiências, visando o desenvolvimento local e regional na perspectiva da inclusão social.

- Divulgar os programas e serviços sociais oferecidos pelo governo federal, estadual e sociedade civil (critérios de adesão, prazos, entre outros), objetivando também a captação de recursos pelos municípios, contribuindo dessa forma, para a garantia de acesso dos beneficiários nos programas de prevenção e atendimento às situações de vulnerabilidade social.

- Informar e orientar sobre a Legislação pertinente à Assistência Social, tais como, Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, Normas Operacionais, entre outros;

- Representar a GRANFPOLIS, em eventos nacionais, estaduais, regionais e municipais, em comissões, colegiados, programas, entre outros espaços de representação, atendendo a convites de entidades públicas e privadas.

E demais atividades pertinentes à gestão municipal da Política Pública de Assistência Social.

Conforme já apresentado em relatórios anteriores, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um marco histórico do setor assim como foi em 1993 a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

O SUAS é, o “modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regularização e organização em todo território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade, pressupõe ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política para as três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes tem o papel efetivo na sua implantação e implementação.” (PNAS/2004)

É inegável o avanço alcançado na reorganização do setor, alterando o modelo de gestão no sentido de obter maior eficácia na atenção integral ao público alvo da Política de Assistência Social.

A seguir de forma resumida, passaremos ao relato de alguns dos principais assuntos sobre novos programas, nova legislação, entre outras atividades desenvolvidas e encaminhadas aos municípios no decorrer de 2008:

Dando continuidade ao processo de Transição da Educação Infantil, encaminhamos Nota de Esclarecimento elaborada pelo Departamento de Proteção Social Básica SNAS/MDS, com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações, a municípios e estados, com relação à rede de Educação Infantil atualmente co-financiada com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Orientamos para que durante o ano de 2008, este processo fosse priorizado, para que em a transição estivesse concluída em todos os municípios até janeiro de 2009, pois, de acordo com a legislação vigente, a partir dessa data a Assistência Social não mais financiará a Rede de Educação Infantil (creche e pré-escola), pois será atribuição da Educação assumir integralmente a responsabilidade por este atendimento.

Destacamos que isso foi definido entre os Ministérios da Educação - MEC e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, após ser aprovada em 2007, a Lei 11.494 do FUNDEB, que cria um padrão de financiamento para toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

A Assistência Social teve e tem, o importante desafio e a tarefa histórica de orientar, em articulação com a Educação, o processo de transição da Rede de Educação Infantil co-financiada com recursos do FNAS, do âmbito da Assistência Social para o da Educação, de forma criteriosa e comprometida com as famílias e crianças atendidas nessa rede, no sentido de adequarem-se à nova legislação vigente, isto requer o envolvimento e esforço de todos: gestores das políticas de Assistência Social e de Educação; Conselhos de Assistência Social e de Educação; bem como das equipes técnicas e administrativas das referidas áreas.

A Lei 11.494/07, que trata deste assunto, encontra-se disponível, na íntegra, no sítio: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)

Lembramos, que o recurso da Assistência Social repassado via Piso Básico de Transição anteriormente utilizado pela Educação Infantil, deve ser destinado ao desenvolvimento de Ações Socioeducativas de Apoio à Família e suas Crianças e/ou Grupos de Convivência de Idosos.

As Portarias em vigor prevêm o co-financiamento para o desenvolvimento das seguintes ações e serviços de Proteção Básica: grupos de convivência e sociabilidade geracionais e intergeracionais para crianças e suas famílias, bem como para idosos; atividades lúdicas para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, que visem sua estimulação, o fortalecimento de laços familiares e a interação entre a criança e os demais membros da família e da comunidade. No atendimento à criança, deve ser priorizado o grupo etário de 0 a 3 anos integrante de famílias vulnerabilizadas pela pobreza e/ou situação de risco pessoal e/ou social, dentre estas as crianças com deficiência.

Cabe ressaltar que o co-financiamento federal é destinado ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais, deverão ser ofertados nas áreas dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, onde houver.

De forma resumida, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, é uma unidade pública da Política de Assistência Social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

O público alvo é a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros.

Da mesma forma que nos anos anteriores, dentre as atribuições da assessoria, de acordo com Notas Informativas do MDS, orientamos os municípios para preencherem seus Planos de Ação 2008 e também o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do ano anterior, estes são a cada ano disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

– MDS, para preenchimento no Sistema SUASWeb, o órgão gestor e o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS fazem utilização de de login e senha, que são necessários para acessar o sistema.

Destacamos que o parecer do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, deve sempre conter a análise do Plano de Ação, indicando se o mesmo está "regular" ou "não regular", e que somente será autorizado o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o, Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, se o Plano de Ação for considerado "regular".

É importante saber que se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, verificar a omissão no preenchimento do Plano de Ação ou outra irregularidade grave, este Ministério no exercício da fiscalização e supervisão que lhe compete, adotará as medidas pertinentes e, neste caso, solicitará sua desabilitação à Comissão Intergestores Bipartite – CIB, e os repasses financeiros posteriores deverão migrar para o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS até decisão final sobre seu nível de gestão.

Também encaminhadas orientações sobre o Programa BPC na ESCOLA, lançado em 2008 o **Programa BPC na Escola**, é uma ação articulada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o Ministério da Educação - MEC, o Ministério da Saúde - MS e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR. Sinônimo de acesso à educação, tem como principal objetivo garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência – com até 18 anos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, para que tenham condições de acesso à escola e de permanência na rede de ensino.

O BPC – é um direito garantido pela Constituição Federal, que assegura o pagamento de um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais, que não recebem aposentadoria, e às pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

A atuação do Programa BPC na Escola está voltada para quatro eixos:

- 1) Identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola;
- 2) Identificar as principais barreiras das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC para o acesso e permanência na escola;
- 3) Realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras;
- 4) Realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

Encaminhamos diversas orientações sobre o ProJovem Adolescente, que é uma modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) voltada, exclusivamente, para a faixa etária de 15 a 17 anos. É um serviço socioeducativo de convívio de assistência social, que integra as ações de Proteção Social Básica do SUAS.

Configura-se como uma reformulação do Agente Jovem no contexto da Política Nacional da Juventude elaborada pelo Governo Federal, que visa complementar a Proteção Social Básica à família.

Tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Destina-se aos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; egressos

dos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

Alguns requisitos eram necessários para garantir que os municípios pudessem fazer sua adesão e implantar o PróJovem Adolescente em 2008, foram eles:

- Estarem habilitados nos níveis de gestão básica ou plena do SUAS;
- Possuírem CRAS em funcionamento, independentemente se o financiamento é do município ou da União, e terem preenchido a ficha de monitoramento dos CRAS;
- Apresentarem demanda mínima de 40 jovens de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no CadÚnico.

Também realizado o Censo CRAS 2008, que foi previsto na [Resolução nº 6, de 01/07/08, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT](#), com o objetivo de possibilitar que as instâncias envolvidas com o trabalho dos CRAS - Governo Federal, Governos Estaduais, Municipais e do DF – tivessem uma fotografia da realidade de cada localidade, identificando as especificidades, os problemas e as novas necessidades. Para assim, possibilitar a elaboração de novas ações ainda mais adequadas ao atendimento das famílias, aprimorando a atuação dos profissionais, o planejamento dos serviços e do co-financiamento da União para os serviços socioassistenciais de proteção básica.

O censo foi realizado em todos os municípios que possuíam CRAS, fossem eles financiados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal.

No Censo CRAS 2008, foram registradas informações sobre a estrutura física do CRAS, sobre os recursos humanos, atendimento à população e atividades realizadas, entre outras informações.

Esta iniciativa foi parte da estratégia de aprimorar o acompanhamento dos serviços e ações oferecidos nos CRAS, principal unidade pública da proteção social básica do SUAS.

Realizado também o CENSO CREAS 2008.

Destacamos que os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, são integrantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Seus objetivos são o de fortalecer as redes sociais de apoio da família; Contribuir no combater a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; e também fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

O público alvo são, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem-estar.

O Censo CREAS 2008, teve entre seus objetivos, construir um retrato do processo de implementação dos CREAS no país, identificando onde estão localizados, sua infraestrutura, como se articulam e os serviços socioassistenciais que estão sendo ofertados, subsidiando o processo de reordenamento dos serviços, consolidando o CREAS como unidade pública estatal, que oferta serviços especializados e continuados destinado ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco.

Destacamos que questionário para coleta de dados e os Manuais para preenchimento foram elaborados pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS - (Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Gestão do SUAS) e pela Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação (Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos), com a colaboração dos representantes das Secretarias Estaduais de Assistência Social, que contribuíram para aprimoramento destes instrumentos na Oficina de Apresentação do Monitoramento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que foi realizada no decorrer deste ano.



Encaminhado orientações sobre a Instrução Normativa Nº 02, de 12 de fevereiro de 2008, que sistematiza o entendimento acerca das Entidades de Assistência Social, conforme Legislação em vigor, para implementação do SUAS.

Definir nos termos do art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que são entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários da assistência social, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

São entidades e organizações de atendimento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993.

São entidades e organizações de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços e executam programa ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993 e do Decreto nº 6.308, de 2007.

E finalmente, são entidades e organizações de defesa e garantia de direitos aqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993 e do Decreto nº 6.308, de 2007.

De acordo com a IN, somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único de Assistência Social – SUAS as entidade e organizações de assistência social inscrita nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos.

Consideram-se serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº 8.742 de 1993.

E os Programas, conforme definição da Lei nº 8.742, de 1993, são os conjuntos de ações estratégicas para articular benefícios e serviços de assistência social e ou de outras políticas sociais para, num prazo definido, alcançar determinados objetivos ou lidar com determinadas necessidades sociais, com vistas ao atendimento das seguranças devidas aos cidadãos.

E os Projetos, de acordo com definição da Lei nº 8.742, de 1993, caracterizam-se como investimentos econômicos-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas.

Já como benefícios temos, o Benefício de Prestação Continuada, que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provido por sua família, nos termos do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

E os Benefícios Eventuais, que são provisões suplementares e provisórias, prestada aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de

calamidade pública, desde que integrem organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

De acordo com o Art. 14 da IN, aplicam-se na identificação das entidades e organizações de assistência social, os seguintes documentos normativos:

- I – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- II – Resolução nº 145, de 5 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- III – Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;
- IV – Resolução nº 191, de 10 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- V – Resolução nº 23, de 16 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que regulamenta o entendimento acerca dos trabalhadores do setor da Assistência Social;
- VI – Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que regulamenta o entendimento acerca dos representantes de usuários e de organizações de usuários da Assistência Social;
- VII – Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 de 26 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;
- VIII – Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- IX – Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- X – Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
- XI – Portaria nº 460, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Pisos Básicos, Fixo e de Transição, altera a Portaria MDS/GM nº 442, de 26 de agosto de 2005, e estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros referentes aos Pisos de Alta Complexidade e Fixo de Média Complexidade, no âmbito do SUAS.

Para garantir a efetividade na implementação das novas ações e responsabilidades da Política de Assistência Social, também foram realizados diversos eventos organizados por diferentes entidades.

Relatamos alguns destes eventos:

- Conferências Municipais, Regionais e Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema deliberado pelo Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa - CNDI que foi, “**Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios**”.

O objetivo principal da Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa foi o de avaliar o processo de reestruturação e construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos

Direitos da Pessoa Idosa, aprovada na Conferência anterior, identificando as metas cumpridas, os avanços e desafios do processo de implantação das políticas destinadas a garantir os direitos das pessoas idosas no âmbito do Estado de Santa Catarina, e também, divulgar as ações dos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso e difundir as políticas e os planos estaduais e regionais voltados para a pessoa idosa, estimulando a participação da sociedade; propor prioridades de atuação aos órgãos governamentais estaduais/municipais, responsáveis pela implementação da Política Nacional do Idoso, e conseqüente Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; bem como, conferir o caráter, os princípios, a estrutura e a estratégia de implementação da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Protocolo de Intenções); identificando os desafios à implementação da Rede; bem como, avaliar a implantação e implementação dos Conselhos Municipais em Santa Catarina.

Todos estes objetivos foram discutidos nos trabalhos de grupos com os seguintes subtemas:

- Grupo 1 – Renadi: Compreensões e Perspectivas
- Grupo 2 – Ações para Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa
- Grupo 3 – Previdência Social da Pessoa Idosa
- Grupo 4 – Saúde da Pessoa Idosa
- Grupo 5 – Violência e Maus Tratos Contra a Pessoa Idosa
- Grupo 6 – Assistência Social a Pessoa Idosa
- Grupo 7 – Financiamento e Orçamento Público para a Efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa
- Grupo 8 – Educação, Cultura, Esporte e Lazer para a Pessoa Idosa
- Grupo 9 – Controle Democrático

- Projeto Encontro Marcado em parcerias com o SESC/CAE, dando continuidade no projeto, tivemos dois encontros macrorregionais. Destacamos que este projeto foi uma proposta de formação e capacitação de lideranças comunitárias e técnicos dos municípios, que atuam ou desejam atuar com Grupos de Convivência de Idosos, buscando a formação de agentes multiplicadores para o trabalho social, ampliando e adquirindo conhecimentos sobre temas referentes a dinâmica da vivência em grupo, o processo de envelhecimento e questões referentes a organização e planejamento de ações coletivas nos municípios da Grande Florianópolis. O tema deste ano foi "O Idoso e o Encontro com o Outro", e contamos com a assessoria da Sra. Dalal El Achkar – Pedagoga, Mestre na área de Mídia e conhecimento pela UFSC, e especialista em jogos cooperativos.

- X Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

O objetivo principal foi o de debater a implantação e consolidação, do Sistema Único de Assistência Social e também avaliar o Plano Decenal seus avanços, desafios e urgências.

Realizado durante o X Encontro reuniões com cada uma das regiões do país, objetivando:

- Relato da conjuntura de cada Estado; Relato da situação dos Colegiados Estaduais; entre outros assuntos.

- O Cadastro Único como instrumento de formulação e implementação de Políticas Públicas, e a avaliação da implantação do SUAS no Brasil na perspectiva da gestão municipal, foram os principais assuntos tratados na plenária principal.

E foram apresentados painéis com experiências desenvolvidas por municípios brasileiros, entre eles:

- A importância do CRAS no apoio ao Bolsa Família; Proteção Social e a participação da esfera estadual, Proteção Social Básica nos Municípios de Pequeno, Médio e Grande Porte e Metrópole; Proteção Social Básica nas Metrópoles; População em situação de rua e a Ação Intersetorial e Intermunicipal; Capacitação; Atenção ao adolescente e ao jovem em cumprimento de medidas; Inclusão Produtiva; Benefícios Assistenciais; Gestão da Informação; Intersetorialidade; Ações Socioeducativas; CREAS/Proteção Especial/ Medidas Socioeducativas.

- Encontro da Região Sul do CONGEMAS na cidade de Porto Alegre/RS, o objetivo foi o de avaliar a implantação dos Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS nos Estados da Região Sul e definir estratégias de mobilização e organização de cada um dos entes federados de acordo com sua responsabilidade.

- Reuniões com as Assistentes Sociais das Associações de Municípios de Santa Catarina na sede da AMFRI em Itajaí, e também, na sede da AMOSC em Chapecó.

O objetivo das reuniões foi socializar as atribuições dos profissionais de Serviço Social nas Associações de Municípios das diferentes regiões do Estado, e também desenvolver um projeto de Capacitação em parceria com a Federação Catarinense de Municípios- FECAM e EGEM, sobre a Política Nacional de Assistência Social e o novo Modelo de Gestão - SUAS, direcionada principalmente a novos Prefeitos, Secretários Municipais de Assistência Social e Vereadores Municipais, e também discutido sobre capacitação continuada aos técnicos da Política de Assistência Social em todos os municípios de Santa Catarina. Agendada nova reunião para o início de 2009.

Vale lembrar que em 2009, temos como um dos objetivos principais na Gestão da Política de Assistência a elaboração do Planos Plurianuais de Assistência Social, gestão 2010 – 2014, este plano é um instrumento de planejamento estratégico, no qual está contemplado o elenco de prioridades relativas às ações, aos serviços, aos programas, aos projetos, e aos benefícios a serem prestados na esfera do território local, acompanhado das metas estabelecidas, dos recursos necessários e das fontes respectivas, por exercício financeiro, de modo a subsidiar a gestão da Política de Assistência Social nos municípios.

Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor municipal da política, que deverá ter orientação do MDS e SST, e deve ser elaborado de forma democrática e participativa.

Já constou em relatórios anteriores, mas destacamos novamente que os Planos Plurianuais devem ser elaborados para:

- reafirmar a política de assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado;

- aperfeiçoar o princípio de sistema descentralizado e participativo da Assistência Social (ainda há muita centralização, não estando garantida a descentralização, apenas com a adoção de novas tecnologias e inovações gerenciais);

- estabelecer o que deve ser de iniciativa da política de assistência social e no que ela deve ser apenas parceira (ações de responsabilidade direta de ações em que atua com coresponsabilidade), bem como, identificar melhor a sua atuação intersetorial;

- desenvolver instrumentos de participação popular;

- reverter a tendência política de Estado mínimo e de precarização do trabalho (terceirização)

- adotar políticas de informação, monitoramento e avaliação como táticas de ampliação e fortalecimento do campo assistencial, superando o campo dos favores políticos e da caridade; fortalecer a centralidade sócio-familiar (maior aproximação do cotidiano da vida das pessoas, onde os riscos e vulnerabilidades se constituem);

- organizar suas ações visando o desenvolvimento humano e social e não para o exercício da tutela e do assistencialismo, ou tão somente para prover necessidades ou vulnerabilidades sociais;

- prever análises georeferenciadas das demandas por proteção social, para que estas não sejam genéricas, mas possuam explicações na realidade local (tornar visíveis os invisibilizados e as razões de sua vulnerabilidade social);

- caracterizar a gestão do município, segundo o seu porte e habilitação;
- fortalecer uma política pública de assistência social, regulada por ações normatizadas.

Diante do relato das principais orientações encaminhadas aos municípios, colaborando na garantia da efetividade da Política Pública de Assistência Social, destacamos que a assessoria para assuntos de assistência social procurou manter-se atualizada, participando ativamente em todos os espaços possíveis, buscando defender principalmente os interesses dos municípios da Microrregião, incentivando-os na implantação e implementação das novas responsabilidades, garantindo a inclusão social dos usuários da Assistência Social.

### **6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO**

#### **COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Órgão instituído, desde 2005, para melhor organizar as ações pertinentes à educação da região.

#### **REUNIÕES DO COLEGIADO**

##### **Reunião do Colegiado em 26/02/2008.**

**PALHOÇA/SC**

Realizada no auditório da FADESC (Faculdade do Estado de Santa Catarina), Ponte de Imaruim – Palhoça. Os trabalhos foram conduzidos pela Presidente do Colegiado, a Professora Méri Terezinha Hang, Secretária Municipal de Educação de São José, que passou a palavra à Sra. Joceleite da Silveira Santos, anfitriã e Secretária Municipal de Educação de Palhoça, que agradeceu a presença de todos e falou sobre algumas experiências da Terceirização do Transporte Escolar no Município.

A GRANFPOLIS, através do Assessor de Educação, Professor Antão Antônio David, apresentou os convidados, o Técnico Emerson Souto da Federação Catarinense de Municípios – FECAM. O Coordenador de Atendimento de Negócios do CIASC, Senhor Marlei Luiz Rinaldi e o Analista de Sistema do CIASC, Senhor Gerson Luiz Fetter, que participaram da reunião em busca de dados visando construir um modelo informatizado que controle os custos de cada aluno através de planilhas detalhadas que foram entregues a cada Secretário Municipal de Educação e que servirão para auxiliar a FECAM nas negociações do custo aluno com o Governo do Estado.

O Senhor Emerson Souto solicitou a todos os Secretários o preenchimento do formulário o mais rápido possível, pois só com os dados em mãos pode-se alcançar os objetivos da pesquisa.

##### **Reunião do Colegiado em 06/05/2008**

**PALHOÇA/SC**

Realizada no Clube Sete de Setembro, no Município de Palhoça, com os trabalhos conduzidos pela Vice-Presidente do Colegiado e Secretária Municipal de Educação de Palhoça, Professora Joceleite da Silveira Santos.

Na primeira palestra, o Doutor Waldir Gorges Alves, Assessor Jurídico da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, orientou os Secretários sobre o Processo Eleitoral 2008 – Contratação de ACT, CONCURSOS, ESTATUTOS E PLANOS DE CARREIRA.

O Professor Antão Antônio David apresentou um gráfico sobre a receita – dedução – perda e ganho com a implantação do FUNDEB.

O Professor Rodolfo Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação de Florianópolis e Presidente da UNDIME, falou das propostas da UNDIME para 2008 e a sua participação na CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, em Brasília, e comentou ainda as emendas incorporadas e novos eixos temáticos:

- Eixo I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação;
- Eixo II – Democratização da Gestão de Qualidade Social da Educação;
- Eixo III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino;
- Eixo IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica;
- Eixo V – Formação e Valorização Profissional.

Foram também eleitos os novos membros da diretoria do colegiado para substituir os que se afastaram para disputar o pleito eleitoral.

A Nova Diretoria ficou assim constituída: Presidente: Jocelete da Silveira Santos, Secretária Municipal de Educação de Palhoça; Vice-Presidente: Lucélia Silvano de Souza, Secretária Municipal de Educação de Paulo Lopes; Primeiro Secretário: Marcelo da Cunha, Secretário Municipal de Educação de Garopaba; Segundo Secretário: Márcia Machado Maurício, Secretária Municipal de Educação de Tijucas; Tesoureiro: Mário José Koerich, Secretário Municipal de Educação de Águas Mornas.

### **Reunião do Colegiado em 06/11/2008**

**SÃO JOSÉ/SC**

Realizada no CATI – Centro de Atendimento à Terceira Idade, na Avenida Beira Mar de São José, presidida pela Presidente do Colegiado e Secretária Municipal de Educação de Palhoça, a Professora Jocelete da Silveira Santos, com a seguinte programação:

**1ª Palestra** – Dr. Marcos Probst – Assessor Jurídico da FECAM

### **PISO DO MAGISTÉRIO**

Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2008, em seu art. 2º, fixa o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no art. 62 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Na composição da jornada de trabalho, segundo o art. 4º observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do Magistério Público.

Os itens acima são os pontos mais contestados por Estados e Municípios, salientou o palestrante.

Para alguns governadores a lei extrapolou a idéia inicial de uma fixação do piso de carreira e criou regras desproporcionais ao interferir na jornada de trabalho.

A lei prevê que o professor dedique um terço da carga horária de trabalho em atividades fora da sala de aula, a partir da edição da lei, datada de julho de 2008. A lei causa transtornos orçamentários e financeiros que poderão ferir até a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Confederação Nacional de Municípios tem o entendimento de que a Lei causará um impacto financeiro negativo decorrente do efeito cascata na folha de pagamento de Estados e Municípios a partir do vencimento básico inicial até a remuneração do inativo.

Os Prefeitos reconhecem a necessidade de melhorar a remuneração do magistério, porém, para fazê-lo, é imprescindível aporte de recursos financeiros capazes de arcar com essa despesa.

Os recursos do FUNDEB, já agora são insuficientes, em muitos municípios, para o pagamento da folha do magistério.

Também não concordamos com os critérios propostos para o aporte dos recursos da união, pois desde o funcionamento do FUNDEF, os municípios reclamam bilhões que a União lhes deve.

A Confederação Nacional de Municípios apresentou uma emenda, subscrita pelo Deputado Manoel Júnior, em que propõe que a União complemente recursos a Estados e Municípios quando os 60% do FUNDEB pago aos professores não forem suficientes para cumprimento do piso salarial, pois esse é o principal problema enfrentado pelos municípios. Só assim os gestores poderão cumprir com o piso nacional.

**2ª Palestra** – Professora Elaine Paes e Lima, Presidente da Organização Mundial da Educação Pré-Escolar para Santa Catarina – OMEP – O FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

- Atendimento a criança de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos;
- Critérios de Conveniamento com instituições não governamentais.

Encerramento com informes do Presidente da UNDIME e Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os objetivos do Plano Municipal de Educação para o Município são da alçada do próprio Município.

O Plano Nacional de Educação ousa colocar o “desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza” como objetivos para toda a sociedade brasileira.

Entretanto, cada Município em sua trajetória de afirmação política que deve ser respeitada.

O importante aqui é que o Plano Municipal de Educação não pode estar descolado dos objetivos da população e dos administradores municipais, embora deva transcender aos quatro anos de um mandato, pois o Plano Municipal de Educação é para 10 anos.

A história, a geografia, a demografia do Município e a sua proposta de desenvolvimento determinam as metas e as estratégias de suas ações na educação escolar.

## ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A elaboração dos Planos Municipais de Educação da Região da GRANFPOLIS está acontecendo em todos os Municípios, muito embora, alguns estejam ainda na formação e atribuições das comissões e subcomissões e outros já estejam nas Câmaras Municipais para a deliberação do Legislativo e sanção do executivo.

O caráter democrático da sociedade e da educação exige que o Plano Municipal de Educação seja elaborado pelos atores que vão viabilizá-lo na prática. Descarta-se o princípio de que ele seja fruto de gabinete, embora não se possa negar que os pequenos Municípios, necessitam de uma consultoria externa.

Foram propostas duas alternativas pela assessora para a elaboração:

### 1. Comissão

A comissão é temporária e de composição mais restrita.

Para ter maior suporte político, deve ser constituída por um decreto do Prefeito Municipal, contendo os objetivos, componentes, atribuições, recursos e prazos para seu trabalho.

### 2. Fórum (normalmente para Municípios com mais de 50 mil habitantes)

O FÓRUM deve ser criado por lei, com número tal de membros que represente todas as forças vivas da sociedade municipal, que intervem na educação: Universidades, sindicatos, igrejas,



todos os Conselhos e Secretarias Municipais, Legislativo, Escolas Particulares, Poder Judiciário, Ministério Público e outros. O grupo deve ser coordenado e liderado pela(o) Secretária(o) Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, e ser dividido em Câmaras, correspondentes aos níveis ou temas.

O FÓRUM não tem como finalidade única a elaboração do plano, mas seu acompanhamento, sua avaliação e uma permanente atuação como formulador de políticas para a elaboração do Município.

### ROTEIRO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO

- Elencar e convidar as instituições que farão parte do processo;
- Oficializar a comissão através de Decreto Municipal;
- Atribuir as tarefas da Comissão e Subcomissões;
- Realizar um mini-censo, por meio da aplicação de formulário simples de entrevista;
- Recolher os diagnósticos e compilar os dados;
- Parar a municipalidade para analisar as propostas;
- Compilar as propostas para elaboração do documento final;
- Realizar Fórum Municipal para aprovação das propostas;
- Encaminhar para o Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Estes esclarecimentos são importantes para tornar claro que o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é um documento plurianual (10 anos), de estratégias de políticas de educação que inclui a intenção de avaliação constante à luz dos ditames da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da LDB, do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação.

### EVOLUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

MUNICÍPIO	INÍCIO COMISSÕES e SUBCOMISSÕES	CENSO ENTREVISTA PESQUISA	FÓRUM MUNICIPAL APROVAÇÃO PROPOSTAS	CÂMARAS VEREADORES OU EXECUTIVO	PLANO PRONTO
ÁGUAS. MORNAS	X	X	X	X	
ALFREDO WAGNER	X	X	X		
ANGELINA	X	X			
ANITÁPOLIS	X	X	X		
ANTÔNIO CARLOS	X				
BIGUAÇU	X	X	X	X	
CANELINHA	X	X	X	X	X
FLORIANÓPOLIS	X	X	X	X	
GAROPABA	X				
GOV. CELSO RAMOS	X				
LEOBERTO LEAL	X	X	X		
MAJOR GERCINO	X				
NOVA TRENTO	X	X	X	X	X
PALHOÇA	X	X			
PAULO LOPES	X	X	X	X	
RANCHO QUEIMADO	X				
SANTO AMARO DA IMP	X	X			
SÃO BONIFÁCIO	X				
SÃO JOÃO BATISTA	X	X	X	X	X
SÃO JOSÉ	X	X	X		
SÃO PEDRO ALCÂNTARA	X				
TIJUCAS	X	X	X	X	

## SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Organização legal e institucional de um conjunto de elementos autônomos que se interagem, para a efetiva independência do Município, na área da educação.

Cada sistema de ensino atua em função das necessidades e dos objetivos específicos de sua região.

Questionamentos:

- O Município deve ter seu próprio sistema de educação?

R: É importante que o Município organize seu sistema próprio de educação, porque pode adequar as normas educacionais à realidade local, envolvendo a sociedade na discussão da educação.

Nesse momento histórico, com a aprovação do FUNDEB, a educação infantil precisa ser autorizada e regulamentada e o município é a instância responsável por este nível de educação.

- Como proceder se o município não quiser sistema próprio de ensino?

R: Os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao Sistema Estadual de Ensino, em acordo ao artigo 11, parágrafo único, da LDB.

O processo de integração deve ser feito por requerimento do Chefe do Poder Executivo Municipal comprovando a opção pela integração ao Sistema Estadual de Ensino; justificativa declinando da titularidade e da organização do sistema M.E; cópia da Lei Orgânica do Município; lei específica estabelecendo por integrar-se ao Sistema Estadual de Ensino, definindo com precisão, quais as prerrogativas que o município pretende continuar a exercer.

## CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação é órgão do sistema responsável pela normatização e regulamentação da educação municipal, bem como pela proposição de medidas para a melhoria da educação e o acompanhamento, fiscalização e avaliação de sua execução, enfim é o instrumento de acompanhamento e controle social da distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB.

### União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME

Órgão de representação nacional dos Conselhos Municipais de Educação, é entidade de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Tem como finalidade congrega, fortalecer e subsidiar a atuação dos Conselhos Municipais de Educação, estimulando e divulgando a importância da criação desse órgão na institucionalização e no funcionamento dos Sistemas Municipais de Ensino.

## REUNIÃO DA UNCME E COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

A UNCME da Microrregião da Grande Florianópolis, em parceria com o Colegiado de Secretários Municipais de Educação da GRANFPOLIS, reuniu-se na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, no dia 28/03/08, para planejar e organizar as ações para 2008.

A reunião foi presidida pela Secretária Executiva da UNCME MICRORREGIONAL, Luciana Maria da Silva, e contou também com as presenças de Secretários Municipais de Educação e toda Diretoria da UNCME MICRORREGIONAL.

- OBJETIVOS:**
- Estimular e contribuir na formação dos Conselheiros Municipais de Educação da Grande Florianópolis;
  - Fortalecer a participação dos Conselhos Municipais de Educação na formulação e controle social das Políticas Públicas de Educação;
  - Coordenar a integração e articulação entre os Conselhos Municipais de Educação da Grande Florianópolis;
  - Ampliar a participação dos Conselhos Municipais de Educação nos Encontros Estaduais e Nacionais.

## **DESAFIOS E AÇÕES**

1. Atualizar os cadastros dos Conselhos Municipais;
2. Visitar todos os Conselhos Municipais de Educação da Grande Florianópolis;
3. Formar continuamente os Conselheiros Municipais de Educação;
4. Organizar e animar a participação dos Conselheiros e Secretários Municipais de Educação no XVIII Encontro Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação em Florianópolis, nos dias 12,13 e 14 de agosto de 2008.

O Professor Rodolfo Pinto da Luz solicitou de todos os Secretários o máximo de empenho e envolvimento direto nas ações desta parceria para que as reuniões em cada município da região se realizem com êxito.

O Professor Antão Antônio David, Assessor de Educação da GRANFPOLIS, além de sua participação nas reuniões em cada município, colocou um carro da Associação à disposição, para locomoção dos coordenadores de UNCME.

As palavras de encerramento ficaram por conta da Presidente do Colegiado Méri Terezi-  
nha de Melo Hang, Secretária Municipal de Educação de São José.

## **XVIII – ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

O encontro foi realizado no Centro de Convenção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis, de 12 a 15 de agosto de 2008.

O evento reuniu 670 conselheiros de todos os Estados do Brasil.

O tema central do encontro: POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS, foi desenvolvido através de palestras, conferências, mesas redondas e colóquios, que permitiram a participação e o envolvimento de todos nas discussões e encaminhamentos firmados.

Aconteceram, ainda, durante o evento as apresentações artísticas e culturais de vários municípios de nosso Estado, e a Assembléia Geral da UNCME, para a aprovação do Estatuto Nacional.

## **FUNDEB**

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Fundo único para o financiamento da educação básica contempla todas as etapas da educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e modalidades.

Tabela:

**CÁLCULOS DO FUNDEB – 2008**

MUNICÍPIO	RECEITA	DEDUÇÃO	PERDA	GANHO
ANITÁPOLIS	729.716,28	958.321,28	228.605,00	
ÁGUAS MORNAS	556.324,88	1.050.988,54	494.663,66	
ALFREDO WAGNER	1.822.948,27	1.246.652,76		576.295,51
ANGELINA	587.908,40	1.027.540,60	439.632,20	
ANTÔNIO CARLOS	896.326,95	1.868.525,27	972.198,22	
BIGUAÇU	5.817.612,21	8.191.184,80	2.373.572,59	
CANELINHA	1.329.340,63	1.144.571,55		184.769,08
GAROPABA	2.182.206,23	1.944.233,21		237.973,02
GOV. CELSO RAMOS	1.874.286,45	1.311.297,84		562.988,61
LEOBERTO LEAL	519.321,38	1.035.408,32	516.086,94	
MAJOR GERCINO	292.402,70	1.189.903,62	897.500,92	
NOVA TRENTO	2.160.173,26	1.511.708,87		648.464,39
PALHOÇA	15.138.273,09	6.576.424,60		8.561.848,49
PAULO LOPES	1.352.594,02	1.071.508,17		281.085,85
RANCHO QUEIMADO	178.498,63	700.927,83	522.429,20	
S. AMARO DA IMPERATRIZ	2.929.231,33	2.014.631,89		914.599,44
SÃO BONIFÁCIO	282.135,11	984.581,26	702.446,15	
SÃO JOÃO BATISTA	3.819.418,32	1.401.856,03		2.417.562,29
SÃO JOSÉ	31.040.654,88	17.102.680,08		13.937.974,80
SÃO P. DE ALCÂNTARA	577.456,73	968.570,44	391.113,71	
TIJUCAS	4.540.351,08	3.579.520,20		960.830,88
FLORIANÓPOLIS	41.015.552,08	32.238.211,21		8.777.340,87

Perguntas mais freqüentes sobre o FUNDEB

1º. Quais são os profissionais do magistério que podem ser remunerados com a parcela de 60% do FUNDEB?

De acordo com o art. 22 da Lei nº 11.494/2007, são considerados profissionais do magistério aqueles que exercem atividade de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

2º. Os professores da rede pública de ensino, cedidos para entidades filantrópicas, podem ser remunerados com a parcela de 60% do FUNDEB?

Conforme estabelecido na Lei 11.494/2007, art. 9º, § 3º, os profissionais do magistério da educação básica da rede pública de ensino, cedidos para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, que oferecem creche, pré-escola (somente até 2011) e educação especial (com atuação exclusiva na modalidade) serão considerados como em efetivo exercício na educação básica pública. Portanto, esses profissionais podem ser remunerados com recursos da parcela de 60% do FUNDEB.

3º. Existe prazo a para implantação do Plano de Carreira do Magistério?

A criação e implantação de um Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério, é uma obrigatoriedade prevista na Lei, cujo propósito é assegurar o necessário ordenamento da carreira de magistério, com estímulo ao trabalho em sala de aula, promovendo a melhoria da qualidade do ensino e a remuneração condigna do magistério, na qual deve-se incorporar os recursos do FUNDEB, inclusive os eventuais ganhos financeiros por este proporcionados.

A Lei nº 10.172, de 09/01/2001, ao criar o Plano Nacional de Educação – PNE, estabeleceu o prazo de um ano para implantação desses Planos de Carreira.

4º. Quanto deve ser o salário ou vencimento do professor?

De acordo com o art. 2º da Lei 11.738, de 16/07/2008, o piso salarial é de R\$ 950,00 para os profissionais do magistério que tenham formação mínima de nível médio, na modalidade Normal, e que tenham carga horária de até 40 horas semanais. A implantação do piso pelos Estados e Municípios começará em 2009 e deverá ser concluída até 2010.

5º. Há alguma exigência para que o professor da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental tenha formação de nível superior?

Não. A Lei 9.394/96 – LDB, em seu art. 62, estabelece a formação em nível superior para o exercício da docência na educação básica. No entanto, admite como formação mínima, para o magistério da educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental, a de nível médio, na modalidade Normal.

6º. Os professores temporários podem ser pagos com os recursos do FUNDEB?

A Constituição Federal prevê “que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. Assim, todos os professores, formal e legalmente contratados (temporários) ou concursados (permanentes), poderão ser remunerados com a parcela dos 60% do FUNDEB, desde que atuem exclusivamente na docência da educação básica pública (na atuação prioritária do ente federado, conforme art. 211 da Constituição).

7º. Os recursos do FUNDEB podem ser utilizados para pagamento de professores em licença?

Os afastamentos temporários previstos na legislação, tais como férias, licença gestante ou paternidade, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, não caracterizam suspensão ou ausência da condição que caracteriza o efetivo exercício, para efeito de pagamento desses profissionais com os recursos da parcela de 60% do FUNDEB, quando as despesas referentes a esses pagamentos continuam sob a responsabilidade financeira do empregador (Estado ou Município).

8º. Os recursos do FUNDEB podem ser utilizados para pagamento de professores da EJA?

Sim. A Lei nº 11.494/2007 não faz distinção entre as diferentes modalidades da educação básica, portanto, o professor da EJA, em efetivo exercício em uma das etapas da educação básica pública (na atuação prioritária do ente federado, conforme art. 211 da Constituição), poderá ser remunerado com a parcela de 60% dos recursos do FUNDEB.

9º. Os recursos do FUNDEB podem ser utilizados para pagamento de estagiários dos cursos superiores de formação de professores (licenciatura)?

Não. O estagiário não é, ainda, um profissional do magistério, não podendo, por conseguinte, ser remunerado com recursos do FUNDEB.

## VALORES MÍNIMOS DO FUNDEB PARA 2009

Etapas e modalidades	Fatores de Ponderação	
	2008	Novos (2009)
Creche conveniada em tempo parcial	0,80	0,80
Creche pública em tempo parcial	0,80	0,80
Creche conveniada de tempo integral	0,85	0,85
Creche pública de tempo integral	1,10	1,10
Pré-escola de tempo parcial	0,90	0,90
Pré-escola de tempo integral	1,15	1,20
Anos iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00
Anos iniciais do ensino fundamental no campo	1,05	1,05
Anos finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10
Anos finais do ensino fundamental no campo	1,15	1,15
Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,25
Ensino médio urbano	1,20	1,20
Ensino médio no campo	1,25	1,25
Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30
Ensino médio integrado à educação profissional	1,30	1,30
Educação especial	1,20	1,20
Educação indígena e quilombola	1,20	1,20
EJA com avaliação no processo	0,70	0,80
EJA integrada à educação profissional de nível médio	0,70	1,00

## EDUCAÇÃO INFANTIL

Processo de transição da Educação Infantil da Assistência Social para a Educação.

Historicamente, a Assistência Social financiou parte da rede de educação infantil e mesmo após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em 1996 ter definido a educação infantil como Primeira etapa da Educação Básica, portanto, uma atribuição da área da Educação, a Assistência Social manteve os recursos para o atendimento à criança de até zero a seis anos em creche e pré-escola. Isso ocorreu, dentre outros fatores, devido à falta de fontes específicas de financiamento para a Educação Infantil.

Porém, em 2007, foi aprovada a Lei 11.494 do FUNDEB, que cria um padrão de financiamento para toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

A aprovação do FUNDEB representou um passo importante, que reforça a natureza educacional das creches e pré-escolas. Segundo essa lei, até janeiro de 2009, toda a rede de Educação Infantil será assumida pelo Sistema de Educação.

Assim a rede co-financiada com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, será transferida, definitivamente, do âmbito da Assistência Social para o da Educação.

### Orientações para:

- Municípios que não concluíram o processo de transição;
- Municípios em que a educação assumiu o atendimento que era prestado pela Assistência Social;
- As entidades comunitárias e filantrópicas;
- Inclusão da matrícula da creche no Censo Escolar.

## FÓRUM CATARINENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

DATA: 10 e 11 de março de 2008

LOCAL: Salão Nobre da UNISUL – Tubarão-SC.

ASSUNTO Principal: As Instituições Formadoras e suas perspectivas para a formação do profissional da Educação Infantil.

PARTICIPALNTE: Além de Secretários Municipais, Educadores que atuam em centros infantis, nas diversas redes: Estaduais, Municipais, Particulares e Filantrópicas

### **SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

TEMA: Políticas Sociais para a Infância

DATA: 30 de junho e 01 de julho de 2008

LOCAL: Auditório Antonieta de Barros – Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Florianópolis/SC.

PARTICIPANTES: Secretários Municipais de Educação, Orientadores Educacionais, Coordenadores de Centros Infantis Públicos e Filantrópicos.

PALESTRAS: Políticas Sociais para a Infância e Adolescência, "Prioridade Absoluta" – ELAINE PAES LIMA – Presidente da OMEP-SC, especialista em Educação Infantil;

- "Da Paixão de Ensinar a Paixão de Aprender" – Professor Hamilton Werneck;

- A Educação Infantil como Fonte de Equilíbrio na Construção da Infância e sua Relação com a Família – Professor Hamilton Werneck – Pedagogo, especialista em Educação, Escritor e Conferentista.

ENCERRAMENTO: Mesa Redonda: "O Orientador Educacional no Espaço da Educação Infantil".

### **REUNIÃO COM MEMBROS DO COLEGIADO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

DATA: 11 de setembro de 2008

LOCAL: Hotel Canto da Ilha – Ponta das Canas – Florianópolis/SC

PALESTRA: Processo de Transição da Educação Infantil

MINISTRANTE: Leovani Gregório – Assistente de Proteção Social Básica, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

#### **AÇÕES IMEDIATAS DE TRANSIÇÃO:**

- Apoiar tecnicamente os Municípios no processo de transição;
- Imediata inserção no Censo Escolar 2008;
- Assumir o papel de Coordenação e Monitoramento do Processo de Transição;
- Fazer o mapa da situação atual de cada Município;
- Garantir a atuação conjunta da Assistência Social com a Educação.

### **II ENCONTRO ESTADUAL DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE SANTA CATARINA**

DATA: 27 de outubro de 2008

LOCAL: Fundação Catarinense de Educação Especial de São José – SC.

PALESTRA: "O Papel das Organizações Não-Governamentais na Sociedade hoje, a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente" – ELAINE PAES E LIMA – Presidente da OMPET-SC, especialista em Educação Infantil.

MESA REDONDA: "O FUNDEB e os critérios de conveniamento para as Organizações Não-Governamentais Filantrópicas, Comunitárias e Confessionais".

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Professor Antão Antônio David, Assessor para Assuntos Educacionais da GRANFPOLIS, foi indicado pela mesma para participar da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina, tais como:

#### **- SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

DATA: 28 de maio de 2008

LOCAL: Salão Paroquial – São Bonifácio/SC.

O evento teve como objetivo apresentar as experiências de desenvolvimento ambiental sustentável, promovidas pelo trabalho comunitário do Município, com a participação das Associações de Microbacias, Escolas, Lideranças Locais e Regionais.

#### **- REUNIÃO DO GRUPO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

DATA: 19 de agosto de 2008

LOCAL: Auditório da GERED (Gerência de Educação) – Campinas – São José/SC

OBJETIVO: Formação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental – CALENDÁRIO E ROTEIRO DE EVENTOS – Maria de Lourdes Capponi – Gerente de Planejamento e Educação Ambiental.

#### **- REUNIÃO FEPEMA – Fundo Especial de Projeção ao Meio Ambiente de Santa Catarina**

DATA: 29/08/08

LOCAL: Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR – São José/SC.

FEPEMA – é um fundo socioambiental, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que tem como finalidade apoiar o estudo, desenvolvimento e execução de programas e projetos que visem a conservação, a recuperação e a melhoria da qualidade ambiental.

1ª Fala – Fontes de recursos, Estrutura e Funcionamento do FEPEMA – Maria de Lourdes Capponi – Gerente de Planejamento e Educação Ambiental e Presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.

2ª Fala – Linhas de apoio a projetos, como acessar os recursos do FEPEMA, mediante apresentação de planos e programas, previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo – Márcia Menezes da Silva Soncini – Participante da Equipe Técnica do FEPEMA.

#### **- SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

DATA: 17 de setembro de 2008

LOCAL: Centro de Atendimento à Terceira Idade – CATI – São José/SC

OBJETIVO: Troca de experiências das ações de educação ambiental desenvolvidas nos Municípios da Região, para profissionais, multiplicadores e convidados, estimulando a participação para a construção de uma nova ética ambiental.

### **ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL**

Além de repetidas visitas de organização e atendimento às Secretarias Municipais de Educação da GRANFPOLIS, a Assessoria para Assuntos Educacionais representou a Associação e a FECAM em várias audiências e reuniões na Secretaria Estadual de Educação (principalmente Transporte Escolar), Conselho Estadual de Educação, na UNDIME, 18ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da GRANFPOLIS e no Grupo de Trabalho de Educação Ambiental; houve a participação em eventos, conferências, seminários, com destaque para:

#### **- CAMINHOS PARA ESCOLA**

Cópia da Resolução do FNDE Nº 6, de 7 de fevereiro de 2008, “Publica as especificações técnicas de ônibus escolares urbanos, que serão adquiridos para realizar atividades de transporte escolar padronizando os veículos escolares, com especificações que garantam mais qualidade e segurança, no transporte diário dos alunos.

#### **- CONFERÊNCIA**

- Conferência sobre Plano Municipal de Educação de Florianópolis e a Lei do Sistema Municipal de Florianópolis, dia 08/05/08, no Auditório da Assembléia Legislativa.



Palestrante: Adélcio Machado dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Educação.

### **- FÓRUM EXTRAORDINÁRIO DA EDUCAÇÃO – UNDIME/SC**

LOCAL: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Florianópolis/SC

DATA: 23 e 24 de junho de 2008.

#### **- Palestra de Abertura**

Dia 23/06/2008

- Avaliação da Educação Básica e Formação Docente – Palestrante Professor Dilvo Ristoff – Diretor da CAPES.

Dia 24/06/2008

- 1ª Palestra: Financiamento da Educação e Reforma Tributária; Responsabilidade Compartilhada entre Estado e Municípios na oferta de Educação Infantil e Fundamental – Palestrante Maria Tereza Augusti, Presidente do Instituto Florestan Fernandes.
- 2ª Palestra: Pró Letramento – Palestrante Jeanete Beauchamp – Diretora do Departamento de Políticas de Educação Infantil do MEC;
- 3º Palestra: Transporte Escolar – Palestrante: Astrid Helga Dick – Secretária de Educação de Rio do Sul; Ademir Amaral Ribeiro – Técnico da Diretoria de Apoio ao Estudante – Secretaria de Estado da Educação; Palestra: Antão Antônio David – Assessor para Assuntos Educacionais da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.
- 4ª Palestra: Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE – Palestrante Maria do Pillar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC;
- 5ª Palestra – Plano de Ações Articuladas – PAR – Palestrante Cleusa Repulho – Consultora do MEC;
- 6ª Palestra – Movimento Todos Pela Educação – Palestrante Mozart Neves Ramos, Secretário Executivo do Programa Todos pela Educação - MEC

### **- EDUCASUL – 2008 – Educação, Cultura e Currículo**

DATA: 23 a 26 de julho de 2002

LOCAL: CENTROSUL – Florianópolis/SC

Congresso Educasul, com uma programação especialmente voltada para assuntos que fazem parte do dia a dia nas instituições de ensino infantil e fundamental, e com o firme propósito de apresentar aos participantes soluções adequadas para a realidade da Educação no Brasil, O EDUCASUL 2008 se configurou no ponto de encontro ideal para educadores que desejam fazer parte do processo de transformação da Educação e da sociedade brasileira.

Os principais temas do EDUCASUL 2008

- Políticas da Educação Básica
- Currículo, subjetividade e identidade em busca de conceitos
- O desenvolvimento da linguagem oral e escrita na educação infantil e séries iniciais
- Propostas educativas para crianças de 0 a 3 anos
- Inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais
- Conversas com quem gosta de formar a gestão e a formação dos profissionais de educação infantil
- Educação Ambiental na educação da infância: a visão do educador
- Orientações gerais sobre aspectos importantes do Plano de Metas e Compromissos Todos pela Educação.

### **- PAR – Elaboração do Plano de Ações Articuladas**

É fundamental lembrar que a realização do diagnóstico, bem como a elaboração do PAR é de caráter participativo e tem por objetivo promover uma análise compartilhada da situação educacional na rede municipal. Assim, a coleta de informações e o seu detalhamento deverão ser obtidos a partir da discussão conjunta entre os membros de toda equipe técnica local.

Todos os setores da sociedade podem participar: organizações sociais, pessoas físicas, instituições, órgãos públicos e principalmente os envolvidos no dia a dia com a educação.

Para alcançar a educação que cada Município, Estado e Brasil precisam, podemos definir 5 metas específicas e compreensíveis:

- 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até 8 anos;
- 3 – Todo aluno com aprendizado adequado a sua série;
- 4 – Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos;
- 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido .

Todo Município deve aderir ao TODOS PELA EDUCAÇÃO, pois isso significa fazer parte da mobilização pela melhoria básica no Brasil e comprometer-se a trabalhar pelo alcance das 5 metas, e atingir, em 2022, o indicador seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o mesmo patamar dos países desenvolvidos.

#### - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Escolas municipais terão de adequar-se ao ensino especial. O Ministro da Educação Fernando Haddad, apresentou o Decreto que regulamenta o ensino para pessoas com deficiência, a chamada educação especial. O Decreto foi publicado na edição do dia 17/09/08 no Diário Oficial da União. O objetivo é disciplinar o atendimento adequado à criança com deficiência, especialmente aquelas que estão em idade escolar.

#### - TRANSPORTE ESCOLAR

A Assessoria para Assuntos da Educação da GRANFPOLIS participou ativamente do grupo de trabalho permanente do Transporte Escolar que visa discutir e acompanhar ações que busquem a melhoria do entendimento dos convênios do estado com as Prefeituras e a qualidade da frota de veículos nos Municípios.

Atuou em conjunto com a UNDIME, FECAM e CIASC, buscando avaliar e discutir metodologia que espelhe melhor o custo aluno, ajudando na gestão do transporte escolar, principalmente na área rural.

Valores per capita do Transporte Escolar 2008, dos alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual:

##### 1. Ensino Fundamental

Distâncias	Município da Inclusão Social	Demais Municípios
06,00 a 12,00Km	295,00	268,00
12,01 a 24,00Km	461,00	419,00
Acima de 24,01Km	572,00	520,00

##### 2. Ensino Médio

Distâncias	Município da Inclusão Social	Demais Municípios
06,00 a 12,00Km	195,00	177,00
12,01 a 24,00Km	304,00	277,00
Acima de 24,01Km	378,00	343,00

De acordo com a tabela adotada pela Secretaria da Educação, o grande problema está na distância de 24Km e acima de 24Km, distância em que os Municípios da área rural tem um custo de até 900,00 por aluno/ano.

Propostas sugeridas e aprovadas em reuniões do Colegiado, enviadas para a Secretaria do Estado de Educação, FECAM e UNDIME, para amenizar os problemas encontrados no transporte escolar da região:

- Acréscimo de mais uma faixa de rateio de valores 24 Km – 36 Km (+), acrescentando ainda para esta nova faixa 100% (cem por cento) e para faixa de 24 Km, 50% (cinquenta por cento) a mais do valor aplicado à faixa anterior;
- Início imediato da negociação do orçamento relativo ao Transporte Escolar para o exercício de 2009;
- Assinatura da Portaria que trata dos critérios para pagamento do transporte escolar relativo a 2009 até o dia 20 de dezembro de 2008;
- Alteração da Legislação que trata do Transporte Escolar passando a permitir que para primeiro semestre do exercício os valores sejam rateados, utilizando o número de matrículas do exercício anterior;
- Aumentar o número de parcelas para 10 (dez) uma vez que o transporte dos alunos acontece durante todo o ano letivo.

#### **6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

A Assessoria de Engenharia e Arquitetura durante o exercício de 2008, através de sua equipe, atendeu os municípios associados com serviços técnicos e com serviços de reprografia.

Foram realizados 382 (trezentos e oitenta e dois) trabalhos, englobando projetos, estudos, memoriais descritivos, pareceres, serviços de topografia, etc..., não incluindo as visitas aos municípios e inúmeras consultas feitas informalmente. O Município de São João Batista foi o que mais utilizou os serviços desta Associação com 89 (oitenta e nove) trabalhos realizados.

Além dos trabalhos realizados, acima referidos, foram efetuados atendimentos aos municípios associados, que não estão quantificados no Quadro abaixo. Esses atendimentos foram feitos no sentido de assessorar as prefeituras junto a órgãos públicos estaduais e federais – tais como, Ministério da Previdência Social e SES - Vigilância Sanitária, para a obtenção de recomendações normativas para elaboração de projetos e/ou para aprovação de projetos específicos.

Da mesma forma, foram feitos assessoramentos às prefeituras junto a empresas privadas e universidades para a realização de serviços técnicos desenvolvidos por terceiros.

Além do atendimento aos municípios associados, a Assessoria de Engenharia e Arquitetura representou a GRANFPOLIS em diversos eventos, assim como, atendeu a solicitações de órgãos públicos, empresas privadas e da comunidade acadêmica.

No exercício de 2008 foi também dado início ao projeto da nova Sede da GRANFPOLIS. Esta Assessoria fez o levantamento topográfico do terreno, orientação para sondagem geotécnica, levantamento do programa de necessidades, fluxograma de funcionamento, detalhamento de atividades e equipamentos por ambientes, sugestão de escritórios de arquitetura qualificados para a elaboração do projeto, assessoria na seleção do escritório vencedor, acompanhamento do desenvolvimento do projeto e apresentação do mesmo em reunião de Prefeitos.

No Quadro a seguir apresentamos o resumo dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2008, referidos no segundo parágrafo.

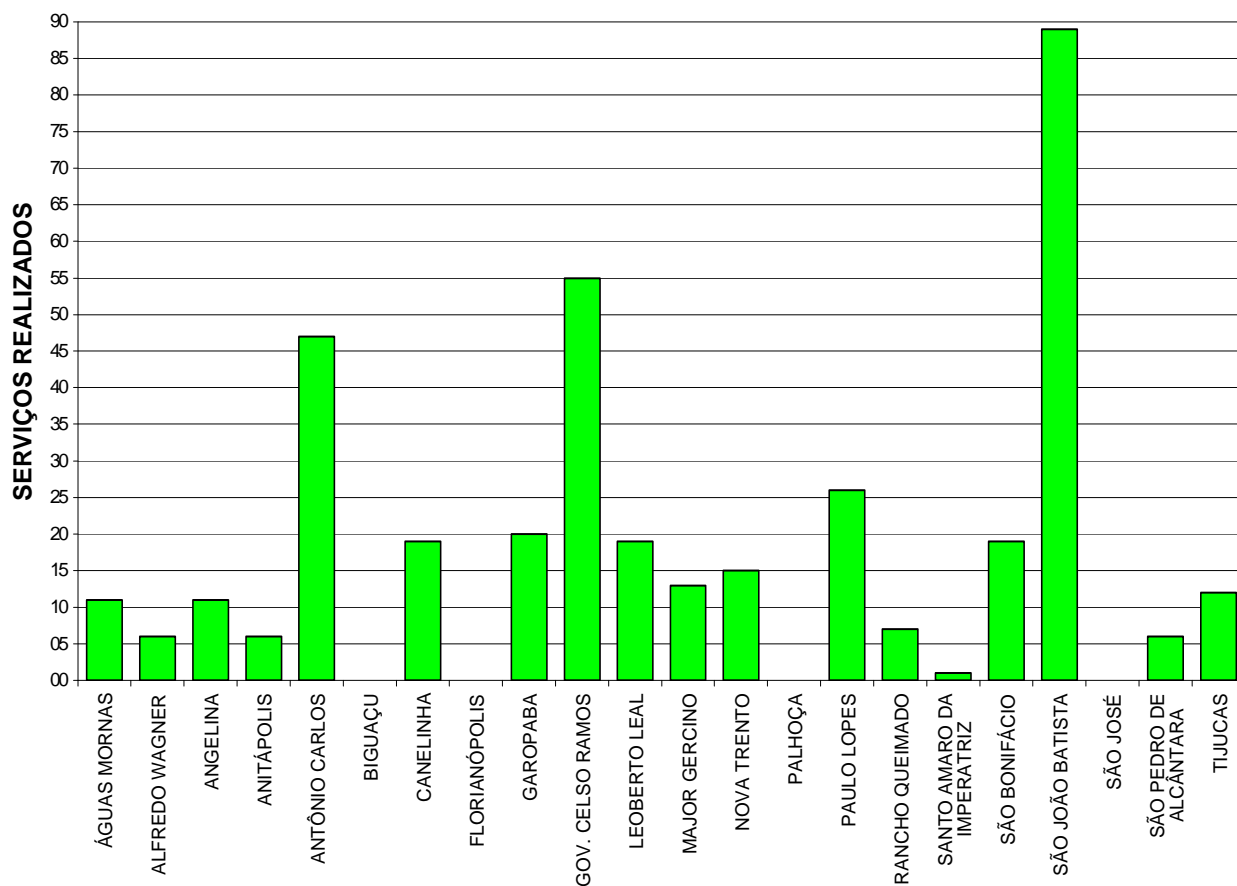
Na seqüência, são discriminados os serviços realizados para cada um dos municípios, com as respectivas atividades.

**ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - QUANTIDADE DE SERVIÇOS REALIZADOS - ANO 2008**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SERVIÇOS REALIZADOS</b>
ÁGUAS MORNAS	11
ALFREDO WAGNER	06
ANGELINA	11
ANITÁPOLIS	06
ANTÔNIO CARLOS	47
BIGUAÇU	-
CANELINHA	19
FLORIANÓPOLIS	-
GAROPABA	20
GOVERNADOR CELSO RAMOS	55
LEOBERTO LEAL	19
MAJOR GERCINO	13
NOVA TRENTO	15
PALHOÇA	-
PAULO LOPES	26
RANCHO QUEIMADO	07
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	01
SÃO BONIFÁCIO	19
SÃO JOÃO BATISTA	89
SÃO JOSÉ	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	06
TIJUCAS	12
<b>TOTAL</b>	<b>382</b>

Gran\Tabelas Relatório\Relat4

## SERVIÇOS EXECUTADOS PELA ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



### **ÁGUAS MORNAS**

- 1 – Terreno do Parque de Exposições de Santa Cruz da Figueira
  - Levantamento Planialtimétrico com 31.608,70m<sup>2</sup>
- 2 – Estrada Municipal AGM-080 – 2º Trecho
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 3 – Rua Geral Santa Isabel – 2º Trecho
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 4 – Rua de Acesso a Santa Isabel
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 5 – Rua São Sebastião
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 6 – Capela Mortuária
  - Anteprojeto Arquitetônico com 121,12m<sup>2</sup>

### **ALFREDO WAGNER**

- 1 – Acesso a Lomba Alta
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Rua São João – 2ª Etapa
  - Orçamento
- 3 – Ruas do Loteamento Balcino – 2ª Etapa
  - Orçamento
- 4 – Reforma e Ampliação da U.B.S. Limeira
  - Projeto Arquitetônico com 116,68m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

### **ANGELINA**

- 1 – Acesso ao Cemitério de Barra Clara
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Rua Terezinha Coelho
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 3 – Ruas Frei Cassiano e Francisco Kammers
  - Atualização do Orçamento
- 4 – Estrada do Garcia – Etapa 2
  - Orçamento
- 5 – Estrada do Garcia – Etapa 3
  - Orçamento
- 6 – Praça Nicolau Kretzer
  - Projeto de Reforma com 3.430,00m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
- 7 – Rua João Huller, Servidão Huller e Servidão da Eletrosul
  - Levantamento Planialtimétrico com 15.259,28m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.466,90m<sup>2</sup>
- 8 – Igreja de Betânia
  - Realização de Vistoria Técnica com emissão de Laudo

### **ANITÁPOLIS**

- 1 – Rua Ângelo Carara
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 2 – Ruas 02, 04, 05, 11, 17, 18, 19, 20 e 21 – Vila Nova
  - Projeto Geométrico com 4.540,96m<sup>2</sup>
- 3 – Rua do Passeio
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 4 – Rua Geral do Rio do Ouro, transversa (A e B)
  - Levantamento Planialtimétrico com 29.940,53m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 3.034,86m<sup>2</sup>

### **ANTÔNIO CARLOS**

- 1 – Servidões Webber, Webber Júnior, Boa Vista e Nº 10
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Continuação da Rua Militão José Coelho – 1ª Etapa
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 3 – Continuação da Rua Militão José Coelho – 2ª Etapa
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento



- 4 – Continuação da Rua Militão José Coelho - Trecho 2
  - Levantamento Planialtimétrico com 37.288,88m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 4.062,82m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 5 – Continuação da Rua Militão José Coelho – Trecho 3
  - Levantamento Planialtimétrico com 29.347,38m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 3.361,56m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 6 – Estrada Geral do Louro
  - Levantamento Planialtimétrico com 38.208,12m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 5.728,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 7 – Estrada Geral de Santa Bárbara
  - Levantamento Planialtimétrico com 32.066,00m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 4.138,30m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 8 – Escola Municipal e Quadra da Sede
  - Projeto de Locação no terreno entre Rua São Francisco e Bosque
  
- 9 – Escola Municipal da Sede
  - Modificação do Projeto Arquitetônico
  
- 10 – Estrada Geral de Santa Bárbara – Trecho 2
  - Levantamento Planialtimétrico com 45.870,40m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.200,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 11 – Escola Municipal e Quadra da Sede
  - Projeto de Locação em novo terreno
  
- 12 – Estrada Geral de Guiomar
  - Levantamento Planialtimétrico com 65.713,68m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 9.840,30m<sup>2</sup>
  - Projetos de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 13 – Entorno da Secretaria Municipal de Saúde
  - Alteração de Projeto de Implantação de Estacionamento, Acessos e Paisagismo
  
- 14 – Rua Afonso Olegário Scherer

- Projeto de Sinalização
- Orçamento
  
- 15 – Estrada Geral Vila 12
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - OrçamentoCronograma Físico-Financeiro
  
- 16 – Rua Antônio Pedro Scherer
  - Levantamento Planialtimétrico com 9.177,54m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 850,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

### **CANELINHA**

- 1 – Avenida Joaquim Santana (Estaca OPP a 7 + 10,00m)
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 2 – Rua Leonel Marcelino Pereira – 2ª Etapa
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 3 – Rua Valentim Pereira de Melo
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 4 – Unidade Integrada de Saúde
  - Verificação do Projeto Existente, com modificações para adequação conforme a RDC- 50 – Área Tota de 1.089,08m<sup>2</sup>
  
- 5 – Centro de Convivência para Idosos
  - Anteprojeto Arquitetônico com 261.78m<sup>2</sup>
  
- 6 – Rua Júlio Pedro Steil
  - Levantamento Planialtimétrico com 38.087,95m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 6.723,59m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 7 – Rua Professor Tomaz Geraldo
  - Levantamento Planialtimétrico com 35.849,17m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 8.414,32m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 8 – Centro de Convivência para Idosos
  - Anteprojeto Arquitetônico com 247,42m<sup>2</sup>
  - Anteprojeto Arquitetônico com 251,01m<sup>2</sup>

- 9 – Centro de Convivência para Idosos
  - Projeto Arquitetônico com 247,42m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

## **GAROPABA**

- 1 – Escola Municipal Pinguirito
  - Projeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 187,06m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 2 – Reforma e Ampliação da Escola de Ibiraguera
  - Projeto Arquitetônico de Biblioteca com 125,06m<sup>2</sup>
  - Projeto Arquitetônico de Refeitório, cozinha, etc, com 91,72m<sup>2</sup>
  - Projeto Arquitetônico de Quadra de Esportes com 959,00m<sup>2</sup>
  - Memoriais Descritivos
  - Orçamentos
  
- 3 – Passeios na Estrada do Ouvidor
  - Orçamento
  
- 4 – Unidade Básica de Saúde da Encantada
  - Modificação do Projeto Arquitetônico
  - Relatório Técnico
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
  
- 5 – Estabelecimento Assistencial de Saúde Areias da Palhocinha
  - Modificação do Projeto Arquitetônico
  - Relatório Técnico
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
  
- 6 – Escola Municipal de Siriú
  - Orçamento
  
- 7 – Creche Municipal
  - Projeto Arquitetônico com 306,10m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  
- 8 – Rua Manoel Cascaes
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 9 – Rua Jonatas Alves
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 10 – Rua João Joaquim da Silva
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  
- 11 – Policlínica e Pronto Atendimento

- Planta Baixa Esquemática

### **GOVERNADOR CELSO RAMOS**

- 1 – Rua Aristides Quintino
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Rua Santiago Nunes
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 3 – Rua 130
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 4 – Rua Francisco Pereira
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 5 – Rua Salomão Gomes
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 6 – Rua Hercílio Conrado
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 7 – Rua da Baixadinha
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 8 – Rua João Alves Filho
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 9 – Travessa Nº 39
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 10 – Travessa Nº 40
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 11 – Rua Valdevino Antônio Cavalheiro
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 12 – Rua Manoel Hipólito Fernandes
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

- 13 – Continuação da Rua Pedro H. da Silva
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 14 – Rua Julião José Teixeira
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 15 – Revitalização da Orla da Praia de Ganchos do Meio
  - Projeto Arquitetônico com 2.016,00m<sup>2</sup>
- 16 – Calçadas entre Calheiros e Ganchos do Meio
  - Projeto Arquitetônico com 2.403,00m<sup>2</sup>
- 17 – Continuação da Rua do Anogueiro
  - Levantamento Planialtimétrico com 31.493,30m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 880,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 18 – Ruas Agripina Freitas e Cristina Vieira Sagaz
  - Levantamento Planialtimétrico com 16.661,18m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.267,40m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 19 – Rua Maria das Graças Fernandes
  - Levantamento Planialtimétrico com 4.030,97m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 588,75m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 20 – Rua Leonardo Olímpio da Cunha
  - Levantamento Planialtimétrico com 3.808,02m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 343,03m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 21 – Continuação da Rua José Ramos Filho
  - Levantamento Planialtimétrico com 6.789,64m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 635,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 22 – Rua Nº 132 - Calheiros
  - Levantamento Planialtimétrico com 3.287,83m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 473,80m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento



- 23 – Continuação da Rua Maria Luiza da Conceição
- Levantamento Planialtimétrico com 11.935,44m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 882,05m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

- 24 – Rua Manoel Honório Marques
- Levantamento Planialtimétrico com 2.405,65m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 18.159,51m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

### **LEOBERTO LEAL**

- 1 – Estrada da Barra Grande
- Orçamento de Terraplenagem, Drenagem e Revestimento Primário
- 2 – Terreno para construção de Capela Mortuária
- Levantamento Planialtimétrico com 8.905,80m<sup>2</sup>
- 3 – Capela Mortuária
- Projeto Arquitetônico com 125,80m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
- 4 – Casa de André Kuster
- Análise do Projeto
- 5 – Casa de Paulo Braun Guchert
- Análise do Projeto
- 6 – Edificação comercial de Paulo Braun Guchert
- Análise do Projeto
- 7 – Casa de Inácio Abreu
- Análise do Projeto
- 8 – Casa de Erony Kreush
- Análise do Projeto
- 9 – Casa de Rozeli Knaull
- Análise do Projeto
- 10 – Casa de Enísio Knaull
- Análise do Projeto
  - Reanálise do Projeto
- 11 – Casa de Valdemar de Souza
- Análise do Projeto
  - Reanálise do Projeto
- 12 – Continuação da Rua Mainolvo Lehmkuhl
- Modificação do Projeto Geométrico com 10.880,70m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

- Cronograma Físico-Financeiro

13 – Edificação Comercial e Residencial de Paula Guchert  
- Análise do Projeto

14 – Casa de Carmelino Carmisini  
- Análise do Projeto

### **MAJOR GERCINO**

1 – Rua “MG” – Morro do Descanso  
- Levantamento Planialtimétrico com 6.684,10m<sup>2</sup>  
- Projeto Geométrico com 790,25m<sup>2</sup>

2 – Parque Infantil  
- Verificação de viabilidade de implantação do parque as margens do córrego

3 – Rua Manoel Martins de Andrade  
- Levantamento Planialtimétrico com 10.794,61m<sup>2</sup>  
- Projeto Geométrico com 842,80m<sup>2</sup>

4 – Unidade Básica de Saúde da Sede  
- Modificação do Projeto Arquitetônico  
- Segunda Modificação do Projeto Arquitetônico  
- Relatório Técnico  
- Orçamento

5 – Ruas B e D - Pinheiral  
- Modificação do Projeto Geométrico  
- Modificação do Projeto de Drenagem  
- Orçamento  
- Cronograma Físico-Financeiro

6 – Recapeamento Asfáltico da Rua Guilhermino Albanaes  
- Levantamento Planialtimétrico  
- Orçamento estimativo de Drenagem, Pavimentação e Sinalização

### **NOVA TRENTO**

1 – Levantamento para Projeto de Abastecimento de Água – Ribeirão Frederico  
- Levantamento Planialtimétrico

2 – Rua Florianópolis – Trecho Norte da SC - 409  
- Memorial Descritivo  
- Orçamento

3 – Rua Domenico Orsi  
- Atualização do Orçamento  
- Memorial Descritivo

4 – Rua Tijucas  
- Memorial Descritivo  
- Orçamento

5 – Prolongamento da Rua Benjamin Constant  
- Projeto de Drenagem  
- Memorial Descritivo

- Orçamento
- 6 – Ruas Giácomo Polli e José Batistti Archer
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 7 – Continuação da Rua José Batistti Archer
  - Levantamento Planialtimétrico com 143.319,53m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 24.524,30m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 8 – Unidade Básica de Saúde do Trinta Réis
  - Modificação do Projeto Arquitetônico com 192,06m<sup>2</sup>
  - Relatório Técnico

### **PAULO LOPES**

- 1 – Terreno da Prefeitura Municipal – Bairro Santa Cruz
  - Levantamento Planialtimétrico com 46.338,29m<sup>2</sup>
- 2 – Rua Ana Raupp de Sá (Estacas 35 a 55)
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 3 – Rua Vidal da Rosa – 3ª Etapa
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 4 – Área do Bairro Areias
  - Levantamento Planialtimétrico com 126.862,92m<sup>2</sup>
- 5 – Rua Nelson Basílio Pereira
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 6 – Rua Rosa Paulina da Silva
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 7 – Rua Abílio Machado
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 8 – Rua Renato Soares
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 9 – Rua Manoel dos Santos Raupp
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 10 – Travessa Rute Jovina dos Santos
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 11 – Servidão Arlinda Martins
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo



- 12 – Rua Manoel do Carmo Pereira
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento Estimativo
- 13 – Ruas Ibrahim B. de Souza e Milena Zille
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 14 – Estrada do Ribeirão – 2ª Etapa (Estaca 15 a 44)
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 15 – Rua Lourenço Machado
  - Projeto Geométrico com 2.747,83m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 16 – Ruas Severo Calisto de Souza e Manoel Germano Vieira
  - Levantamento Planialtimétrico com 38.637,85m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.665,10m<sup>2</sup>
- 17 – Ruas Hercílio J. Virgílio e Severo Borges
  - Levantamento Planialtimétrico com 23.067,12m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.660,91m<sup>2</sup>
- 18 – Fábrica de Laticínios de Queijos Orgânicos
  - Projeto Arquitetônico com 172,22m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 19 – Fábrica de Laticínios e Queijos
  - Alteração do Projeto Arquitetônico com 131,37m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

### **RANCHO QUEIMADO**

- 1 – Rua Catarina Webber Kirschner
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Ampliação da Unidade Básica de Saúde da Sede
  - Orçamento
- 3 – Moradia Econômica
  - Alterações do Projeto Arquitetônico e do Projeto Elétrico
- 4 – Ruas Oscar Seemann e Nº 108
  - Levantamento Planialtimétrico com 29.691,28m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 3.225,60m<sup>2</sup>
- 5 – Terreno da Garagem da Prefeitura Municipal
  - Levantamento Planialtimétrico com 1.633,55m<sup>2</sup>

### **SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

- 1 – Quadra de Esportes Coberta da E. M. Alvim D. da Silva
  - Projeto Arquitetônico com 576,80m<sup>2</sup>
  - Relatório Técnico

### **SÃO BONIFÁCIO**

- 1 – Ponte Dirksen
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 2 – Ponte Folster
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 3 – Quadra Coberta Santo Antônio
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 4 – Garagem para veículos da Prefeitura Municipal
  - Projeto Arquitetônico com 249,03m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 5 – Rua Juliana Schaffers – 2º Etapa
  - Memorial Descritivo
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 6 – Rua João Roesner
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro
- 7 – Reforma do Salão do Rio do Poncho
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 8 – Ponte sobre o Rio do Poncho (Herberto Stock)
  - Projeto de Ponte Mista
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 9 – Quadra Descoberta no Rio Sete
  - Projeto Arquitetônico com 653,15m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 10 – Quadra Descoberta Santa Maria
  - Projeto Arquitetônico de Reforma e Alambrados com 740,00m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 11 – Local para projeto de obra de contenção de enchentes
  - Levantamento Planialtimétrico com 1.233,00m<sup>2</sup>

- 12 – Terreno do Sindicato Rural de São Bonifácio
  - Levantamento Planialtimétrico com 500,00m<sup>2</sup>
- 13 – Terreno da Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural
  - Levantamento Planialtimétrico com 1.739,65m<sup>2</sup>
- 14 – Galeria Pluvial nas ruas 29 de Dezembro e 23 de Agosto
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
  - Cronograma Físico-Financeiro

### **SÃO JOÃO BATISTA**

- 1 – Continuação da Av. Egídio Cordeiro
  - Levantamento Planialtimétrico com 5.718,09m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.286,70m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Rua Evat David da Silva
  - Levantamento Planialtimétrico com 26.688,08m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 4.774,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 3 – Unidade de Saúde da Sede
  - Projeto Arquitetônico com 946,37m<sup>2</sup>
  - Relatório Técnico
- 4 – Rua Rosalina Martins
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 5 – Rua Pedro de Alcântara Raitz
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 6 – Rua José Marcelino Franco
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 7 – Ruas José Montibeller e Arno Sartori
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 8 – Ruas Fortunato Luiza Dadam, José Galdino de Jesus e Servidão

- Levantamento Planialtimétrico com 25.117,93m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 4.099,79m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 9 – Ruas Elias Manoel da Silva, Saul Manoel da Silva e Travessa
- Levantamento Planialtimétrico com 42.472,29m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 8.840,05m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 10 – Rua Manoel Vicente da Silva
- Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 11 – Local para Obras de Drenagem – Jardim São Paulo
- Levantamento Planialtimétrico com 14.523,97m<sup>2</sup>
- 12 – Local para Obras de Drenagem – Loteamento Abílio Puel
- Levantamento Planialtimétrico com 16.870,43m<sup>2</sup>
- 13 – Rua Nilo Martini
- Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 14 – Rua Lauro Sgrott
- Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 15 – Rua Alfredo Batistotti
- Levantamento Planialtimétrico com 9.564,77m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.320,95m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 16 – Rua Gerônimo Lindolfo Rosa
- Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 17 – Continuação da Rua Jerônimo Peixer
- Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 18 – Rua João Virgílio Paschoal
- Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 19 – Rua Genésio Sestrem
- Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 20 – Rua Marcos Silva
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 21 – Rua Augusto Marcos Soares
  - Levantamento Planialtimétrico com 37.340,62m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 5.871,80m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 22 – Rua Francisco José Soares
  - Levantamento Planialtimétrico com 18.091,26m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.365,82m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 23 – Rua Geral Ribanceira do Sul – 2ª Etapa
  - Projeto de Drenagem
  - Projeto de Sinalização
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 24 – Rua Luiz Cypriani
  - Projeto Geométrico com 3.062,30m<sup>2</sup>
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 25 – Rua Júlio Cesar Teixeira Corrêa
  - Levantamento Planialtimétrico com 13.687,38m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.882,97m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 26 – Rua Luiz Alberto do Nascimento
  - Levantamento Planialtimétrico com 27.025,11m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.506,70m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 27 – Continuação da Rua Vereador Theobaldino Mendonça
  - Levantamento Planialtimétrico com 13.972,84m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 2.140,00m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 28 – Rua Marcelino Francisco Vargas
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 29 – Rua José Zandonai
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 30 – Rua Vilibaldo Schmidt
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 31 – Rua Valter Machado
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 32 – Rua Júlio César Teixeira Corrêa
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 33 – Rua Jordina Régis Piva
  - Levantamento Planialtimétrico com 11.346,47m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 1.555,55m<sup>2</sup>
- 34 – Rua Atanázio Joaquim dos Santos
  - Levantamento Planialtimétrico com 67.274,91m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 15.607,55m<sup>2</sup>

### **SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

- 1 – Continuação da Rua João Pedro Hames
  - Levantamento Planialtimétrico com 75.138,90m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 14.462,74m<sup>2</sup>
- 2 – Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Santa Tereza
  - Projeto Arquitetônico com 121,12m<sup>2</sup>
  - Relatório Técnico
  - Orçamento
  - Alteração do Projeto Arquitetônico com 156,87m<sup>2</sup>
  - Orçamento

### **TIJUCAS**

- 1 – Continuação da Av. Emília Ramos
  - Levantamento Planialtimétrico com 28.332,62m<sup>2</sup>
  - Projeto Geométrico com 5.904,40m<sup>2</sup>
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento
- 2 – Rua Alvina Simas Reis
  - Projeto de Drenagem
  - Memorial Descritivo
  - Orçamento

3 – Rua Coronel Ouriques

- Levantamento Planialtimétrico com 85.757,91m<sup>2</sup>
- Projeto Geométrico com 10.129,90m<sup>2</sup>

4 – Continuação da Rua Barão do Rio Branco e Rua Porto Belo

- Levantamento Planialtimétrico com 13.822,74m<sup>2</sup>
- Projeto Geométrico com 2.276,57m<sup>2</sup>
- Projeto de Drenagem
- Memorial Descritivo
- Orçamento

5 – Avenida Luiz Gomes

- Projeto de Drenagem
- Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
- Orçamento

6 – Rua 13 de Junho e Rua da Paciência – Bairro da Praça

- Levantamento Planialtimétrico com 18.018,56m<sup>2</sup>
- Projeto Geométrico com 3.010,60m<sup>2</sup>
- Projeto de Drenagem
- Memorial Descritivo
- Orçamento

## **6.5 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

No exercício de 2008, a ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, além de responder, pessoalmente ou via telefone, a consultas de Prefeitos, Vereadores e Técnicos Municipais, às vezes, emitindo pareceres escritos e redigindo minutas de contratos editoriais, bem como anteprojetos de leis e decretos, procurou manter-se atualizada, através do acompanhamento de publicações técnicas e participação em eventos jurídicos.

Os principais assuntos que foram objeto de tratativas com os Municípios são elencados a seguir, antecipados pelas atividades de caráter geral:

### **1 – ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL**

- 01 – Participação, discussão e revisão dos trabalhos de elaboração dos Planos Diretores Participativos.
- 02 – Participação e discussão com vistas à regularização de terreno para a nova sede da Associação.
- 03 – Participação como convidado da Assessoria para Assuntos da Educação para discutir o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério.
- 04 – Participação, como representante da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no Conselho de Consumidores da CELESC, com reuniões mensais.
- 05 – Participação, como representante da FECAM, em Comissão (CTIL) da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável.
- 06 – Participação, discussão e auxílio a outras assessorias em defesas administrativas, respostas a consultas e solução de problemas específicos.
- 07 – Respostas a consultas telefônicas a Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores e técnicos municipais, em média de cinco por dia.
- 08 – Palestras para Secretários Municipais de Educação – Quadro e Carreira do Magistério.

### **2 – ATUALIZAÇÃO**

- 2.1 – Revista Consulex
- 2.2 – Revista Prática Jurídica
- 2.3 – Manual do Servidor Público
- 2.4 – Jornal DIALEX
- 2.5 – Revista Jurídica
- 2.6 – Revista Síntese Trabalhista
- 2.7 – Revista Interesse Público
- 2.8 – Revista de Estudos Tributários
- 2.9 – Diário Oficial
- 2.10 – Boletim de Direito Administrativo
- 2.11 – Boletim de Direito Municipal - NDJ
- 2.12 – Informativo de Direito Administrativo - NDJ
- 2.13 – Informativo de Licitações e Contratos - Zênite
- 2.14 – Revista Juris Plenum.

### **3 – ASSESSORIA E CONSULTORIA**

#### **ÁGUAS MORNAS**

- 01 – Orientação sobre Decreto Legislativo sem assinatura do Relator no parecer da Comissão.
- 02 – Orientação sobre grau de parentesco – sobrinho de falecido.
- 03 – Instrução sobre convênio com sociedade desportiva.
- 04 – Orientação sobre desapropriação;
- 05 – Projeto de lei para convênio.



- 06 – Três visitas ao Município para reunião com lideranças esportivas, Vereadores e área técnico-financeira.
- 07 – COSIP – Cooperativa – Orientação.
- 08 – Explicação sobre como aferir grau de parentesco – nepotismo.
- 09 – Orientação sobre revisão geral anual.
- 10 – Resposta à IPM sobre licitação.
- 11 – Resposta à Betha sobre licitação de sistema de informática.

### **ALFREDO WAGNER**

- 01 – Parecer sobre promoção para habilitação.
- 02 – Orientação sobre número de empresas em pregão.
- 03 – Orientação sobre microempresas em licitação.
- 04 – Projeto de Lei – Cemitérios.
- 05 – Recursos para Fundação Hospitalar em débito com a Previdência Social.
- 06 – Minuta de contrato para Servidor Admitido em Caráter Temporário.
- 07 – Anteprojeto de Lei que "Institui a Taxa de Cemitério e dá outras providências".
- 08 – Análise do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores.
- 09 – Parecer sobre contratação de instituição financeira para folha de pagamento.
- 10 – Declaração de Regularidade de Licitação para CEF - 04

### **ANGELINA**

- 01 – Orientação e pesquisa sobre alíquota de ITBI.
- 02 – Anteprojeto de Lei que "Cria o Programa de Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Legislativo".
- 03 – Resposta à consulta sobre IPTU de grandes glebas.
- 04 – Câmara – Orientação sobre CPI.
- 05 – Câmara – Reunião sobre Quadro de Cargos e Vencimentos.
- 06 – Orientação sobre cessão de servidor da Câmara para o Executivo.
- 07 – Subsídio do Prefeito.
- 08 – Declaração de Regularidade de Licitação para a CEF – 04.

### **ANITÁPOLIS**

- 01 – Orientação sobre servidor-Vereador-aposentado – Instituto Próprio e INSS.
- 02 – Servidora aposentada por invalidez e presidente do hospital – pode assinar convênio?
- 03 – Defesas de ex-Prefeito junto a órgãos do Governo Federal.
- 04 – Orientação sobre licitação para concessão de direito real de uso com minuta de contrato.
- 05 – Orientação sobre eleição da Mesa Diretora da Câmara.
- 06 – Orientação e procedimento de sessão de eleição da Mesa, determinada por ordem judicial e suspensão, em razão destruição das cédulas, já apurados os resultados.
- 07 – Diligência em licitação (43, § 3º).
- 08 – Orientação sobre diligência Ministério de Assistência Social.
- 09 – Orientação sobre reajuste de vencimento.
- 10 – Orientação sobre licitação – 6
- 11 – Resposta a consultas de Assessoria Jurídica – 13.
- 12 – Declaração de Regularidade de Licitação da CEF – 05.

### **ANTÔNIO CARLOS**

- 01 – Orientação – Contribuição Sindical.
- 02 – Orientação – licença para tratamento de saúde de Vereador.
- 03 – Orientação sobre licitação de passagem aérea para Câmara Municipal.
- 04 – Anteprojeto de Lei sobre instalação de empresas no Município.
- 05 – Visitas ao Município – duas.



- 06 – Projeto de Alteração – Subsídio.
- 07 – Projeto sobre alteração das atribuições do cargo de fiscal.
- 08 – Orientação sobre parcelamento do solo urbano.
- 09 – Orientação sobre implantação de empresa.
- 10 – Orientação sobre reversão de móvel em uso por entidade dispositiva.
- 11 – Orientação sobre coleta e destinação de lixo.
- 12 – Orientação sobre serviços gratuitos de terceiros para implantação de empresa.
- 13 – Orientação sobre área industrial.
- 14 – Defesa em Prestação de Contas de Associação de Agricultores junto ao TCE/SC a pedido de Vereadora

### **BIGUAÇU**

- 01 – Câmara – Diligência em prestação de contas.
- 02 – Câmara – Licença de Vereador por doença – remuneração.
- 03 – Câmara – Suplementação de dotação.
- 04 – Câmara – Orientação sobre reposição salarial.
- 05 – Câmara – Orientação sobre renovação de contrato de locação da sede.
- 06 – Câmara – Orientação sobre defesa no TCE/SC.
- 07 – Defesa de Ex-Prefeito junto ao TCE/SC.
- 08 – Desincompatibilização de Diretor de Escola.
- 09 – Subsídio dos Agentes Políticos.

### **CANELINHA**

- 01 – Orientação sobre projeto de prédio x veículo – alterando orçamento da Câmara.
- 02 – Orientação sobre nomeação de servidor do Executivo para cargo no Legislativo.
- 03 – Orientação sobre licitação – 08.
- 04 – Orientação sobre pessoal.
- 05 – Orientação sobre processo legislativo – 05.
- 06 – Desincompatibilização de Secretário Municipal.

### **GAROPABA**

- 01 – Elaboração Edital para construção de casas populares.
- 02 – Procedimento – Prefeito – ausentar-se do país.
- 03 – Câmara – anteprojeto criando cargo de Assessor Jurídico e alterando lei antiga (1030).
- 04 – Orientação sobre Projeto de Lei mudando destinação de área urbana e redução de denominação de via pública.
- 05 – Faixa de Domínio Estadual – pesquisa da legislação.
- 06 – Parecer sobre alvará para pessoa física.
- 07 – Visitas à Prefeitura – 05.
- 08 – Parecer sobre IPTU de terreno isolado.
- 09 – Parecer sobre Quadro de Servidores do SAMAE.
- 10 – Isenção de Rádio – ISS.
- 11 – Licitação – Participação de microempresa.
- 12 – Cinco visitas ao Município.
- 13 – Análise e elaboração do Quadro de Cargos e Vencimentos da Câmara.
- 14 – Orientação à Câmara sobre vencimento e cargo em comissão.
- 15 – Fornecimento de alvará para lanchonete.
- 16 – Anteprojeto de Lei disciplinando a isenção tributária.
- 17 – Orientação sobre despesa da educação em ônibus recebido da Receita Federal.
- 18 – Análise do Projeto de Lei que “Institui Marca Turística do Municípios de Garopaba e dá outras providências”.
- 19 – Minuta de Edital de Convocação de Audiência Pública.
- 20 – Resposta à consulta se a despesa de fonoaudiologia pode ser considerada como de manutenção e desenvolvimento do ensino”.

- 21 – Análise de Parecer Prévio sobre as contas do Município, apontado algumas restrições.
- 22 – Anteprojeto de Decreto Legislativo aprovando as contas do Município.
- 23 – Resposta à Câmara sobre Renúncia de Receita.
- 24 – Anteprojeto de Lei que Regulamenta a Contratação de Profissionais na área da saúde.
- 25 – Análise e sugestões à minuta de convênio com o 1º Grupamento de Bombeiro Militar.
- 26 – Análise do Processo Licitatório de Tomada de Preços nº 06/2007.
- 27 – Parecer sobre participação de Pessoa Física em Processo Licitatório;
- 28 – Parecer sobre isenção do IPTU;
- 29 – Parecer sobre ISS sobre serviços de comunicação e Provedores de Acesso a INTERNET.
- 30 – Declaração de Regularidade em Convênios Federais.
- 31 – Defesas do Ex-Presidente da Câmara junto ao TCE/SC.
- 32 – Parecer sobre veto.
- 33 – Parecer sobre desmembramento de área de terras.
- 34 – Resposta a ofício do IPESC sobre débito da Câmara.

### **FLORIANÓPOLIS**

- 01 – Câmara – Publicação – Convite e TP – Microempresa – prazos e regularidade fiscal

### **GOVERNADOR CELSO RAMOS**

- 01 – Minuta de Portaria que “Constitui Comissão Especial de Auditoria”.
- 02 – Contados com a CEF sobre saque do FGTS de Servidores celetários não optantes.
- 03 – Revisão do Projeto de Regulamento da Brincadeira de Boi.
- 04 – Minuta de Decreto regulamentando perícia médica.
- 05 – Minuta de Decreto regulamentando a cobrança da taxa de limpeza.
- 06 – Minuta de Decreto Legislativo autorizando Prefeito a viajar para o exterior.
- 07 – Visita ao Município para assuntos de fiscalização, atribuições de fiscal e Plano Diretor.
- 08 – Orientação sobre simples.
- 09 – Orientação sobre licitação – 10.
- 10 – Defesa junto ao TCE/SC em contas de Ex-Presidente da Câmara.
- 11 – Defesa de Ex-Prefeito junto ao TCE/SC.
- 12 – Resposta à Notificação do Prefeito pelo TCE/SC.
- 13 – Defesa – Presidente da Câmara – Prestação de Contas – 2005.

### **LEOBERTO LEAL**

- 01 – Orientação sobre abreviaturas em projeto de lei.
- 02 – Orientação sobre terras particulares para estrada.
- 03 – Orientação sobre exoneração de servidor licenciado.
- 04 – Minuta de Decreto que Regulamenta a inspeção médica para fins de licenças e outros benefícios aos servidores municipais.
- 05 – Orientação sobre pessoal – 06.
- 06 – Orientação sobre licitação – 03.
- 07 – Visita ao Município em 12/12, em comemoração ao Dia da Emancipação.

### **MAJOR GERCINO**

- 01 – Três defesas administrativas de Ex-Prefeito.
- 02 – Elaboração de Anteprojeto de Lei que “Cria a Gratificação pelo Exercício de atividade financeira”.
- 03 – Orientação sobre diárias na Câmara.
- 04 – Acompanhamento de Processo do Ministério Público Federal pela degradação ambiental na Fazenda Boa Esperança.
- 05 – Visita ao INCRA sobre situação dos posseiros na localidade.
- 06 – Visita ao Município com a presença do Juiz Federal Ambiental de Florianópolis.
- 07 – Orientação sobre pessoal – 04.



- 08 – Orientação em licitações – 07.
- 09 – Elaboração de Estatuto da Associação de Moradores de Diamantes
- 10 – Orientação sobre funcionamento da Associação de Moradores de Pinheiral.
- 11 – Minuta de Contrato Temporário.
- 12 – Acordo no Processo da Agronível.
- 13 – Projeto de Lei fixando subsídio dos Agentes Políticos.
- 14 – Projeto e Edital de Processo Seletivo Simplificado – Professores.
- 15 – Projeto de Lei corrigindo valor da UFM e COSIP.
- 16 – Projeto de Lei criando cargos.
- 17 – Minuta de Contrato de Parceria.
- 18 – Contrato de Parceria para construção de casas populares.
- 19 – Dois Projetos de Lei criando os cargos de mecânico.

### **NOVA TRENTO**

- 01 – Orientação de gratificação para membros de comissão com anteprojeto.
- 02 – Orientação sobre férias e substituição de Secretário.
- 03 – Visita ao Município em 02/02, para tratar do Quadro de Servidores e Vencimentos e outras – 03.
- 04 – Anteprojeto dispondo sobre o regime especial de adiantamento de despesa.
- 05 – Orientação sobre adiantamento para pequenas despesas.
- 06 – Câmara – Projeto de Lei – Adiantamento – emendas – Vereador Cinelândia.
- 07 – Análise de Projeto de Lei do SAMAE.
- 08 – Aposentadoria de Professores – Parecer.
- 09 – Orientação sobre piso dos professores.
- 10 – Parecer sobre afastamento Eleitoral

### **PALHOÇA**

- 01 – Orientação sobre defesa do Município nos Processos Trabalhistas nº 3983/06 e 2688/06, nas Varas do Trabalho de São José (2º e 3º).
- 02 – Orientação – Câmara – nomeação de servidor concursado.
- 03 – Orientação sobre direitos de servidor efetivo nomeado para outro cargo efetivo.
- 04 – Visita ao Município – 4 (quatro).
- 05 – Participação – Comissão – Estatuto do Magistério.
- 06 – Reuniões na Associação sobre Estatuto do Magistério – três.
- 07 – Orientação sobre defesas judiciais – cinco.
- 08 – Orientação ao IPPA sobre licitação e contratos – cinco.
- 09 – Orientação sobre Pessoal – três.
- 10 – Orientação de licitação e contratos – seis.
- 11 – Análise de Projeto de Lei criando a Taxa Ambiental.
- 12 – Parecer ao IPPA sobre licitação na modalidade Pregão para Consultoria Técnica-Previdenciária.
- 13 – Orientação sobre tratamento de esgoto, sob aspecto legal.
- 14 – Parecer ao IPPA sobre requerimento de Ex-Presidente quanto à remuneração

### **PAULO LOPES**

- 01 – Orientação sobre cadastramento de OSCIP.
- 02 – Contratação de estagiário.
- 03 – Revisão de Minuta de Contrato Temporário de Servidores.
- 04 – Anteprojeto de Lei que “Permite a autorização do uso do espaço do alambrado do Ginásio de Esportes”.
- 05 – Análise de proposta da Rede Orgânica de Produtos Naturais Ltda.
- 06 – Análise de Edital para Seleção de propostas para Hortas Comunitárias e Cozinhas Populares.
- 07 – Orientação sobre Certidão de Dívida Ativa do INSS.
- 08 – Anteprojeto de Lei que “Autoriza a receber área de terras em doação”.
- 09 – Anteprojeto de Lei que reduz a base de cálculo do ISS de serviços em rodovias.

- 10 – Projeto de Lei que Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Paulo Lopes.
- 11 – Anteprojeto de Lei Complementar dispendo sobre reposições e indenizações aos cofres municipais pelos servidores.
- 12 – Cinco minutas de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de terras para instalação de Indústrias.
- 13 – Defesa de Multa de Trânsito de Vereador.
- 14 – Resposta à Promotoria Pública.
- 15 – Três audiências na Promotoria Pública.
- 16 – Análise e resposta em impugnação em Processo Licitatório.

### **RANCHO QUEIMADO**

- 01 – Orientação sobre serviço funerário – concessão.
- 02 – Declaração de Regularidade em Processo Licitatório para Caixa.

### **SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

- 01 – Parecer sobre Vereador assumir cargo no Estado.
- 02 – Minuta de Contrato de Locação de Imóvel para sede do Poder Legislativo.
- 03 – Análise de locação de imóvel com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- 04 – Análise de Projeto de Lei de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara.
- 05 – Elaboração de anteprojeto de lei sobre o assunto anterior.
- 06 – Parecer sobre Vereador designado para função gratificada no Estado.
- 07 – Composição das Comissões Permanentes da Câmara - Proporcionalidade

### **SÃO BONIFÁCIO**

- 01 – Orientação sobre acidente automobilístico com patrôla.
- 02 – Procuração – Brasília – esclarecimento.
- 03 – Nepotismo – esclarecimento.
- 04 – Anteprojeto de Lei que “Autoriza Convênio com Universidade”.
- 05 – Quatro visitas ao Município.
- 06 – Propositura de 10 ações de Execução Fiscal.
- 07 – Acompanhamento da Ação de Desapropriação contra Mitra de Florianópolis.
- 08 – Três defesas administrativas junto ao COREN/SC.
- 09 – Resposta à Consulta sobre Requerimento de município sobre a viabilidade de edificação unifamiliar.
- 10 – Resposta do Prefeito no Inquérito Policial nº 2007.04.00.016835-5/SC, em curso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- 11 – Parecer em Processos Licitatórios - 32.
- 12 – Orientação em licitação – seis.
- 13 – Orientação em Controle Interno – oito.
- 14 – Visitas ao Município – três.

### **SÃO JOÃO BATISTA**

- 01 – Visita à Prefeitura – Prestação de Contas.
- 02 – Resposta à consulta sobre etapas de execução de obra licitada.
- 03 – Projeto de Lei de Subsídio para Agentes Políticos – Câmara.
- 04 – Três Defesas de TCE/SC de Ex-Prefeito.

### **SÃO JOSÉ**

01 – Fundação de Esporte – Bolsa de estímulo à prática do Esporte.

### **SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

01 – Procedimento para contratar segundo colocado em processo licitatório, face a desistência da vencedora.

02 – Único presente no pregão e relação de bens e serviços comuns.

03 – Orientação sobre denominação de prédio público.

04 – Orientação para ex-Prefeito em Ação Pública.

05 – Defesas de ex-Prefeitos no TCE/SC.

06 – Defesa de ex-Prefeitos junto a órgãos do Governo Federal.

07 – Orientações sobre tributação e fiscalização – oito.

08 – Orientação sobre licitações – onze.

09 – Quatro defesas de Ex-Prefeitos na Justiça Estadual e Federal.

10 – Projeto de Decreto Legislativo Homenageando Luzia Schmitt Lohn.

11 – Subsídio do Prefeito – Orientação.

### **TIJUCAS**

01 – Informação sobre a situação de Conselheira do CMAS no período eleitoral.

## **6.6 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE SAÚDE**

Implantado em maio de 2006, a Assessoria Técnica para Assuntos da Saúde, visa fortalecer a gestão dos municípios na área de planejamento e execução das ações de saúde, conforme habilitação dos mesmos, acreditando, que, com sua contribuição os gestores se sintam motivados a desempenharem suas funções, nos melhores padrões de qualidade, contribuindo, assim, para o aprimoramento da Gestão do SUS e para a garantia dos direitos dos seus municípios.

No exercício de 2008 continuamos auxiliar tecnicamente os municípios não somente no setor saúde, mas também na Administração, Setor Financeiro, Jurídico, Recursos Humanos e Câmara de Vereadores, particularmente sobre mudança da Legislação da Saúde.

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis participa desde dezembro de 2006, da Câmara Técnica da Comissão Intergestora Bipartite – CIB e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS conforme documento que segue:

### **DELIBERAÇÃO 132/CIB/06.**

A Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SC, no uso de suas atribuições, em sua 120ª Reunião Ordinária, no dia 15 de dezembro de 2006, APROVA a formação de um Grupo Gestor para conduzir a Agenda Catarinense na implantação do Pacto pela Saúde, tendo em sua composição os representantes da SES – Flávio Magajewski, Luis Antônio Silva e Maria Teresa Locks e por parte do COSEMS – Clécio Espezim, Hélio Livino e **Teresinha Niehues**.

A Comissão SES/COSEMS nomeada pela Deliberação CIB 123/2006 terá como atribuições:

- Coordenar o processo de pactuação definido nesta Deliberação e acompanhar o desenvolvimento dos planos e atividades definidos no **Artigo 2º** da Deliberação nº 043/2007;
- **Artigo 2º** - A pactuação entre os gestores do SUS em Santa Catarina se dará pela negociação permanente dos compromissos e instrumentos de gestão abaixo relacionados:

I – Atualização do Plano Diretor de Regionalização - PDR a partir das diretrizes do PDR aprovado em 2002, especialmente quanto à definição do número de regiões que serão consideradas para a constituição dos Colegiados Regionais de Gestão e os pólos de referências para ações e serviços de saúde, assim como os municípios de abrangência e referências interestaduais;

II - Readequação da Programação Pactuada e Integrada - PPI para as regiões consideradas no PDR;

III - Elaboração do Plano Diretor de Investimento – PDI a partir da análise da PPI e da densidade tecnológica estabelecida para a resolutividade dos módulos assistenciais regionais;

IV - Elaboração do Plano Operativo de Regulação;

V - Elaboração e aprovação da Política Estadual de Promoção à Saúde;

VI – Definição de critérios comuns para a contratualização dos prestadores de serviços e realização da contratualização de 100% dos prestadores de serviços do SUS pelo gestor estadual e pelos gestores municipais com responsabilidade pela gestão de prestadores;

VII – Avaliação dos protocolos clínicos e administrativos existentes e identificação das áreas que necessitam criar de novos protocolos clínicos e de acesso e/ou atualização dos já existentes;

VIII – Criação e instalação dos Colegiados Regionais de Gestão nas regiões de saúde

consideradas pelo PDR;

IX – Informatização dos Termos de Compromisso de Gestão, para a efetivação da pactuação entre Estado e Municípios;

X – Pactuação e atualização dos indicadores unificados dos pactos de que trata a Portaria 91/2007 e os demais indicadores constantes do Pacto pela Saúde, assim como os mecanismos de monitoramento dos mesmos.

- Avaliar a adequação da macroalocação do Teto Global da Assistência do Estado e propor alterações se necessário;
- Analisar e emitir parecer quanto às propostas de Termo de Compromisso de Gestão apresentadas pelos municípios e pelo Estado;
- Propor mecanismos para o acompanhamento do cumprimento dos indicadores pactuados;

As atribuições do Grupo Gestor que refere as Deliberações da CIB foram determinadas pelas seguintes portarias:

- Portaria nº 399/GM de 22 de Fevereiro de 2006 que divulga o Pacto pela Saúde 2006;
- Portaria nº 699/GM de 30 de Março de 2006 que aprova as diretrizes operacionais do referido pacto;
- Portaria nº 153/GM de 17 de Janeiro de 2007 que define a data de 30 de setembro de 2007 para a conclusão do processo de pactuação do termo de compromisso de gestão incluindo a revisão dos indicadores de que trata a Portaria nº 91/01/2007/GM;

No exercício de 2008, além das atribuições acima citadas a Associação se fez presente através desta assessoria na Câmara Técnica do CIES – Comissão de Integração do Ensino – Serviço representando o Colegiado de Gestão da Saúde da Macro Região da GRANFPOLIS, juntamente com as Universidades, Hospitais e Escolas Pública da Região.

#### **OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO COM OU / PARA OS MUNICIPIOS DA GRANFPOLIS EM 2008:**

- Participação nas reuniões do Grupo Gestor da Agenda Catarinense do Pacto de Gestão, realizadas na Secretaria de Estado da Saúde e Diretoria de Epidemiologia;
- Reuniões Mensais com o Colegiado Regional de Gestão de Saúde da Macro Região da GRANFPOLIS;
- Participação nas oficinas realizadas pelo COSEMS nos Encontros de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina;
- Gestão das agendas dos serviços de Ultra-sonografia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, consultas de especialidades e exames de laboratório pelo SUS, garantindo as cotas de cada município;
- Orientação da escolha do conteúdo das pautas das Reuniões do Colegiado de Gestão durante o ano de 2008;
- Oficinas realizadas com os Gestores Municipais de Saúde sobre assuntos diversos;
- Acompanhamento e envio de novas publicações de portarias do Ministério da Saúde aos municípios;
- Orientação sobre legislação da assistência farmacêutica municipal;
- Participação direta na ampliação de vagas SUS dos prestadores de serviços de Ultra-sonografia;
- Execução de serviços com técnicos do Setor de Orçamento, Contratualização e Programação Pactuada e Integrada – PPI Hospitalar e de Assistência dos municípios;
- Representação dos Municípios no Treinamento sobre Reestruturação da Programação Orçamentária – FPO do Sistema de Informação Ambulatorial SIA/SUS de forma magnética (portaria da SAS/MS nº 496).
- Orientação aos municípios sobre documentação da Reestruturação do Fundo Municipal de Saúde;



- Orientação e capacitação aos Técnicos dos municípios sobre alimentação do Banco de Dados enviado mensalmente ao Ministério da Saúde: SIA, BPA, SIAB, Cirurgias Eletivas e outros;
- Atendimento individual aos Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde e demais técnicos dos municípios sobre assuntos diversos na Associação;
- Orientação e preenchimento do Relatório de Gestão 2007/2008 de vários municípios;
- Orientação sobre serviços de Controle, avaliação, auditoria e Regulação das Secretarias Municipais de Saúde;
- Orientação sobre preenchimento e prestação de contas dos Laudos para emissão de AIHs e APACs das cirurgias eletivas;
- Reuniões com Secretários Municipais de Saúde sobre Gestão compartilhada das ações de Média Complexidade e contratualização de serviços do SUS;
- Organização das viagens dos Secretários de Saúde nos Encontros Estaduais de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina;
- Informação técnica sobre assuntos diversos via fone aos 22 municípios da Região da GRANFPOLIS;
- Manutenção da pactuação dos protocolos dos processos de Tomografias Computadorizada e Ressonâncias Magnéticas dos municípios da Região da GRANFPOLIS;
- Orientação sobre SISPACTO e Termo de Compromisso de Gestão aos Gestores e Técnicos das Secretarias de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde;
- Visitas técnicas aos municípios da Microrregião.



# PRESTAÇÃO DE CONTAS

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **SUMÁRIO**

- 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 2 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 3 - RESUMO GERAL DA DESPESA**
- 4 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**
- 5 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA**
- 6 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- 7 - BALANÇO FINANCEIRO**
- 8 - BALANÇO PATRIMONIAL**
- 9 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- 10 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

**SANTA CATARINA****ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2008

Receitas		Despesas	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	2.691.938,90	DESPESAS CORRENTES	1.824.394,91
RECEITA PATRIMONIAL	226.761,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.285.221,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.391.016,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	539.173,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.161,14		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-73.900,26		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-73.900,26		
DEDUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL	-73.900,26		
		SUPERAVIT	793.643,73
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	793.643,73		
		DESPESAS DE CAPITAL	653.398,72
		INVESTIMENTOS	653.398,72
		SUPERAVIT	140.245,01
TOTAL	2.618.038,64	TOTAL	2.618.038,64

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	2.618.038,64	DESPESAS CORRENTES	1.824.394,91
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	653.398,72
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	140.245,01
TOTAL	2.618.038,64	TOTAL	2.618.038,64

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

FLORIANÓPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTONIO THIESEN  
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**

**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			2.691.938,90
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			2.691.938,90
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		226.761,04	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		226.761,04	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	226.761,04		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.391.016,72	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		2.391.016,72	
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	2.391.016,72		
4.1.7.2.3.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.373.439,50		
4.1.7.2.3.01.01.00.00.00	Águas Mornas	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.02.00.00.00	Alfredo Wagner	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.03.00.00.00	Angelina	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.04.00.00.00	Anitápolis	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.05.00.00.00	Antônio Carlos	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.06.00.00.00	Biguaçu	212.318,00		
4.1.7.2.3.01.07.00.00.00	Canelinha	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.08.00.00.00	Florianópolis	289.289,50		
4.1.7.2.3.01.09.00.00.00	Garopaba	96.481,00		
4.1.7.2.3.01.10.00.00.00	Governador Celso Ramos	77.180,00		
4.1.7.2.3.01.11.00.00.00	Leoberto Leal	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.12.00.00.00	Major Gercino	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.13.00.00.00	Nova Trento	77.420,00		
4.1.7.2.3.01.14.00.00.00	Palhoça	232.609,00		
4.1.7.2.3.01.15.00.00.00	Paulo Lopes	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.16.00.00.00	Rancho Queimado	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.17.00.00.00	Santo Amaro da Imperatriz	115.621,00		
4.1.7.2.3.01.18.00.00.00	São Bonifácio	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.19.00.00.00	São João Batista	113.605,00		
4.1.7.2.3.01.20.00.00.00	São José	347.426,00		
4.1.7.2.3.01.21.00.00.00	São Pedro de Alcântara	57.866,00		
4.1.7.2.3.01.22.00.00.00	Tijucas	117.098,00		
4.1.7.2.3.02.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS INST. DE PREVIDÊNCIA	17.577,22		
4.1.7.2.3.02.01.00.00.00	Inst. de Previdência de Águas Mornas	1.296,02		
4.1.7.2.3.02.03.00.00.00	Inst. de Previdência de Antônio Carlos	1.524,08		
4.1.7.2.3.02.04.00.00.00	Inst. de Previdência de Biguaçu	4.301,82		
4.1.7.2.3.02.05.00.00.00	Inst. de Previdência de Garopaba	2.345,86		
4.1.7.2.3.02.06.00.00.00	Inst. de Previdência de Leoberto Leal	1.300,00		
4.1.7.2.3.02.07.00.00.00	Inst. de Previdência de Nova Trento	1.636,96		
4.1.7.2.3.02.08.00.00.00	Inst. de Previdência de Rancho Queimado	1.296,02		
4.1.7.2.3.02.09.00.00.00	Inst. de Previdência de Santo Amaro da Imperatriz	1.169,66		
4.1.7.2.3.02.10.00.00.00	Inst. de Previdência de São João Batista	2.006,80		
4.1.7.2.3.02.11.00.00.00	Inst. de Previdência de São Pedro de Alcântara	700,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		74.161,14	
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		64.438,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	64.438,00		
4.1.9.3.2.16.00.00.00.00	Receita de Dívida Ativa de Outras Contribuições	64.438,00		
4.1.9.3.2.16.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contrib - Princ	64.438,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		9.723,14	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	9.723,14		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-73.900,26
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-73.900,26
9.1.3.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL		-73.900,26	
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Dedução da Receita de Valores Mobiliários		-73.900,26	



Betha Sistemas

Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**

**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Dedução da Receita de Remuneração de Dep.Bancário:	-73.900,26		

FLORIANOPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTONIO THIESEN  
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

Total: 2.618.038,64

**SANTA CATARINA**

**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.824.394,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.285.221,17
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.285.221,17	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	963.045,61		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	963.045,61		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	322.175,56		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	88.033,06		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	224.796,85		
3.1.90.13.18.00.00.00	Contribuição P/ o PIS/PASEP Sobre Folha de Pagto	9.345,65		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			539.173,74
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Institucoes Privadas sem Fins Lu		25.452,93	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	25.452,93		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	25.452,93		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		513.720,81	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	33.057,50		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	33.057,50		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	52.568,23		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	16.152,13		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.934,84		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	15.279,20		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Usos Veterinário	116,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.398,52		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	419,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	2.637,54		
3.3.90.30.41.00.00.00	Material para Utilização em Gráfica	4.354,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	512,00		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	4.065,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.700,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	24.611,00		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	16.925,50		
3.3.90.33.03.00.00.00	Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio	1.090,00		
3.3.90.33.04.00.00.00	Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Física	2.800,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	3.795,50		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	16.411,00		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	14.632,00		
3.3.90.36.23.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.313,50		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	465,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	379.907,35		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	13.034,33		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	117.609,68		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	1.120,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	210,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.094,92		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	744,71		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	10.173,12		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	779,94		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	500,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	950,00		
3.3.90.39.49.00.00.00	Produções Jornalísticas	858,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	20.326,88		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	500,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.431,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	9.590,56		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	7.685,14		
3.3.90.39.70.00.00.00	Confecção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas	198,00		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	8.878,10		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.439,64		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	487,50		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	4.491,12		
3.3.90.39.94.00.00.00	Aquisição de Softwares de Aplicação	380,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	8.266,40		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	5.000,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	735,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	154.423,31		





Betha Sistemas

Exercício de 2008


**SANTA CATARINA****ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	7.165,73		
3.3.90.47.02.00.00.00	Imposto S/ Propr Predial e Territ Urbana - IPTU	1.090,26		
3.3.90.47.05.00.00.00	Imposto S/ Propriedade de Veic Automotores - IPVA	2.714,54		
3.3.90.47.14.00.00.00	CPMF	196,18		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	3.164,75		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			653.398,72
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			653.398,72
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		653.398,72	
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	49.701,54		
4.4.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	49.701,54		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	797,18		
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	797,18		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.900,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.720,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	180,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	600.000,00		
4.4.90.61.03.00.00.00	Terrenos	600.000,00		
			Total:	2.477.793,63

FLORIANOPOLIS, 31/12/2008


  
ELMAR ANTONIO THIESEN  
Presidente


  
MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo


  
GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Exercício de 2008

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	2.534.000,00	2.691.938,90	567.072,18	409.133,28
RECEITAS CORRENTES	2.484.000,00	2.691.938,90	567.072,18	359.133,28
RECEITA PATRIMONIAL	75.000,00	226.761,04	151.761,04	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	75.000,00	226.761,04	151.761,04	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	75.000,00	226.761,04	151.761,04	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.409.000,00	2.391.016,72	341.150,00	359.133,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.409.000,00	2.391.016,72	341.150,00	359.133,28
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	2.409.000,00	2.391.016,72	341.150,00	359.133,28
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.298.000,00	2.373.439,50	341.150,00	265.710,50
Águas Mornas	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Alfredo Wagner	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Angelina	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Anitápolis	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Antônio Carlos	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Biguaçu	179.000,00	212.318,00	33.318,00	0,00
Canelinha	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Florianópolis	555.000,00	289.289,50	0,00	265.710,50
Garopaba	81.000,00	96.481,00	15.481,00	0,00
Governador Celso Ramos	65.000,00	77.180,00	12.180,00	0,00
Leoberto Leal	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Major Gercino	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Nova Trento	65.000,00	77.420,00	12.420,00	0,00
Palhoça	191.000,00	232.609,00	41.609,00	0,00
Paulo Lopes	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Rancho Queimado	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Santo Amaro da Imperatriz	98.000,00	115.621,00	17.621,00	0,00
São Bonifácio	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
São João Batista	81.000,00	113.605,00	32.605,00	0,00
São José	296.000,00	347.426,00	51.426,00	0,00
São Pedro de Alcântara	49.000,00	57.866,00	8.866,00	0,00
Tijucas	99.000,00	117.098,00	18.098,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS INST. DE PREVIDÊNCIA	111.000,00	17.577,22	0,00	93.422,78
Inst. de Previdência de Águas Mornas	9.000,00	1.296,02	0,00	7.703,98
Inst. de Previdência de Antônio Carlos	10.000,00	1.524,08	0,00	8.475,92
Inst. de Previdência de Biguaçu	19.000,00	4.301,82	0,00	14.698,18
Inst. de Previdência de Garopaba	10.000,00	2.345,86	0,00	7.654,14
Inst. de Previdência de Leoberto Leal	6.000,00	1.300,00	0,00	4.700,00
Inst. de Previdência de Nova Trento	11.000,00	1.636,96	0,00	9.363,04
Inst. de Previdência de Rancho Queimado	9.000,00	1.296,02	0,00	7.703,98
Inst. de Previdência de Santo Amaro da Imperatriz	16.000,00	1.169,66	0,00	14.830,34
Inst. de Previdência de São João Batista	12.000,00	2.006,80	0,00	9.993,20
Inst. de Previdência de São Pedro de Alcântara	9.000,00	700,00	0,00	8.300,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	74.161,14	74.161,14	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	64.438,00	64.438,00	0,00
Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	64.438,00	64.438,00	0,00
Receita de Dívida Ativa de Outras Contribuições	0,00	64.438,00	64.438,00	0,00
Receita da Dívida Ativa de Outras Contrib - Princ	0,00	64.438,00	64.438,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	9.723,14	9.723,14	0,00
Outras Receitas	0,00	9.723,14	9.723,14	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-73.900,26	-73.900,26	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-73.900,26	-73.900,26	0,00
DEDUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL	0,00	-73.900,26	-73.900,26	0,00
Dedução da Receita de Valores Mobiliários	0,00	-73.900,26	-73.900,26	0,00

**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Exercício de 2008

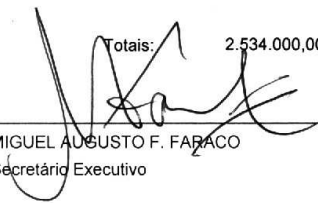
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Dedução da Receita de Remuneração de Dep.Bancários	0,00	-73.900,26	-73.900,26	0,00

FLORIANÓPOLIS, 31/12/2008


  
ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
Presidente


Totais: 2.534.000,00


  
MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

2.618.038,64

493.171,92

409.133,28


  
GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

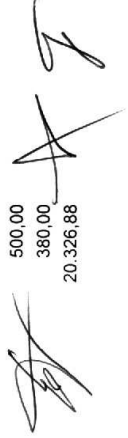
Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
01 SECRETARIA EXECUTIVA	1.233.000,00	16.000,00	1.249.000,00	231.496,43
01.01 SECRETARIA EXECUTIVA	1.233.000,00	16.000,00	1.249.000,00	231.496,43
01.01.04.121.0001.1.001 Construção da Sede da Granfpolis	753.000,00	0,00	650.498,72	102.501,28
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	753.000,00	0,00	650.498,72	102.501,28
4.4.90.39.05.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais			49.701,54	
4.4.90.51.80.00.00.0.1.00 Estudos e Projetos			797,18	
4.4.90.61.03.00.00.0.1.00 Terrenos			600.000,00	
01.01.04.121.0001.2.002 Manutenção da Secretaria Executiva	480.000,00	16.000,00	496.000,00	128.995,15
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	190.000,00	0,00	178.189,71	11.810,29
3.1.90.11.01.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			126.346,88	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.00 FGTS			10.108,03	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			34.389,30	
3.1.90.13.18.00.00.0.1.00 Contribuição P/ o PIS/PASEP Sobre Folha de Pagto			7.345,50	
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	13.000,00	16.000,00	29.000,00	3.547,07
3.3.50.41.02.00.00.0.1.00 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv			25.452,93	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	267.000,00	0,00	267.000,00	103.637,79
3.3.90.14.14.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil			23.238,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.00 Material de Proteção e Segurança			419,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.00 Material para Manutenção de Veículos			1.307,30	
3.3.90.33.01.00.00.0.1.00 Passagens Para o País			10.660,70	
3.3.90.33.04.00.00.0.1.00 Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Física			2.800,00	
3.3.90.33.99.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção			286,80	
3.3.90.36.06.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais			1.000,00	
3.3.90.36.23.00.00.0.1.00 Fornecimento de Alimentação			1.313,50	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			465,50	
3.3.90.39.01.00.00.0.1.00 Assinatura de Periódicos e Anuidades			588,00	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais			25.772,50	
3.3.90.39.16.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			210,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Veículos			294,71	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.00 Serviços de Energia Elétrica			10.173,12	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.00 Serviços de Água e Esgoto			779,94	
3.3.90.39.47.00.00.0.1.00 Serviços de Comunicação em Geral			500,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento			380,00	
3.3.90.39.58.00.00.0.1.00 Serviços de Telecomunicações			20.326,88	



Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
01 SECRETARIA EXECUTIVA	1.233.000,00	16.000,00	1.249.000,00	231.496,43
01.01 SECRETARIA EXECUTIVA	1.233.000,00	16.000,00	1.249.000,00	231.496,43
01.01.04.121.0001.2.002 Manutenção da Secretaria Executiva	480.000,00	16.000,00	496.000,00	128.995,15
3.3.90.39.59.00.00.00.0.1.00 Serviços de Audio, Vídeo e Foto			500,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.0.1.00 Serviços Gráficos e Editoriais			8.431,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0.1.00 Telefonia Móvel			9.590,56	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.00 seguros em Geral			4.505,16	
3.3.90.39.77.00.00.00.0.1.00 Vigilância Ostensiva/Monitorada			593,31	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.00 Serviços Bancários			487,50	
3.3.90.39.96.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			5.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			30.866,09	
3.3.90.47.02.00.00.00.0.1.00 Imposto S/ Propr Predial e Territ Urbana - IPTU			1.090,26	
3.3.90.47.05.00.00.00.0.1.00 Imposto S/ Propriedade de Veic Automotores - IPVA			1.386,20	
3.3.90.47.14.00.00.00.0.1.00 CPMF			196,18	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			200,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
02 ASSESSORIA P/ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	93.000,00	0,00	93.000,00	9.103,04
02.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS ADMINISTRATIVO	93.000,00	0,00	93.000,00	9.103,04
02.01.04.122.0005.2.003 Manut. da Assessoria p/ Assuntos Administrativos	93.000,00	0,00	93.000,00	9.103,04
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	61.000,00	0,00	61.000,00	4.032,02
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			42.520,47	
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			4.315,89	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			10.131,62	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	71,02
3.3.90.30.16.00.00.00.0.1.00 Material de Expediente			379,53	
3.3.90.30.22.00.00.00.0.1.00 Material de Limpeza e Produção de Higienezação			2.398,52	
3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.427,28	
3.3.90.39.77.00.00.00.0.1.00 Vigilância Ostensiva/Monitorada			846,33	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			21.877,32	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 ASSES.P/ASSUNTOS CONTÁBEIS E FINANCEIRO	250.000,00	0,00	250.000,00	193.317,68	56.682,32
03.01 ASSES.P/ASSUNTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS	250.000,00	0,00	250.000,00	193.317,68	56.682,32
03.01.04.122.0005.2.004 Manutenção da Assessoria de Informática	35.000,00	0,00	35.000,00	14.094,07	20.905,93
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	13.924,07	6.075,93
3.3.90.14.14.00.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil			648,00		
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados			2.826,82		
3.3.90.39.01.00.00.00.0.1.00 Assinatura de Periódicos e Anuidades			304,00		
3.3.90.39.12.00.00.00.0.1.00 Locação de Máquinas e Equipamentos			90,00		
3.3.90.39.49.00.00.00.0.1.00 Produções Jornalísticas			858,00		
3.3.90.39.95.00.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			8.214,40		
3.3.90.39.97.00.00.00.0.1.00 Despesas de Teleprocessamento			735,00		
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			247,85		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	170,00	9.830,00
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.00 Equipamentos de Processamento de Dados			170,00		
03.01.04.123.0005.2.005 Manut. da Asses. para Assuntos Contábeis e Financ.	215.000,00	0,00	215.000,00	179.223,61	35.776,39
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	180.000,00	157.115,82	22.884,18
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			9.414,29	118.691,83	
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			29.009,70	29.009,70	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			22.107,79	22.107,79	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	2.377,00	2.892,21
3.3.90.14.14.00.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil			919,24		
3.3.90.33.01.00.00.00.0.1.00 Passagens Para o País			120,00		
3.3.90.39.01.00.00.00.0.1.00 Assinatura de Periódicos e Anuidades			180,00		
3.3.90.39.12.00.00.00.0.1.00 Locação de Máquinas e Equipamentos			18.511,55		
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
04 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS JURIDICOS	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
04.01 ASSES.P/ASSUNTOS JURIDICOS	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
04.01.04.122.0005.2.006 Manutenção da Assessoria para Assuntos Jurídicos	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	180.000,00	166.051,85	13.948,15
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			125.166,36		
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			10.013,28		

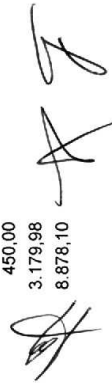
Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS JURÍDICOS	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
04.01 ASSES.P/ASSUNTOS JURIDICOS	210.000,00	0,00	210.000,00	191.051,80	18.948,20
04.01.04.122.0005.2.006 Manutenção da Assessoria para Assuntos Jurídicos				191.051,80	18.948,20
3.1.90.13.02.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS				30.872,21	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	24.999,95	0,05
3.3.90.14.14.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil				114,50	
3.3.90.30.46.00.00.0.1.00 Material Bibliográfico não Imobilizável				4.065,00	
3.3.90.33.99.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção				46,80	
3.3.90.39.01.00.00.0.1.00 Assinatura de Periódicos e Anuidades				10.194,33	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais				5.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.579,32	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
05 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.058.000,00	0,00	1.058.000,00	845.026,80	212.973,20
05.01 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.058.000,00	0,00	1.058.000,00	845.026,80	212.973,20
05.01.04.121.0001.2.007 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Eng. e Arquitetura				444.949,01	140.050,99
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	325.000,00	0,00	325.000,00	322.273,15	2.726,85
3.1.90.11.01.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários				244.520,12	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.00 FGTS				19.044,47	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS				58.708,56	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas				119.945,86	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.00 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	150.000,00	0,00	150.000,00	16.152,13	30.054,14
3.3.90.30.16.00.00.0.1.00 Material de Expediente				3.555,31	
3.3.90.30.17.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados				2.904,99	
3.3.90.30.18.00.00.0.1.00 Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário				116,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.00 Material para Manutenção de Veículos				1.330,24	
3.3.90.30.41.00.00.0.1.00 Material para Utilização em Gráfica				4.354,00	
3.3.90.30.42.00.00.0.1.00 Ferramentas				512,00	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Consumo				2.700,00	
3.3.90.39.01.00.00.0.1.00 Assinatura de Periódicos e Anuidades				1.828,00	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais				6.400,00	
3.3.90.39.17.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.667,64	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Veículos				450,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.00 seguros em Geral				3.179,98	
3.3.90.39.72.00.00.0.1.00 Vale-Transporte				8.878,10	



Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11  
Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

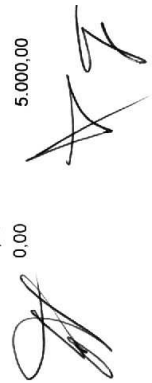
Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
05 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.058.000,00	0,00	845.026,80	212.973,20
05.01 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.058.000,00	0,00	845.026,80	212.973,20
05.01.04.121.0001.2.007 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Eng. e Arquitetura	585.000,00	0,00	444.949,01	140.050,99
3.3.90.39.83.00.00.00.0.1.00 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos			4.491,12	
3.3.90.39.94.00.00.00.0.1.00 Aquisição de Softwares de Aplicação			380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			59.718,01	
3.3.90.47.05.00.00.00.0.1.00 Imposto S/ Propriedade de Veic Automotores - IPVA			1.328,34	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	110.000,00	0,00	2.730,00	107.270,00
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.00 Equipamentos de Processamento de Dados			2.550,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.0.1.00 Outros Equipamentos e Material Permanente			180,00	
05.01.04.121.0001.2.008 Assessoramento na Elaboração e Implantação dos Planos Diretores	473.000,00	0,00	400.077,79	72.922,21
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	298.000,00	0,00	292.923,69	5.076,31
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			217.826,06	
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			25.441,15	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			47.656,33	
3.1.90.13.18.00.00.00.0.1.00 Contribuição P/ o PIS/PASEP Sobre Folha de Pagto			2.000,15	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	125.000,00	0,00	107.154,10	17.845,90
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados			9.218,17	
3.3.90.36.06.00.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais			13.632,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais			80.437,18	
3.3.90.39.12.00.00.00.0.1.00 Locação de Máquinas e Equipamentos			850,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.0.1.00 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			52,00	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			2.964,75	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
06 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS EDUCACIONAIS	54.000,00	0,00	32.630,86	21.369,14
06.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS EDUCACIONAIS	54.000,00	0,00	32.630,86	21.369,14
06.01.12.122.0005.2.009 Manut. da Asses. p/ Assuntos Educacionais	54.000,00	0,00	32.630,86	21.369,14
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	29.000,00	0,00	25.086,67	3.913,33
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			25.086,67	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	7.544,19	12.455,81
3.3.90.33.99.00.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção			1.668,80	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.874,39	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11  
Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
07 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE SAÚDE	75.000,00	0,00	59.468,39	15.531,61
07.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE SAÚDE	75.000,00	0,00	59.468,39	15.531,61
07.01.10.122.0005.2.010 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Saúde	75.000,00	0,00	59.468,39	15.531,61
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	44.057,84	5.902,16
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários	20.000,00	0,00	34.308,60	2.953,85
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			6.835,39	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			15.370,55	4.629,45
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas			3.991,50	
3.3.90.14.14.00.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil			100,22	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados			2.783,34	
3.3.90.33.01.00.00.00.0.1.00 Passagens Para o País			1.090,00	
3.3.90.33.03.00.00.00.0.1.00 Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio			763,10	
3.3.90.33.99.00.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção			570,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento			198,00	
3.3.90.39.70.00.00.00.0.1.00 Confeção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas			5.874,39	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	75.000,00	0,00	54.897,57	20.102,43
08 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	75.000,00	0,00	54.897,57	20.102,43
08.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	75.000,00	0,00	54.897,57	20.102,43
08.01.08.122.0005.2.011 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Assistência Social	75.000,00	0,00	54.897,57	20.102,43
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	42.514,46	7.485,54
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários			28.578,62	
3.1.90.13.01.00.00.00.0.1.00 FGTS			6.742,10	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS			7.193,74	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas			12.383,11	
3.3.90.14.14.00.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil			2.688,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados			229,00	
3.3.90.33.01.00.00.00.0.1.00 Passagens Para o País			2.562,22	
3.3.90.33.99.00.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção			1.029,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.874,39	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00



Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	46.000,00
99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	46.000,00
99.99.999.0099.2.099 Reserva de Contingência	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	46.000,00
9.9.99.00.00.00.00.0.1.00 RESERVA DE CONTINGENCIA	46.000,00	0,00	46.000,00	0,00	46.000,00
Total por Entidade:	3.094.000,00	16.000,00	3.110.000,00	2.477.793,63	632.206,37
TOTAL GERAL:	3.094.000,00	16.000,00	3.110.000,00	2.477.793,63	632.206,37

FLORIANOPOLES, 31/12/2008

ELMAR ANTONIO THIESEN  
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

Betha Sistemas  
Exercício de 2008

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
Administração Direta

TÍTULOS	RECEITA			DESPESA			DIFERENÇA
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
Receitas Correntes	2.484.000,00	2.618.038,64	-134.038,64	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTA	3.094.000,00	2.462.893,63	631.106,37
Receita Patrimonial	75.000,00	226.761,04	-151.761,04	Despesas Corrente	2.080.000,00	1.809.494,91	270.505,09
Transferências Correntes	2.409.000,00	2.391.016,72	17.983,28	Despesas de Capital	1.014.000,00	653.398,72	360.601,28
Outras Receitas Correntes	0,00	74.161,14	-74.161,14	CRÉDITO ESPECIAL	16.000,00	14.900,00	1.100,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	-73.900,26	73.900,26	Despesas Corrente	16.000,00	14.900,00	1.100,00
Receitas de Capital	50.000,00	0,00	50.000,00				
Alienação de Bens	50.000,00	0,00	50.000,00				
<b>SOMA</b>	<b>2.534.000,00</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>-84.038,64</b>	<b>SOMA</b>	<b>3.110.000,00</b>	<b>2.477.793,63</b>	<b>632.206,37</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>576.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>576.000,00</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>140.245,01</b>	<b>-140.245,01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.110.000,00</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>491.961,36</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.110.000,00</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>491.961,36</b>

FLORIANÓPOLIS, 30/12/2008

ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPC**

Betha Sistemas  
Exercício de 2008

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Página: 1/1

Administração Direta

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.477.793,63</b>
<b>Receitas</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>Despesas</b>	<b>2.477.793,63</b>
Receitas Correntes	2.618.038,64	Despesas Correntes	1.824.394,91
Receita Patrimonial	226.761,04	Pessoal e Encargos Sociais	1.285.221,17
Transferências Correntes	2.391.016,72	Outras Despesas Correntes	539.173,74
Outras Receitas Correntes	74.161,14	Despesas de Capital	653.398,72
(-) Deduções da Receita Corrente	-73.900,26	Investimentos	653.398,72
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>209.097,01</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>214.345,42</b>
Depósitos	209.097,01	Depósitos	214.345,42
Consignações	200.322,55	Consignações	205.570,96
Depósitos de Diversas Origens	8.774,46	Depósitos de Diversas Origens	8.774,46
<b>SOMA</b>	<b>2.827.135,65</b>	<b>SOMA</b>	<b>2.692.139,05</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>2.921.650,29</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>3.056.646,89</b>
Bancos Conta Movimento	91.745,04	Bancos Conta Movimento	279.388,76
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	2.829.905,25	Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	2.777.258,13
<b>TOTAL</b>	<b>5.748.785,94</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.748.785,94</b>

FLORIANÓPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**  
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2008

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>3.056.646,89</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>104,00</b>
DISPONÍVEL	3.056.646,89	DEPÓSITOS	104,00
Bancos Conta Movimento	279.388,76	Consignações	104,00
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	2.777.258,13		
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.600.849,12</b>		
DÍVIDA ATIVA	149.085,50		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	149.085,50		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	154.150,00		
Investimentos	154.150,00		
IMOBILIZADO	1.297.613,62		
Bens Imóveis	750.498,72		
Bens Móveis	547.114,90		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>4.657.496,01</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>104,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>4.657.392,01</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	4.657.392,01
<b>COMPENSADO</b>	<b>2.623.038,64</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>2.623.038,64</b>
Execução da Programação Financeira	2.618.038,64	Execução da Programação Financeira	2.618.038,64
Compensações Ativas Diversas	5.000,00	Compensações Ativas Diversas	5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.280.534,65</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.280.534,65</b>

FLORIANÓPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
 Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
 Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
 Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPC**

Betha Sistemas  
 Exercício de 2008

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Página: 1/1

Administração Direta

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Receitas</b>	<b>2.618.038,64</b>	<b>Despesas</b>	<b>2.477.793,63</b>
Receitas Correntes	2.618.038,64	Despesas Correntes	1.824.394,91
Receita Patrimonial	226.761,04	Pessoal e Encargos Sociais	1.285.221,17
Transferências Correntes	2.391.016,72	Outras despesas correntes	539.173,74
Outras Receitas Correntes	74.161,14	Despesas de Capital	653.398,72
(-) Deduções da Receita Corrente	-73.900,26	Investimentos	653.398,72
<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
<b>INCORPORAÇÕES DE ATIVOS</b>	<b>653.398,72</b>	<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>64.438,00</b>
Aquisições de Bens	653.398,72	Liquidação de Créditos	64.438,00
Bens Imóveis	650.498,72	Recebimento de Dívida Ativa	64.438,00
Bens Móveis	2.900,00		
<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>3.933.538,69</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>3.933.538,69</b>
Interferências Ativas	3.933.538,69	Interferências Passivas	3.933.538,69
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>7.204.976,05</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>6.475.770,32</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	
		Superávit Verificado	729.205,73
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.204.976,05</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.204.976,05</b>

FLORIANÓPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
 Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
 Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
 Contador CRC/SC-020709/O-9

**SANTA CATARINA**  
**ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**  
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2008

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>DEPÓSITOS</b>				
Consignações	5.352,41	189.416,29	194.664,70	104,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	7.297,16	7.297,16	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>5.352,41</b>	<b>196.713,45</b>	<b>201.961,86</b>	<b>104,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.352,41</b>	<b>196.713,45</b>	<b>201.961,86</b>	<b>104,00</b>

FLORIANOPOLIS, 31/12/2008

ELMAR ANTÔNIO THIESEN  
 Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO  
 Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL  
 Contador CRC/SC-020709/O-9